



Equatorial Energia S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2009 e 2008



Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Conteúdo

Relatório da administração	3 - 27
Parecer dos auditores independentes	28 - 29
Balancos patrimoniais	30
Demonstrações de resultados	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	33
Demonstrações dos valores adicionados	34
Notas explicativas às demonstrações financeiras	35 - 163

Relatório da administração

A Administração da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da Companhia

Visão Geral

Com atuação no setor elétrico, a Equatorial Energia é uma *holding* com presença nos estados do Maranhão e do Rio de Janeiro.

No Maranhão, a Equatorial Energia controla a CEMAR (Companhia Energética do Maranhão), única concessionária de distribuição de energia elétrica no estado, que possui área de atuação de 332 mil km² - cerca de 3,91% do território brasileiro - e abrange 6,2 milhões de habitantes – ou 3,3% da população do Brasil.

No Rio de Janeiro, a Equatorial Energia, a partir de 12 de fevereiro de 2008, passou a atuar, por meio da Light, nas áreas de comercialização, distribuição e geração de energia daquele estado. A Light distribui energia para 31 municípios do Rio de Janeiro, com uma população de 10 milhões de habitantes, abrangendo uma área de 10.970 km², que corresponde a 25% do território estadual. Com aproximadamente 4,0 milhões de clientes, as vendas de energia da Companhia representam 72% de toda a energia consumida no estado do Rio de Janeiro. Em dezembro de 2009, o FIP PCP, controlador da Equatorial, anunciou a alienação de sua participação indireta na distribuidora fluminense (para maiores detalhes, vide seção abaixo).

Breve Histórico

A Equatorial Energia S.A., antes denominada Brisk Participações S.A., foi constituída em 16 de junho de 1999 pela PPL Global com o objetivo de participar do leilão de privatização da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, distribuidora de energia do estado do Maranhão.

A CEMAR foi privatizada em 2000, adquirida pela então Brisk, e já em 2001, passou a apresentar problemas econômico-financeiros, colocando em risco a adequada prestação do serviço de distribuição de energia. Em agosto de 2002, a Aneel determinou a intervenção administrativa na CEMAR por 180 dias, prorrogada até maio de 2004, e coordenou o processo de alienação do controle acionário da Companhia como parte de seu processo de reestruturação.

Apenas em abril de 2004, a GP Investimentos adquiriu o controle da Equatorial. Como parte do processo de reestruturação financeira, foi realizado um aumento do capital social da CEMAR em aproximadamente R\$ 155,0 milhões, sendo R\$ 55 milhões realizado pela Eletrobrás, o que lhe garantiu 34,4% do capital total da CEMAR, e R\$ 100 milhões pela GP Investimentos, por meio da Equatorial, o que lhe conferiu 65,0% do capital total da Companhia.

Em 6 de março de 2006, a Aneel aprovou a reestruturação societária da Equatorial, que contemplou a alienação indireta das ações representativas de 50% do poder de voto e 46,25% do capital social da Companhia, as quais passaram a ser detidas indiretamente pelo grupo PCP.

Em março de 2006, a Equatorial realizou sua abertura de capital, onde foram captados R\$185,6 milhões através da emissão primária de ações, e R\$355 milhões através de oferta secundária. A empresa foi listada no Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da Bolsa, na forma de units, compostas por 1 ação ordinária e duas preferenciais.

Em dezembro de 2007, a totalidade das ações da Equatorial detidas pela GP Investimentos foi transferida para sociedade pertencente ao grupo PCP, o que eliminou as restrições geográficas na estratégia de crescimento da Equatorial, passando então a abranger todo o território nacional e a América Latina.

Em fevereiro de 2008, a Equatorial incorporou a PCP Energia Participações, passando a deter participação indireta de 13,03% na Light, através da Rio Minas Energia Participações (RME), compartilhando o controle da Light.

Em abril de 2008, as ações da Equatorial migraram para o Novo Mercado, visando a aderência às melhores práticas de governança, e deixaram de ser negociadas sob a forma de units a partir do momento em que todas as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias, e posteriormente agrupadas.

Em outubro de 2008, a Equatorial concluiu o processo de aquisição da participação de 25% da Geradora do Norte S.A. (“Geranorte”), sociedade responsável pela construção de duas usinas termelétricas no Estado do Maranhão, com capacidade conjunta de 330MW. A Companhia entrou totalmente em operação comercial em fevereiro de 2010.

Em dezembro de 2009, o controlador da Equatorial, FIP PCP, firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a CEMIG, visando a venda da participação indireta que possui, através da Equatorial, na Light S.A. Neste instrumento, está previsto que a Equatorial sofrerá uma cisão, onde sua participação na CEMAR, Geranorte e Equatorial Soluções permanecerão sob a Companhia, enquanto que uma nova companhia será criada (“Newco”) e receberá sua participação de 13,03% na Light S.A. A Newco terá a mesma composição acionária da Equatorial na data de sua cisão e também será listada no Novo Mercado da BM&FBovespa.

Posteriormente à listagem da Newco, o FIP PCP alienará o controle da Companhia para um fundo ou sociedade da qual a CEMIG terá, no mínimo, 20% de participação.

02. Destaques de 2009

- O **volume de energia distribuída** pela CEMAR e Light em conjunto alcançou 8.939 GWh. Na CEMAR, o volume anual cresceu 6,6%, enquanto que na Light o mesmo cresceu 2,7%.
- As **perdas de energia** da CEMAR ao final de 2009 representaram 25,2% da energia requerida, com uma redução de 3,7 p.p. em relação ao percentual verificado em 2008. Na Light, as perdas dos últimos 12 meses atingiram 21,75%, aumento de 1,4 p.p. em relação ao nível observado em dezembro de 2008.
- Na CEMAR, os indicadores **DEC** e **FEC** apresentaram melhoria de 13,6% e 9,5%, respectivamente, com relação ao exercício anterior. Na Light, tais indicadores melhoraram 9,0% e 9,2%, respectivamente.
- A CEMAR conectou mais de 40 mil novos clientes por meio do **Programa Luz Para Todos (PLPT)**, totalizando investimentos diretos de R\$ 179,8 milhões em 2009. Com isso, fechou o ano com 229 mil clientes atendidos pelo programa.
- A **receita líquida** do ano atingiu R\$2.506,5 milhões, 6,8% superior à ROL do ano anterior, o que reflete crescimento de 14,8% na CEMAR e 0,6% na Light.
- O **EBITDA** atingiu R\$757,1 milhões, queda de 3,4% quando comparado a 2008. A **margem EBITDA** atingiu 30,2%.
- O **lucro líquido** de 2009 foi de R\$207,3 milhões. Houve impactos não recorrentes pela adesão das investidas no REFIS que são especificados na seção de Desempenho Econômico-Financeiro.
- Os **investimentos** totalizaram R\$ 666,8 milhões, crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior, sendo R\$239,2 milhões na CEMAR (excluindo investimentos diretos relacionados ao PLPT), R\$179,8 milhões referentes ao PLPT na CEMAR, R\$141,0 milhões na Light, e R\$106,9 milhões na Geranorte.
- O **perfil da dívida** foi mantido em níveis confortáveis, totalizando R\$1.130 milhões de dívida líquida, 1,4 vez o EBITDA dos últimos 12 meses.

03. Mensagem do Presidente

O ano de 2009 foi de muitas conquistas e mudanças para a Equatorial Energia. Na CEMAR, cumprimos a meta de ligações do Programa Luz Para Todos de 40 mil novos consumidores, reduzimos significativamente as perdas, melhoramos ainda mais os indicadores de qualidade do serviço (DEC e FEC), e passamos pela revisão tarifária que ocorre a cada 4 anos.

Na Light, o controlador da Equatorial (FIP PCP) assinou um contrato de compra e venda de sua participação indireta em Light para a Cemig (a um preço implícito de Light de R\$29,54/ação). Este processo de venda se encontra em fase de implementação.

Por fim, conforme estimado em nosso cronograma, as usinas termoeletricas do projeto Geranorte (capacidade instalada de 330MW) começaram a operar em janeiro / fevereiro de 2010.

Do ponto de vista financeiro, obtivemos um excelente resultado apesar das chuvas fortes que atingiram o estado do Maranhão no primeiro semestre de 2009 e do arrefecimento do consumo industrial tanto na Light quanto na CEMAR pelo reflexo da crise mundial. Assim, nosso EBITDA atingiu a marca de R\$757,2 milhões e o lucro líquido, R\$207,4 milhões.

Devido às incertezas do início do ano referente ao crédito e seus reflexos na demanda, fomos ainda mais prudentes no uso do caixa da companhia. Com isso, priorizamos linhas de financiamento de longo prazo com taxas atraentes vis-à-vis às de mercado. Fizemos captações relevantes no BNDES pela Light, no Banco do Nordeste e Eletrobrás pela Cemar para financiar o forte programa de investimentos da companhia. Com isso, terminamos o ano com uma dívida líquida de R\$1.130,0 milhões.

A Equatorial investiu através das suas subsidiárias o montante de R\$666,8 milhões ou um crescimento de 6,5% em relação ao ano de 2008. A CEMAR investiu R\$419,0 milhões, sendo R\$239,2 milhões com recursos próprios e R\$179,8 milhões com recursos do Programa Luz para Todos. A Light investiu o montante de R\$141,0 milhões. E a Geranorte investiu R\$106,9 milhões.

Até o momento, a CEMAR já conectou 229 mil famílias através do Programa Luz Para Todos, beneficiando mais de 1,1 milhão de pessoas no estado do Maranhão.

Esse elevado nível de investimentos permitiu mais uma vez à CEMAR melhorar a qualidade técnica de seus serviços. Conseguimos reduzir expressivamente a quantidade de interrupções e de suas durações, com os indicadores DEC e FEC apresentando redução de 13,8% e 9,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Isso tudo num cenário caótico de chuvas ainda mais fortes neste ano comparado ao ano de 2008.

Os indicadores de qualidade na Light também apresentaram reduções de 9,0% no DEC e de 9,2% no FEC.

Outro ponto de destaque foi o sucesso do programa de combate às perdas na CEMAR que conseguiu reduzir as perdas totais da companhia em 3,7 pontos percentuais, saindo de 28,9% ao final de 2008 e atingindo 25,2% ao final de 2009. Temos um enorme desafio de continuar com essa tendência declinante do nível de perdas em função do crescimento de mercado.

A Light apresentou um crescimento de 1,4 p.p. no índice de perdas de 2009 em relação a 2008 em função da temperatura média mais elevada no período e também do atraso na homologação e instalação dos medidores eletrônicos.

Por fim, estamos otimistas com 2010 e acreditamos que surgirão novas oportunidades de investimento para a Equatorial Energia com a retomada do crescimento econômico e do crédito.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confianças ao longo desses anos.

Carlos Augusto Leone Piani
Diretor-Presidente

04. Ambiente e Perspectivas Econômicas no Maranhão e Rio de Janeiro

Maranhão

Maranhão	
Capital	São Luis
Área (km ²)	331.983
% da área do Brasil	3,9%
Número de municípios	217
População (estimativa IBGE 2009)	6.367.138
% População Nacional	3,3%
PIB (IBGE - Contas Regionais - 2004)	R\$ 16.547 milhões
% PIB Brasileiro	0,9%

Em 2009, o consumo de energia na região Nordeste cresceu 4,0%, enquanto o crescimento da média nacional foi de 4,6%. O estado do Maranhão, por sua vez, apresentou aumento de 6,6% no consumo de energia, crescimento superior às médias nacional e nordestina.

Localizado em uma posição geográfica privilegiada, com fácil acesso aos mercados norte-americano, europeu e, por meio do Canal do Panamá, também ao asiático, o Maranhão possui dois importantes vetores econômicos: o agronegócio e as atividades de mineração e metalurgia.

O agronegócio localiza-se na região sul do estado e é caracterizado pelo cultivo de soja e pela pecuária – atividades que se beneficiam das facilidades para exportação e das condições climáticas. Já a mineração e metalurgia estão presentes nas partes oeste e norte e giram em torno das produções de alumínio e minério de ferro.

O grande destaque do ano para o estado é a confirmação da intenção da Petrobras para construção de uma Refinaria Premium, com capacidade para processar 600 mil barris diários de petróleo. O investimento total está estimado em US\$ 20 bilhões. A previsão é que a primeira fase da construção seja concluída até 2013, quando metade de sua capacidade produtiva já entra em operação. A outra metade, está prevista para estar pronta 2015.

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro	
Capital	Rio de Janeiro
Área (km ²)	43.696
% da área do Brasil	0,5%
Número de municípios	92
População (estimativa IBGE 2009)	16.010.429
% População Nacional	8,3%
PIB (IBGE - Contas Regionais - 2004)	R\$ 222.564 milhões
% PIB Brasileiro	12,6%

Localizado na região sudeste do Brasil, o Rio de Janeiro, passa por um momento de grande ascensão devido, não só aos grandes projetos petroquímicos, assim como pela sua escolha como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

A ampla malha rodoviária, juntamente com os seis portos espalhados pelo estado também impulsionam significativamente sua economia, a segunda maior do Brasil, baseada, principalmente, na prestação de serviços, com ênfase no turismo, e na indústria, com destaque para a petroquímica e a siderúrgica.

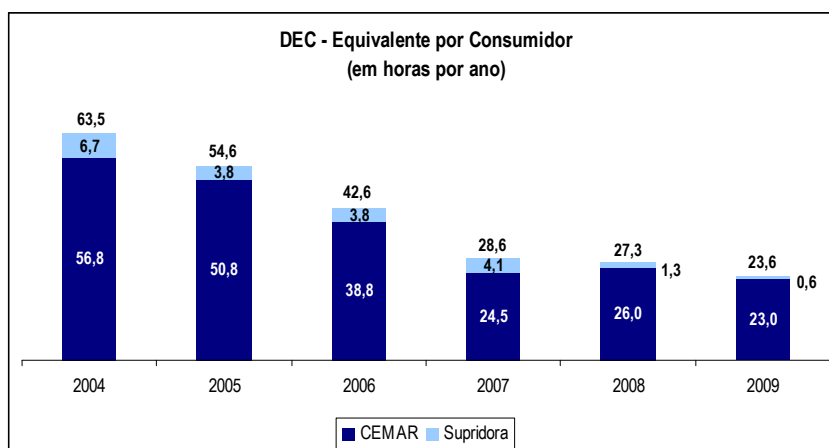
05. Gestão dos Negócios

5.1 Qualidade

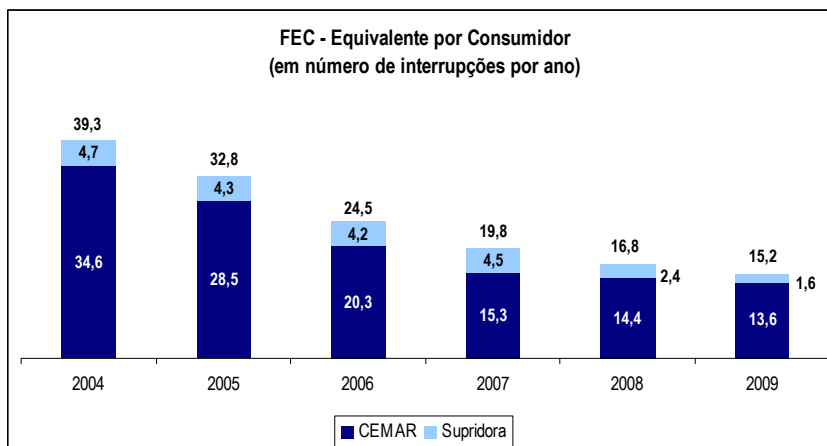
DEC e FEC - CEMAR

Ao longo dos últimos anos, a CEMAR apresentou melhoras significativas na qualidade técnica do seu serviço, reduzindo expressivamente a duração e a frequência de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2009, o DEC (Duração Equivalente por Consumidor) da Companhia, que mede a duração medidas das interrupções, em horas por consumidor por período, diminuiu 13,6% em relação ao ano anterior, atingindo 23,6 horas. Em comparação ao índice de 2004, essa melhora foi de 62,8%.



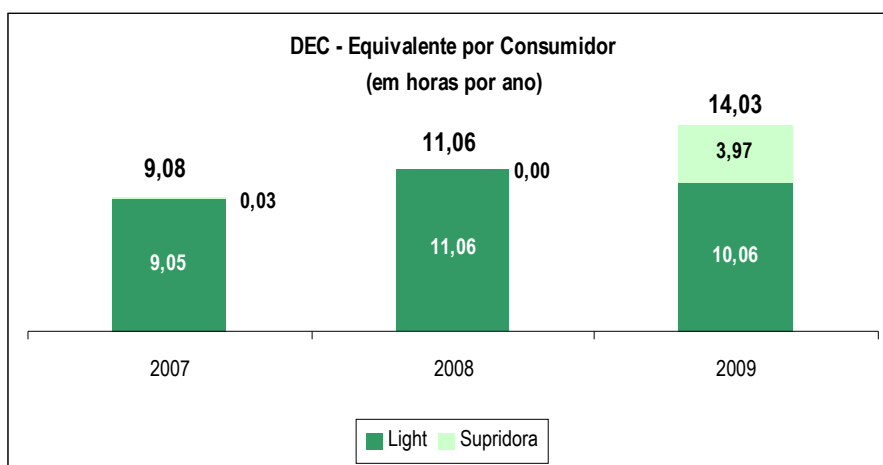
Já o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), que mede a frequência das interrupções, em vezes por consumidor por período, diminuiu 9,5% na comparação com o índice de 2008, atingindo 15,2 vezes. Em relação a 2004, tal queda foi de 61,3%.



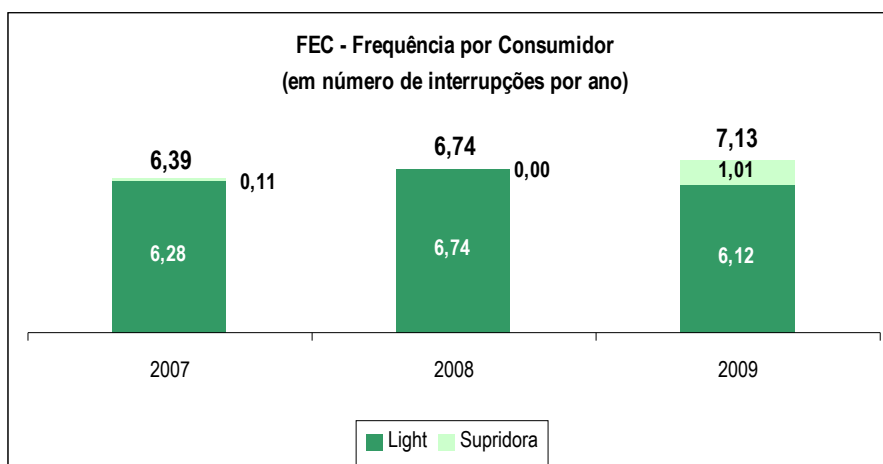
DEC E FEC - Light

Em 2009, houve redução de 9% nos índices de duração equivalente de interrupção por unidade consumidora (DEC) e de frequência equivalente (FEC), em comparação com 2008, de acordo com a metodologia de cálculo estabelecida pela Aneel.

Os valores não consideram as ocorrências do Sistema Interligado Nacional (SIN) porque, enquanto em 2008 não houve nenhum evento e em 2007 ocorreu apenas um caso de pequena proporção, a interrupção de energia de 10 de novembro de 2009 causou um grande impacto nos índices e contribuiu com aproximadamente 28% na composição do DEC e 15% do FEC anuais da Light como um todo.



Em relação à condição física da rede, medida pelo FEC, a Light apresentou em 2009 o melhor resultado dos últimos três anos, mesmo com a ocorrência de índices pluviométricos da ordem de 1.250 mm de chuva, superiores em 4% aos registrados em 2008 e em 39% aos de 2007. Mesmo em condições atmosféricas mais severas, houve redução na frequência das interrupções no sistema elétrico da Light. As elevadas temperaturas registradas em 2009 provocaram crescimento de 33% da carga de baixa tensão em novembro e de 15% em dezembro, em comparação com o mesmo período de 2008.



Compromisso com a excelência

CEMAR

Em 2009, a CEMAR obteve o 1º lugar no Prêmio IASC da Aneel, como a distribuidora que teve a maior evolução de desempenho de satisfação no Brasil, na avaliação dos consumidores, com crescimento de 43,3% no período 2008-2009. Com isso, a Companhia saiu de 48,08% para 68,91% no índice de satisfação do consumidor, o que a coloca 2,17 pontos acima da média nacional.

Light

A Light recebeu em 2009, o Prêmio Abradee pela *Melhor evolução do desempenho* entre as empresas de grande porte do setor elétrico. Na pesquisa Abradee de Satisfação, a pontuação no item *Atendimento ao cliente* foi de 72,70%, contra 72% em 2008. Na Pesquisa Aneel, o item “Qualidade percebida – Informação e acesso” cresceu 6,81% em comparação com 2008 e atingiu 73,42%.

5.2 Combate às Perdas

CEMAR

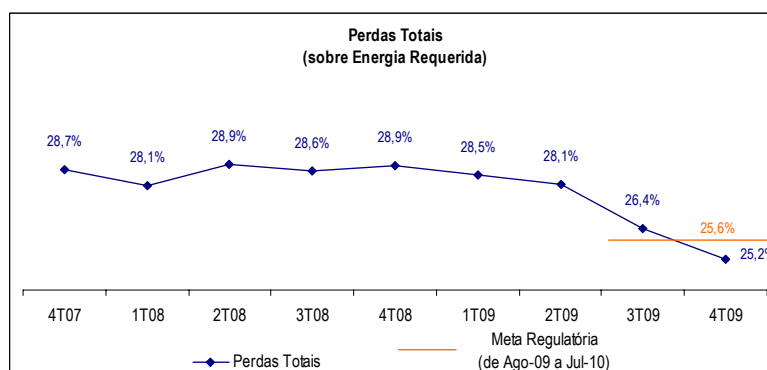
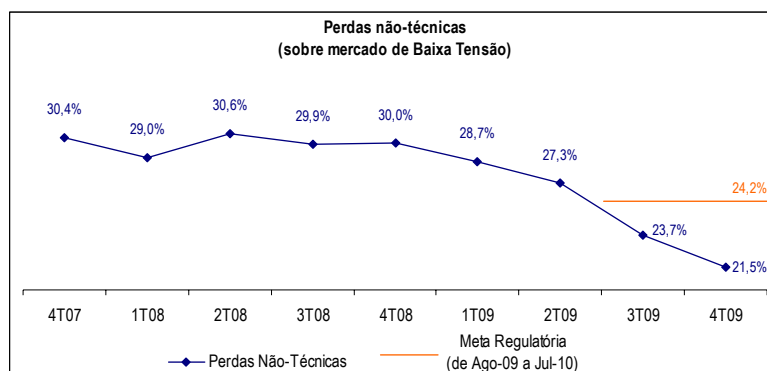
O ano de 2009 coroou uma grande transformação no processo de combate às perdas na CEMAR, iniciado em 2008. A reestruturação da Gerência de Combate às Perdas foi essencial para a revisão dos processos, desde a seleção de pessoas, treinamento, adequação dos procedimentos internos (aderentes às normas regulatórias e judiciais), até a padronização de atividades e abordagem ao cliente, para que todos na Companhia trabalhassem com a mesma linguagem.

Para um efetivo combate às perdas foi necessário realizar o diagnóstico das principais causas, eleger os principais ofensores, trabalhando com foco naqueles que proporcionassem maior retorno financeiro com o menor esforço. Para tanto, foi utilizado o diagrama de causa e efeito, origem da matriz de perdas, base do plano com todas as premissas para o alcance do índice proposto.

Ainda em 2009, foi criado o Comitê de Perdas, dirigido pelo Vice-Presidente de Operações, onde todos os envolvidos no processo prestam contas de suas ações em reuniões semanais.

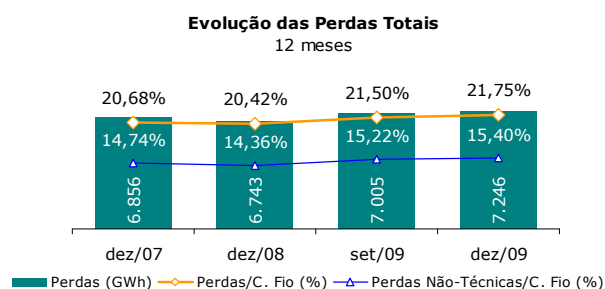
Com essa estratégia, registrou-se uma redução nas perdas não-técnicas sobre baixa tensão (mesmo critério adotado pela ANEEL na Revisão Tarifária de 2009) de 9,5 pontos percentuais na comparação do índice dos últimos 12 meses de 2009 com 2008, atingindo 21,5%, percentual já inferior à meta estipulada pela ANEEL para a Companhia para o período entre agosto/09 e julho/10.

Quanto às perdas totais (calculadas sobre energia injetada), em 2009, a CEMAR apresentou queda de 3,7 pontos percentuais, saindo de 28,9% para 25,2%.

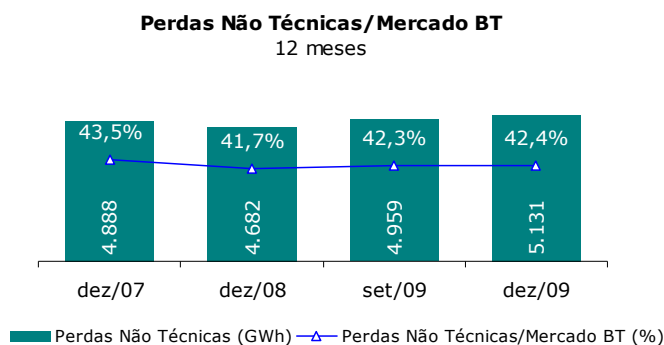


Light

As perdas totais da Light somaram 7.246 GWh, ou 21,75% sobre a carga fio, nos 12 meses encerrados em dezembro de 2009, representando um crescimento de 1,33 p.p. em relação ao índice de 2008. A forte elevação da temperatura impactou negativamente as perdas em dezembro. Além da temperatura, o índice é também afetado pela redução no consumo de grandes clientes livres (que não apresentam perdas não-técnicas), impactando negativamente a carga fio, que é o denominador deste índice.



As perdas não-técnicas, a partir de novembro de 2009, passaram a ser divulgadas sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão, compatibilizando-se com a alteração introduzida pela Aneel na Revisão Tarifária definitiva homologada em outubro último. Nesta metodologia, as perdas não-técnicas representaram 42,4% sobre o mercado de baixa tensão (15,40% sobre a carga fio).



O ano de 2009 foi marcado pela elevação abrupta de temperatura, 1,1°C acima da média registrada em 2008, sendo que nos meses mais sensíveis para o consumo, especialmente aqueles de maior temperatura média, a temperatura atingiu até quase 4°C acima da média histórica. Essa situação gera um forte desempenho do mercado faturado. Entretanto, é inevitável seu reflexo também no aumento de ligações irregulares e consumo em situação de fraude.

Em função do atraso na homologação dos medidores eletrônicos, que dificultou a contenção do crescimento das perdas, o plano de recuperação de energia em 2009 foi prejudicado, a instalação destes medidores foi redimensionada e a modernização das redes terminou 2009 com 638 km de rede de baixa tensão blindada. Com base no retorno dos investimentos em diversos pilotos realizados, a Light intensificará o seu plano de redução das perdas em 2010, buscando recuperar o atraso ocorrido em 2009.

5.3 Atendimento ao cliente

CEMAR

Em 2008 deu-se início o projeto de reestruturação do atendimento presencial, tendo como base proporcionar maior conforto e segurança aos clientes, suportados por uma equipe treinada e capacitada para atendê-lo de forma rápida e segura. O projeto começou com a elaboração do manual do atendimento (foram revisados quase 50 procedimentos buscando desburocratizá-lo) e definição de modelo físico, passando pela contratação dos parceiros e formatação de cronograma de reformas. Em 2009 foram reformadas 22 agências, de onde se podem medir indicadores de qualidade do atendimento como tempo médio, taxa de abandono e nível de serviço, assim como a quantidade de clientes atendidos e o monitoramento das atividades via câmeras instaladas.

Além disto, foi implantado o Programa de Excelência no Atendimento Presencial (PEX), cujo objetivo é criar a cultura da excelência no atendimento, tendo como base os seguintes pilares: tratamento das reclamações, percepção do cliente, gestão, conhecimento, apresentação visual e atendimento. Para fomentar a busca pela excelência, o PEX classificou as agências e premiou as de melhores resultados por categoria. Em 2009, as categorias eram Cinco Melhores Atendentes, Melhor Agência, Melhor Regional, Melhor Empresa Parceira. A principal sustentação do programa é uma sólida formação de gente, onde há uma rotina de treinamentos obrigatórios a cada sábado.

Com a mudança da central de atendimento para Imperatriz não houve somente uma mudança de local. Foi criada uma nova forma de atender. Com a central dentro de casa, pôde-se fazer uma gestão mais próxima, agregando valor através do acompanhamento por parte do pessoal próprio e de novas iniciativas, como o monitoramento de chamadas, reorientações após atendimentos analisados e a célula de atendimento da campanha “Cliente É Comigo Mesmo!”, cujo objetivo foi fomentar a cultura de que cada colaborador também é um atendente. Essa célula deu tratamento a mais de 1.000 chamadas de colaboradores em 2009. Vale ressaltar também a campanha “CEMAR é 116”, cujo mote foi aproveitar a mudança do 0800 para um número de apenas três dígitos (116).

Outra iniciativa de 2008 com consolidação em 2009 foi o atendimento porta a porta, buscando agilizar a negociação dos processos de consumo não registrado, proporcionando ao cliente a comodidade e o sigilo através das visitas de pessoal preparado para realizar a melhor negociação para ambas as partes.

Outro fato importante foi a consolidação do Comitê de Clientes, que tem como objetivo acompanhar como a companhia vêm se relacionando com os clientes, tendo como base os resultados obtidos no tratamento das reclamações, e no acompanhamento das ordens de serviço pendentes.

Algumas iniciativas nasceram no comitê, como, por exemplo, (i) os workshops de atendimento – fomentando a visão da importância de atender bem; (ii) Programa Cliente É Comigo Mesmo! – onde colaboradores atuam como facilitadores na relação do cliente com a CEMAR, promovendo o atendimento de solicitações ou reclamações, e; (iii) inversão do organograma, onde gestores acompanham as ações de campo das equipes operacionais.

Light

As principais medidas implementadas no ano para melhorar o atendimento como um todo foram relacionadas à ampliação do serviço, com mais profissionais e aumento de carga horária, treinamento e qualificação de pessoal, redimensionamento das funcionalidades disponíveis na internet, reforma de agências, ampliação do número de terminais de autoatendimento e manutenção da certificação ISO 14001, entre outras.

A Light realiza, desde 2002, uma pesquisa anual para medir a satisfação do segmento de Grandes Clientes, com base na metodologia adotada pela Abradee e aplicada por instituto especializado. Para este segmento, a fidelização é fundamental, pois o cliente tem a opção de tornar-se livre. Além disso, monitora regularmente a qualidade do atendimento telefônico, da assistência prestada pelo executivo de contas e a satisfação como um todo, por meio de perguntas específicas em pesquisas de satisfação.

06. Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento sócio-econômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A CEMAR desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 04 maiores programas do país, representando 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 50 empresas de engenharia e mais de 1500 pessoas direta e indiretamente.

Ao final do ano base 2009, foi alcançada a marca de 229.817 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1 milhão e 150 mil habitantes. O PLPT já está presente em 211 (ou 97%) dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2009, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$180,0 milhões.

07. Assuntos Regulatórios

A Equatorial Energia busca constantemente manter um intercâmbio produtivo de experiências com os órgãos reguladores e associações do setor de energia elétrica. Esse foco visa difundir as melhores práticas de atuação, criar sinergia entre as diversas organizações, bem como ampliar sua capacidade de pleitear demandas junto às agências reguladoras.

Revisão Tarifária Periódica 2009 - CEMAR

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 870, de 25 de agosto de 2009 aprovou o processo de Revisão Tarifária Periódica que tramitava naquela Agência. Como resultado, as tarifas da CEMAR foram reposicionadas em -11,03%, com um efeito médio percebido pelo consumidor de -1,64%, resultante da consideração de componentes financeiros no valor de 9,55%.

Também foram fixados o valor da componente Xe do Fator X em 1,06%, e os investimentos associados no montante de R\$ 712 milhões a serem aplicados no período agosto/2009 a julho/2013. Também foram fixados o valor de perdas técnicas sobre a energia injetada em 12,42%, e o valor para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão em 24,16%, para o primeiro ano do ciclo (de agosto/2009 a julho/2010).

Reajuste Tarifário Anual 2009 - Light

A ANEEL homologou, em 04 de Novembro de 2009, o reajuste médio das tarifas da Light de 5,65% para o período iniciado em 07 de novembro de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O índice de reajuste, válido para as tarifas compreendidas entre o período de 07 de novembro de 2009 até 06 de novembro de 2010, é constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 0,88%; e o financeiro, que é válido pelo período de vigência desta tarifa de 4,77%.

Reajuste Tarifário Light 2009	
IRT Estrutural	0,88%
Adicionais Financeiros	4,77%
Total	5,65%

Os consumidores finais da Light observaram um aumento médio de suas contas de luz de 3,31%, a partir de 07 de novembro. Isto ocorre porque foram retirados das tarifas os ajustes financeiros relativos ao período compreendido entre 07 de novembro de 2008 e 06 de novembro de 2009, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito positivo de 2,3% na tarifa daquele período.

08. Gestão de Pessoas

CEMAR

A CEMAR encerrou 2009 com 1.309 colaboradores. Essa força de trabalho é predominantemente constituída por novos profissionais, selecionados nos mercados local e nacional, de acordo com o intenso processo de mudança e renovação organizacional vivenciados pela CEMAR nos últimos anos.

A Companhia conta ainda com a experiência e o conhecimento de colaboradores mais antigos, que passaram por um processo rigoroso de adaptação ao novo modelo de gestão e à nova cultura.

Além dos próprios, a CEMAR mantém mais de 5.000 colaboradores terceirizados. Para avançar cada vez mais na gestão dos contratos com empresas terceirizadas, a Companhia transformou, em 2009, a antiga Coordenação de Parcerias em Gerência de Relacionamento com Parceiros com o objetivo de agir mais enfaticamente na difusão da cultura da organização junto a essas empresas e garantir o padrão de qualidade para os nossos serviços prestados.

Prevenção de acidentes

A segurança no trabalho é uma preocupação constante da CEMAR. A Companhia reconhece a segurança de seus colaboradores, parceiras e população onde atua como um valor corporativo. Para o alcance de bons indicadores de segurança, num processo de melhoria contínua, a empresa investe em gestão de segurança, com aplicação das boas práticas e foco na prevenção.

Entre as práticas aplicadas nesse sentido destacam-se:

-
- Treinamentos NR-10 Básico, Complementar, Reciclagem e Procedimentos de Trabalho, conforme Norma Regulamentadora 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Esses treinamentos são oferecidos a 100% dos colaboradores;
 - Treinamentos em Primeiros Socorros, Combate a Incêndio e Uso e Guarda de EPI;
 - Treinamentos em Procedimento de Trabalho e Resgate em Altura e Espaço Confinado – NR 33.
 - Treinamento e conscientização para aplicação da ferramenta de Análise Preliminar de Risco – APR.
 - Realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT). Em 2009 foi feita a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente (SIPATMA) com a finalidade de agregar valor ambiental ao evento;
 - Realização do 3º Rodeio de Eletricistas da CEMAR;
 - Realização de Blitz de Segurança;
 - Realização de Mutirão de Segurança;
 - Realização de Inspeções de Segurança;
 - Realização de Diálogo de Segurança Semanal para a área operacional e Diálogo de Segurança Mensal para a área administrativa;
 - Reunião periódica com os Técnicos de Segurança das empresas parceiras para apresentação de metas, plano de ação e ações desenvolvidas.
 - Apoio no processo de avaliação para admissão de colaboradores operacionais de parceiras a CEMAR ajuda a fazer o teste de seleção para admissão de eletricitistas da área operacional.
 - Divulgação interna das causas e medidas de controle de acidentes e quase-acidentes;
 - Manutenção de sistema de informes e tratamento de quase-acidentes, ato e condição de baixo-padrão;
 - Incentivo às ações da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
 - Criação dos Grupos de Prevenção de Acidentes – GPR nos estabelecimentos que não são obrigados por norma a compor CIPA;
 - Formação de grupo de brigadistas nos escritórios Sede;
 - Implantação dos Comitês Corporativos de Segurança Regionais;
 - Apoio nas ações das empresas parceiras;
 - Palestras educativas sobre Segurança com Energia Elétrica na comunidade, além de outras ações pontuais; por exemplo: Segurança no Carnaval e nas Festas de São João
-

- Criação de Gerência de Relacionamento com Parceiros, que desenvolve gestão de aproximação e apoio a essas empresas, inclusive no que se refere à segurança do trabalho.
-

O investimento da CEMAR em gestão de segurança se reflete nas melhorias alcançadas nos indicadores, e conseqüente melhoria da posição da CEMAR no ranking nacional das concessionárias de energia elétrica. A Taxa de Frequência (TF) de acidentes com colaboradores reduziu-se em 100% entre os colaboradores próprios e 14,28% com relação aos parceiros quando comparado a 2008. O indicador Taxa de Gravidade (TG) também apresentou redução de 100% entre os colaboradores próprios e 16,16% com relação aos parceiros quando comparado a 2008.

Segundo dados do Relatório de Estatística de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro, elaborado pela Fundação COGE com dados referentes ao ano de 2008, a CEMAR está entre as concessionárias mais seguras das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, considerando acidentes com funcionários das companhias energéticas que possuem mais de 2.000 empregados. Nos indicadores de taxa de frequência próprios, taxa de frequência força de trabalho e taxa de gravidade próprios, a CEMAR ficou em 3º colocação dentre as 26 concessionárias encaixadas nessa classificação.

Pelo relatório da ABRADÉE 2009, relativo aos indicadores 2008, a Companhia apresentou o melhor resultado Taxa de Frequência da Força de Trabalho de setor elétrico das empresas distribuidoras que possuem mais de 400 mil clientes e mais de 2 mil colaboradores.

Em 2009 a CEMAR participou do 6º Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro - SENSE com apresentação de um painel de segurança cujo tema foi CIPA Modelo, relatando o case da gestão da CIPA da Sede CEMAR – São Luís.

No ano de 2010 a CEMAR participará novamente do Rodeio Nacional, com uma equipe própria e uma equipe parceira.

Light

Gestão de Gente

As três primeiras eletricistas mulheres a integrarem o quadro da Light foram formadas em 2009 na Escola de Eletricistas da companhia. Elas e outros tantos profissionais fazem parte de uma equipe coesa e qualificada, que torna a Light respeitada e admirada pela excelência dos serviços prestados aos seus clientes e à comunidade. É por isso que a Política de Recrutamento, Seleção e formação de profissionais é tratada com tanta importância e zelo.

No final de 2009, o quadro da Light contava com 3.694 empregados, dos quais 23,1% são mulheres e 76,9% são homens. A média de tempo de casa é de 14,6 anos, enquanto a média de idade dos empregados está em torno de 40,3 anos.

A Fundação de Seguridade Social – Braslight, entidade fechada de previdência complementar, foi fundada pela Light com a finalidade de propiciar, aos empregados da Companhia vinculados à Fundação, renda de aposentadoria e pensão aos seus dependentes.

Segurança no Trabalho

As Auditorias de Gestão de Segurança do Trabalho, realizadas periodicamente pela equipe de Segurança do Trabalho, têm como objetivo avaliar a qualidade e eficiência das práticas adotadas na execução dos serviços, da atuação da Supervisão Técnica e dos métodos e procedimentos adotados. Verificam também a qualificação, habilitação, capacitação e autorização dos profissionais que atuam em áreas de risco.

Prosseguiu em 2009 a implantação do Sistema de Gestão do Trabalho Seguro (SGTS), desenvolvido especialmente para as concessionárias do setor elétrico e que atende aos requisitos das principais normas existentes.

Baseado em cinco grandes temas – Liderança, Gestão de Riscos, Educação, Controle e Monitoramento –, o Sistema promove o controle e redução dos níveis de riscos associados às atividades da empresa. O objetivo, em 2010, é elevar em 10% o grau de adesão ao SGTS em toda a Companhia.

09. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

A receita líquida em 2009 foi de R\$ 2.506,5 milhões, superior em 6,8% à obtida no ano anterior. O crescimento decorre principalmente do crescimento de volume de energia vendida pela CEMAR e Light, que aumentou 6,6% e 2,7%, respectivamente.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados (excluindo despesas de depreciação e amortização) foram de R\$1.749,3 milhões em 2009, sendo 12,0% maiores quando comparados a 2008. A maior parcela deste crescimento está nos custos e despesas não gerenciáveis (compra e transporte de energia, e encargos setoriais), que registraram o total de R\$1.291,7 milhões e crescimento de 9,9%, enquanto que os custos e despesas gerenciáveis somaram R\$457,6 milhões.

EBITDA

O EBITDA de 2009 atingiu R\$757,1 milhões, apresentando margem sobre a ROL de 30,2%. Se ajustarmos para alguns efeitos não-recorrentes (para maiores detalhes, vide Comentário do Desempenho), este teria sido de R\$741,8 milhões, com crescimento de 2,5% sobre o ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 2009, o resultado financeiro consolidado foi uma despesa R\$91,3 milhões. Vale ressaltar que há o impacto não-recorrente do reconhecimento de REFIS na CEMAR, que piorou o resultado da Equatorial em R\$58,8 milhões. Excluindo esse impacto, o resultado financeiro consolidado teria sido negativo em R\$32,5 milhões.

Lucro Líquido

Em 2009, o lucro líquido da Equatorial foi de R\$207,3 milhões. Basicamente, este resultado foi impactado pelos efeitos não-recorrentes de adesão de ambas as controladas ao REFIS. No caso da CEMAR, o efeito da adesão foi negativo, com impacto final na Equatorial de R\$58,0 milhões. Já na Light, seu efeito foi positivo em R\$19,8 milhões.

Endividamento

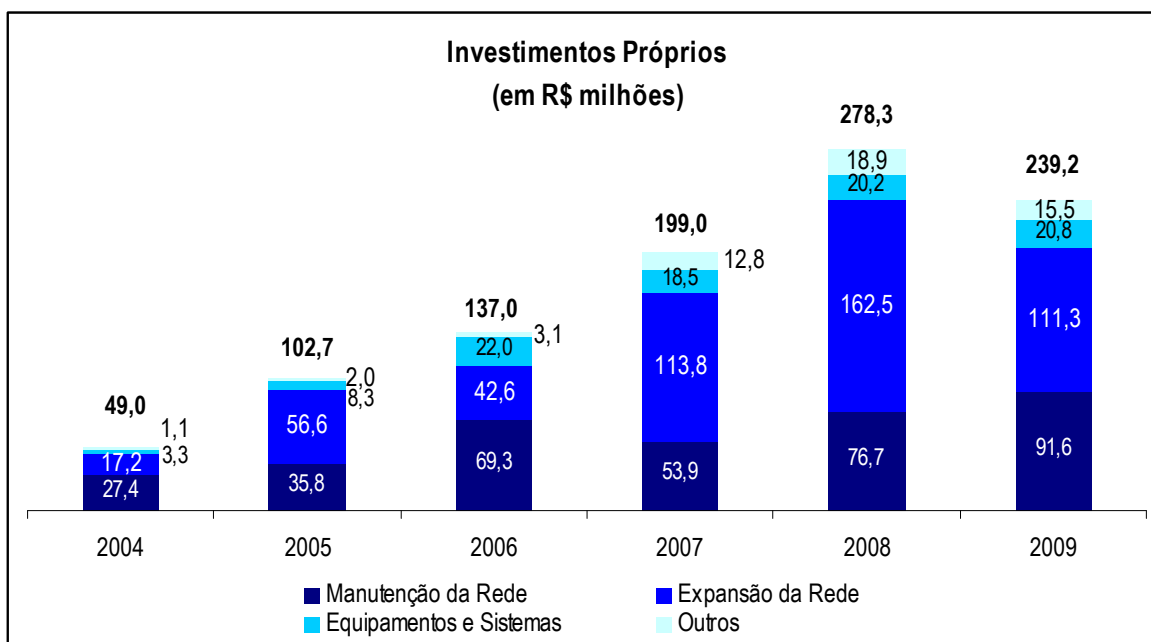
No final do ano, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$1.917,0 milhões. Excluindo as disponibilidades das companhias, assim como seus ativos regulatórios, o endividamento líquido consolidado da Equatorial era de R\$1.130 milhões.

O custo médio da dívida no ano foi de 9,3%, da qual mais de 98% é denominada em moeda nacional. Apenas 15,9% da dívida da companhia vencem no curto prazo, ao passo que mais de 55% vencem apenas a partir de 2013.

Investimentos

i) CEMAR - Investimentos Próprios

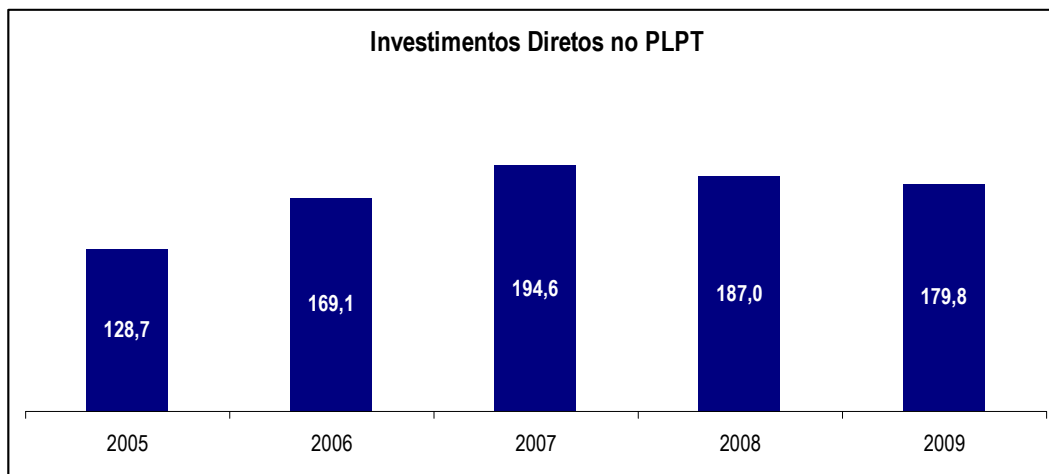
Em 2009, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 239,2 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.



ii) CEMAR - Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2009, foi alcançada a marca de 229 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,1 milhão de habitantes.

O investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$ 179,8 milhões, sendo que o investimento acumulado desde o início do programa totaliza R\$ 859,2 milhões.



iii) Light

No ano, foram aplicados R\$141,0 milhões em projetos de investimentos, dos quais se destacam os direcionados ao desenvolvimento de redes de distribuição (novas ligações, aumento de capacidade, e manutenção corretiva) no valor de R\$33,3 milhões, melhoria de qualidade e manutenção preventiva no valor de R\$16,2 milhões; blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes no montante de R\$41,2 milhões. Em geração, os investimentos somaram R\$ 13,0 milhões, referentes principalmente à manutenção do parque gerador existente.

10. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Equatorial é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de dois membros independentes no Conselho de Administração (total de sete integrantes);
- 45,9% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a Bovespa, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Presidente do Conselho
Gilberto Sayão da Silva	Vice-presidente do Conselho
Alessandro Monteiro Morgado Horta	Conselheiro
Alexandre Gonçalves da Silva	Conselheiro Independente
Carlos Augusto Leone Piani	Conselheiro
Celso Fernandez Quintella	Conselheiro Independente
Paulo Jerônimo de Mello Bandeira Pedrosa	Conselheiro

Diretoria Executiva

Nome	Cargo
Carlos Augusto Leone Piani	Diretor Presidente
Eduardo Haiama	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Tinn Freire Amado	Diretor
Patricia Pugas de Azevedo Lima	Diretora
Ana Marta Horta Veloso	Diretora

11. Relatório de Ações Sociais

i) CEMAR

Pautadas pela ética e pelo respeito da CEMAR com seus públicos, as iniciativas sociais da Companhia buscam contribuir para a redução das desigualdades sociais nas comunidades do Maranhão, priorizando projetos para a educação da população jovem carente, em parceria com entidades públicas e privadas.

Entre os programas sociais em que a CEMAR está envolvida, destacam-se:

Ligado na Comunidade

O ano de 2009 teve um saldo de 19 ações voluntárias realizadas. O Programa tem como objetivo motivar e mobilizar os colaboradores a atuarem como multiplicadores da cidadania, através da realização de palestras educativas e atividades sociais e lúdicas nas comunidades e instituições carentes do Maranhão. As ações são desenvolvidas por meio de parcerias, campanhas e eventos sociais com participação dos voluntários.

Qualificação de Eletricistas da Comunidade

Em 2009, foram realizadas duas turmas de eletricistas prediais, uma em Caxias e outra em Bacabal. Resultado de uma parceria entre a CEMAR e o SENAI-MA, o Programa tem como objetivo capacitar eletricistas com experiência, mas sem formação, para que possam atuar no mercado. Foram beneficiados 32 eletricistas de comunidades carentes das cidades citadas.

Escola de Música do Bom Menino

A Banda de Música do Bom Menino tem o apoio da CEMAR e atua nas comunidades da área do centro histórico de São Luís, despertando o interesse musical de cerca de 750 crianças e adolescentes.

Qualificar para trabalhar

Por meio de parceria com a prefeitura de São Luís, a Companhia fomenta o desenvolvimento socioeconômico local e a criação de emprego e renda através de doação de telecentros para escolas municipais. Em 2009, mais de 1.000 estudantes de comunidades locais foram beneficiados pela iniciativa.

Leitor do futuro

O projeto, mantido pela CEMAR, promove ações educativas e a distribuição de jornais nas escolas, com o objetivo de formar cidadãos esclarecidos, atualizados e conscientes dos acontecimentos diários no país e no mundo. O público beneficiado pelo projeto já ultrapassa 9.000 crianças.

Cine CEMAR

Projeto sócio-cultural que visa levar entretenimento aos municípios localizados fora dos grandes centros urbanos, criando um espaço alternativo de exibição de filmes para comunidades com acesso limitado à cultura e às artes.

Programa de Eficiência Energética

Programa regulado pela ANEEL que consiste em levar conhecimento sobre segurança e principalmente uso racional de energia elétrica. Em 2009 a CEMAR doou mais de 5 mil geladeiras e 30 mil lâmpadas no sul do Maranhão, além de promover ações educativas em vários municípios.

Campanha de solidariedade aos desabrigados pela enchente

Em 2009 a população maranhense sofreu com os alagamentos que atingiram diversos municípios do Estado. Em solidariedade às quase 100.000 desabrigados por essa catástrofe, a CEMAR lançou uma campanha de arrecadação de doativos, disponibilizando toda sua estrutura para realizar a coleta e logística dessas doações. Além disso, a Companhia doou 60 toneladas de alimentos e arrecadou outras 15 através de seus fornecedores.

Apoio a cultura Maranhense

Em 2009 a CEMAR trabalhou intensamente no apoio a cultura local. Além de patrocinar o São João de São Luís, uma das manifestações mais importantes da cultura maranhense, a Companhia estreitou relacionamento com grupos extrativistas que atuam junto ao público feminino no interior do estado, gerando emprego e renda na comunidade local. Ao longo do ano a CEMAR apoiou projetos apresentados por esses grupos e reformou a sede da Associação de Criadores de Andiroba em Axixá.

ii) Light

De 2002 a dezembro de 2009, a Light investiu mais de R\$ 67 milhões em 286 comunidades com o projeto **Comunidade Eficiente**, que integra o Programa de Eficiência Energética da empresa, orientado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A estratégia busca desenvolver o enfoque da eficiência energética junto à população de baixo poder aquisitivo e atuar de forma articulada ao poder público estadual, municipal e federal.

As ações do programa, que já beneficiou 286 mil clientes, são desenvolvidas em locais de extrema complexidade para intervenções no sistema de distribuição de energia. Sempre associadas aos conceitos de cidadania e de responsabilidade social, procuram, sempre que possível, gerar outros ganhos sociais para os moradores das comunidades.

Iniciativas ambientais

i)CEMAR

A CEMAR acredita que a energia elétrica contribui para mudar a vida das pessoas e que se trata de um insumo indispensável para o desenvolvimento e crescimento econômico do estado do Maranhão, área de concessão da Companhia. Para cumprir essa missão de maneira responsável, a CEMAR exerce suas atividades de forma ambientalmente responsável, cumprindo com todas as definições ambientais estabelecidas pela ANEEL, como também opera em conformidade com exigências ambientais das legislações federal, estadual e municipal.

A Companhia também investe continuamente na melhoria dos indicadores de qualidade e ampliação do sistema sob a ótica do desenvolvimento sustentável, com a utilização de novas tecnologias que impactem o mínimo possível no meio ambiente, preservando os recursos naturais e minimizando a emissão de poluentes atmosféricos.

O modelo de gestão ambiental desenvolvido e implantado em 2008 pela CEMAR é o Sistema de Gestão Integrado (SGI) de Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente, que norteia as ações da empresa, a fim de que estejam alinhadas com os requisitos da Norma OHSAS 18001 - Sistema de Gestão para Segurança e Saúde Ocupacional e ABNT NBR ISO14001- Sistema de Gestão Ambiental.

A avaliação e tratamento dos aspectos e impactos sociais e ambientais estão alinhados com o valor da Companhia “Comunidade e Meio Ambiente”, trabalhando, dessa forma, em harmonia com as comunidades do estado do Maranhão e com o meio ambiente.

Os requisitos legais e normativos são a fonte para avaliação / reavaliação dos aspectos e impactos ambientais dos produtos, processos e instalações que são então mapeados pelo seu grau de criticidade, a partir da identificação de possíveis fiscalizações, notificações, sanções, geração de passivos e riscos ambientais.

Utiliza-se como método para identificação e avaliação dos impactos ambientais dos processos e atividades, a prospecção “in loco”, através de inspeções e estudos técnicos ambientais, com identificação da cadeia do produto final, a fim de minimizar os impactos ao meio ambiente de acordo com o Manual Ambiental existente na organização.

Os principais possíveis impactos ambientais negativos decorrentes das atividades da CEMAR são:

- alteração da fauna e flora: desmatamento para abertura de faixas de servidão e poda de árvores;
- contaminação do solo e águas: resíduo classe I - óleo mineral isolante;
- incômodo à comunidade: ruído externo.

A meta da empresa em relação aos impactos ambientais negativos decorrentes de suas atividades e processos é aplicar ações mitigadoras e preventivas de melhoria contínua, visando cumprir a Legislação pertinente e evitar geração de passivos socioambientais.

É dada especial atenção para empreendimentos inseridos em áreas de preservação e urbanizadas. Quando da identificação de impactos socioambientais significativos, a avaliação da solução é feita conjuntamente com os órgãos ambientais competentes, a fim de se obter soluções que minimizem os impactos e definir as medidas compensatórias, caso necessário.

As principais atividades / processos potenciais geradores de impactos socioambientais, e suas respectivas ações mitigadoras são:

- Construção e ampliação de subestações, redes de distribuição e linhas de transmissão: realização de estudos de impactos socioambientais para definição de ações mitigadoras.
- Operação das subestações: monitoramento dos níveis de ruído.
- Limpeza de faixa: não gerar impacto socioambiental negativo; manutenção da graminha.
- Poda de árvores: aplicar procedimento de poda menos drástica; aplicação de rede isolada BT.
- Óleo mineral isolante: procedimento de armazenamento e manuseio que evita contaminação de solos e águas, e destinação ambientalmente correta do óleo descartado.
- Resíduos sólidos: proceder às práticas de redução da geração, reutilização e reciclagem dos resíduos. Coleta seletiva para os resíduos administrativos e oriundos do sistema elétrico de potência, com destinação social e ambientalmente correta, incluindo rastreabilidade até o seu destino final.
- Rede partida: procedimento para atendimento a situações de emergências ambientais e de segurança para minimizar as perdas.

ii) Light

A Política Ambiental da Light, que norteia o Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGA), está divulgada no site www.light.com.br e foi implementada a partir do início das certificações da organização pela NBR ISO 14001 em 2001. Entre 2007 e 2009, 154 empreendimentos foram certificados, entre linhas de distribuição 138kV, subestações de energia elétrica e agências comerciais, totalizando 76% das atividades da organização cobertas pelo SGA. A cada três anos todas as unidades certificadas passam por processos de recertificação. Em 2010, as certificações da Light serão ampliadas, com a inclusão de 20 empreendimentos, no mínimo.

Todas as usinas hidrelétricas da Light possuem Sistema de Gestão Integrado - que, além dos requisitos ambientais da norma NBR ISO 14001, abrangem as normas de qualidade e de segurança (ISO 9001) e saúde ocupacional (OHSAS 18001)

A Política Ambiental das Usinas está disponível em rede, para consulta pelos funcionários das unidades. A melhoria contínua é visível, pois o SGA tem permitido à organização uma melhor gestão dos aspectos ambientais pertinentes às suas atividades. Em dezembro de 2009 o Sistema de Gestão Integrado da Light Energia foi auditado por órgão certificador externo e recebeu recomendação de recertificação nas normas NBR ISO 9001:08, ISO 14001:08 e OHSAS 18001:07.

Relacionamento com Auditores Externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Carlos Augusto Leone Piani, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso, Patricia Pugas de Azevedo Lima e Tinn Freire Amado, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 24 de março de 2010 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

1. Examinamos o balanço patrimonial da Equatorial Energia S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada em conjunto, Geranorte - Geradora de Energia do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer sem ressalva foi emitido em 5 de fevereiro de 2010. Nas demonstrações financeiras da Equatorial Energia S.A., a participação nesta empresa é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representa investimento de R\$ 33.505 mil e a participação desse investimento não resultou em efeitos no resultado do exercício, uma vez que a empresa encontra-se em fase pré-operacional. As demonstrações financeiras dessa investida, com ativos totais proporcionais de R\$ 133.276 mil em 31 de dezembro de 2009, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento - decorrentes dessa controlada em conjunto, assim como dos ativos e passivos proporcionais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, está baseada no parecer desses auditores.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Energia S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. O parecer da controlada indireta Light S.A. possui parágrafo de ênfase em função das demonstrações financeiras da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado por essa controlada indireta, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 que foram auditadas por outros auditores independentes e que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 21 de janeiro de 2010, com parágrafo de ênfase sobre a existência do saldo de R\$137.317 mil relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o passivo da controlada indireta Light S.A. poderá ser ajustado proporcionalmente, e como resultado, o investimento da Companhia, poderá ser ajustado igualmente na proporção de sua participação.

5. As demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos seus fluxos de caixa e do valor adicionado daquele exercício, foram por nós auditadas e sobre as quais emitimos parecer, datado de 17 de fevereiro de 2009, sem ressalva e com parágrafos de ênfases, decorrentes do mesmo assunto mencionado no parágrafo 4 e -do reposicionamento da segunda revisão tarifária periódica da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA), solucionado durante o exercício de 2009.

Fortaleza, 24 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-MA



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0-T-CE-S-MA

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo a patrimonio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008	2009	2008
Circulante						Circulante					
Disponibilidades	5	31	6	30.045	28.908	Fornecedores	17	149	190	324.115	305.330
Aplicações financeiras	5	78.770	187.252	617.932	585.747	Folha de pagamento		44	37	1.598	1.501
Consumidores e revendedores	6	-	-	918.623	896.818	Provisão de férias e encargos		81	82	17.966	19.626
Baixa renda	7	-	-	26.940	30.747	Financiamentos e empréstimos	18	-	-	273.112	110.276
Serviços pedidos	11	-	-	51.255	22.260	Debêntures	19	-	-	31.917	27.836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(249.575)	(258.192)	Taxas regulamentares	20	-	-	30.648	37.109
Impostos a recuperar	8	130	10.105	156.928	192.771	Impostos e contribuições a recolher	21	1.088	1.620	105.090	97.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	63.747	67.623	Dividendos e juros sobre o capital	23	49.848	200.441	122.211	309.387
Pagamentos antecipados		16	23	1.497	984	Provisão para contingências	22	-	-	3.316	9.966
Estoques		-	-	9.112	12.863	Taxa de iluminação pública		-	-	28.555	23.679
Ativos regulatórios	10	-	-	149.447	137.447	Passivos regulatórios	10	-	-	26.768	55.086
Dividendos a receber		37.992	156.546	-	-	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	-	-	74.632	68.244
Outros créditos	11	-	3.495	24.339	21.920	Participação nos lucros		6.679	3.036	20.586	12.054
						Outras contas a pagar	25	12	29	55.893	59.641
		116.939	357.427	1.800.290	1.739.896			57.901	205.435	1.116.407	1.137.136
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo					
Consumidores e revendedores	6	-	-	142.685	102.378	Financiamentos e empréstimos	18	-	-	1.053.190	944.053
Impostos a recuperar	8	13.078	-	129.429	103.470	Debêntures	19	-	-	558.740	503.687
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	413.960	478.677	Impostos e contribuições a recolher	21	-	-	305.238	204.301
Pagamentos antecipados		-	-	415	1.091	Provisão para contingências	22	2	-	154.005	243.778
Ativos regulatórios	10	-	-	9.030	104.617	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	-	-	16.624	11.860
Depósitos judiciais		2	-	32.767	31.046	Passivos regulatórios	10	-	-	3.698	430
Outros créditos	11	-	-	11.140	7.917	Outras contas a pagar	25	-	-	278.520	288.076
		13.080	-	739.426	829.196	Deságio na aquisição de investimentos	12	-	-	76.162	83.911
Imobilizado	14	298	293	2.433.821	2.117.868			2	-	2.446.177	2.280.096
Investimentos	12	864.997	701.012	2.209	3.625	Participações de acionistas não controladores		-	-	599.195	540.963
Intangível	15	243.661	247.212	364.120	364.905						
Diferido	16	469	617	3.454	3.831	Patrimônio líquido					
						Capital social	26	907.485	987.649	907.485	987.649
						Reserva de capital	26	5.003	2.611	5.003	2.611
						Reservas de lucros	26	269.053	110.866	269.053	110.866
								1.181.541	1.101.126	1.181.541	1.101.126
Total do Ativo		1.239.444	1.306.561	5.343.320	5.059.321	Total do Passivo a patrimonio líquido		1.239.444	1.306.561	5.343.320	5.059.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita operacional	27	456	-	3.761.892	3.461.794
Fornecimento de energia elétrica		-	-	3.452.323	3.167.018
Suprimento de energia elétrica		-	-	102.305	113.142
Encargo de capacidade emergencial		-	-	-	-
Outras receitas		456	-	207.265	181.634
Deduções à receita operacional		(65)	-	(1.255.439)	(1.115.767)
ICMS sobre venda de energia elétrica		-	-	(766.324)	(701.318)
PIS e COFINS		(42)	-	(261.315)	(244.145)
Encargos do consumidor		-	-	(209.272)	(154.754)
Cota para RGR		-	-	(17.243)	(14.326)
ISS		(23)	-	(636)	(584)
Encargo de capacidade emergencial		-	-	9	2
Outros		-	-	(658)	(643)
Receita operacional líquida		391	-	2.506.453	2.346.027
Custo do serviço de energia elétrica		-	-	(1.557.280)	(1.434.313)
Custo da energia elétrica	28	-	-	(1.291.674)	(1.175.019)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(1.204.448)	(1.110.793)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	(87.226)	(64.226)
Custo da operação	28	-	-	(265.598)	(259.300)
Custo da operação - Pessoal		-	-	(39.456)	(47.572)
Custo da operação - Material		-	-	(11.188)	(9.244)
Custo da operação - Serviços de terceiros		-	-	(63.084)	(55.570)
Custo da operação - Depreciação e amortização		-	-	(145.224)	(141.299)
Custo da operação - Arrendamentos e aluguéis		-	-	(33)	(16)
Outros		-	-	(6.612)	(5.600)
Custo do serviço prestado a terceiros	28	-	-	(8)	6
Custo do serviço prestado - Pessoal		-	-	(1)	(5)
Custo do serviço prestado - Material		-	-	-	23
Custo do serviço prestado - Serviços de terceiros		-	-	(7)	(12)
Custo do serviço prestado - Outros		-	-	-	-
Lucro operacional bruto		391	-	949.173	911.714
Despesas com vendas		-	-	(89.526)	(67.105)
Despesas administrativas		(2.873)	(2.777)	(66.635)	(68.801)
Despesa com pessoal e administradores		(4.899)	(2.735)	(39.605)	(26.003)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		-	-	(86.894)	(82.971)
Provisão (reversão) de contingências		-	-	(18.244)	938
Depreciação e amortização		(148)	(123)	(28.967)	(20.566)
Outras despesas/receitas operacionais		(1.788)	837	(46.972)	(24.851)
Resultado do serviço		(9.317)	(4.798)	572.331	622.356
Resultado financeiro	28	7.153	5.617	(91.260)	(6.239)
Rendas financeiras		15.474	19.323	89.313	112.324
Acréscimo moratório de energia vendida		-	-	62.351	50.498
Encargos de dívidas		-	-	(48.822)	(54.589)
Variações monetárias e cambiais		-	-	20.271	(6.571)
Juros dos empréstimos e financiamentos		-	-	(98.368)	(112.097)
Juros sobre capital próprio		(7.412)	(11.865)	(7.412)	(11.865)
Outras		(909)	(1.841)	(108.593)	16.061
Resultado da equivalência patrimonial	28	210.603	299.551	1.089	18.441
Receitas (despesas) operacionais		208.048	300.370	(467.013)	(277.155)
Resultado operacional		208.439	300.370	482.160	634.559
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda e participação nos lucros		208.439	300.370	482.160	634.559
Provisões de impostos		(117)	-	(114.923)	(127.310)
Contribuição social		(42)	-	(34.450)	(17.076)
Imposto de renda		(75)	-	(123.742)	(86.934)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	54.155	46.577
Impostos diferidos		-	-	(10.887)	(69.877)
Lucro antes da participação nos lucros		208.322	300.370	367.237	507.249
Participação dos empregados nos lucros		(6.743)	(3.272)	(25.832)	(20.172)
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores		201.579	297.098	341.405	487.077
Participação de acionistas não controladores		-	-	(141.533)	(198.627)
Reversão de juros sobre capital próprio		7.412	11.865	7.412	11.865
Lucro líquido do exercício		208.991	308.963	207.283	300.314
Lucro líquido por lote de mil ações (R\$)		1,97	2,92	1,96	2,84
Quantidade de ações no final do exercício		105.883.030	105.638.030	105.883.030	105.638.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Reserva para investimento e expansão		
Saldos em 1º de janeiro de 2008	713.217	-	13.599	-	-	726.816
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-	-	-	-	(9.680)	(9.680)
Opções outorgadas reconhecidas	-	2.611	-	-	-	2.611
Aumento de capital	274.432	-	-	-	-	274.432
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	308.963	308.963
Destinações propostas:						
Reserva legal	-	-	14.964	-	(14.964)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	82.303	(82.303)	-
Dividendos	-	-	-	-	(190.151)	(190.151)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.865)	(11.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	987.649	2.611	28.563	82.303	-	1.101.126
Opções outorgadas reconhecidas	-	2.392	-	-	-	2.392
Aumento de capital	2.139	-	-	-	-	2.139
Redução de capital	(82.303)	-	-	-	-	(82.303)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	208.991	208.991
Destinações propostas:						
Reserva legal	-	-	10.450	-	(10.450)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	147.737	(147.737)	-
Dividendos	-	-	-	-	(43.392)	(43.392)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(7.412)	(7.412)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	907.485	5.003	39.013	230.040	-	1.181.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	208.991	308.963	207.283	300.114
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	148	123	174.192	161.864
Equivalência patrimonial	(214.153)	(304.171)	-	-
Pagamento baseado em ações - Stock options	2.392	2.611	2.392	2.611
Variações monetárias/cambiais - ativas e passivas	-	-	109.537	80.477
CVA	-	-	59.956	20.687
Créditos de imposto de renda e contribuição social	-	-	(7.134)	69.877
Participação de acionistas não controladores	-	-	141.533	198.627
Amortização de ágio	3.551	4.620	(1.088)	(20)
Provisão para devedores duvidosos e perda	-	-	86.953	82.971
Provisão para contingência	-	-	18.244	(938)
Outros	-	-	-	(2.080)
	929	12.146	791.868	914.191
Variações nos ativos e passivos circulante e não circulante				
Aumento do contas a receber	-	-	(149.064)	(557.756)
(Aumento) redução dos estoques	-	-	3.751	(8.531)
(Aumento) redução dos impostos a recuperar	(3.104)	(2.825)	9.885	(172.349)
(Aumento) redução das outras contas do ativo	122.056	(48.252)	58.350	(643.388)
Aumento (redução) em fornecedores	(42)	190	18.784	133.177
Aumento (redução) dos tributos	(532)	(270)	108.626	158.179
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	2.674	(10.399)	(177.757)	1.075.399
	121.052	(61.555)	(127.425)	(15.269)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	121.981	(49.409)	664.443	898.921
Atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(153)	(416)	(490.142)	(1.449.607)
Intangível	-	(14.610)	1.873	(86.201)
Investimento	50.168	(69.543)	1.416	(3.404)
Outros	148	(616)	377	(3.831)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades de investimentos	50.163	(85.185)	(486.476)	(1.543.043)
Atividades de financiamento				
Integralização (redução) de capital	(80.164)	274.432	(80.164)	274.432
Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio	(200.437)	(148.717)	(286.050)	(208.955)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(164.407)	397.190
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	385.977	323.932
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades de financiamentos	(280.601)	125.715	(144.644)	786.599
Disponibilidades geradas (aplicadas) no exercício	(108.457)	(8.880)	33.323	142.478
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades				
Caixa no início do exercício	187.258	196.138	614.655	472.177
Caixa no final do exercício	78.801	187.258	647.977	614.655
Aumento (redução) nas disponibilidades	(108.457)	(8.880)	33.323	142.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reclassificado	2009	2008 Reclassificado
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	456	-	3.761.892	3.461.794
Outras despesas/receitas operacionais	(1.788)	837	(46.972)	(24.851)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	-	(86.894)	(82.971)
Provisão (reversão) de contingências	-	-	(18.244)	938
	(1.332)	837	3.609.782	3.354.910
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.291.674)	(1.175.019)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(80.891)	(70.402)
Despesas Comerciais e Outras	-	-	(90.185)	(67.748)
	-	-	(1.462.750)	(1.313.169)
Valor adicionado (aplicado) bruto	(1.332)	837	2.147.031	2.041.741
Depreciação, amortização e exaustão	(148)	(123)	(174.191)	(161.864)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	(1.480)	714	1.972.841	1.879.877
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	210.603	299.551	1.089	18.441
Receitas financeiras	15.474	19.323	151.665	162.822
Outras	(909)	(1.841)	(106.887)	24.710
	225.168	317.033	45.867	205.973
Valor adicionado total a distribuir	223.688	317.747	2.018.708	2.085.849
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	14.515	8.784	157.133	147.675
Benefícios	-	-	35.316	29.435
FGTS	-	-	8.244	8.409
Outros	-	-	(29.164)	(22.967)
	14.515	8.784	171.529	162.553
Tributos				
Federais	159	-	602.744	540.533
Estaduais	-	-	766.324	701.318
Municipais	23	-	636	584
	182	-	1.369.704	1.242.434
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	-	-	126.919	173.256
Aluguéis	-	-	33	16
	-	-	126.952	173.272
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio	7.412	11.865	7.412	11.865
Dividendos	43.392	190.151	43.392	190.151
Lucros retidos do exercício	158.187	106.947	158.187	106.947
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	141.533	198.627
	208.991	308.963	350.524	507.590
Valor adicionado	223.688	317.747	2.018.708	2.085.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”), com sede em São Luís no Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de distribuição ou distribuição de energia elétrica.

No dia 7 de abril de 2008, a Equatorial Energia realizou a conversão de suas ações preferenciais para ordinárias (na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária) e o grupamento de suas ações, de modo que 3 ações ordinárias foram convertidas em 1 ação ordinária. Assim, a Equatorial passou a ser negociada na Bolsa de Valores de São Paulo sob o ticker “EQTL3”. Em 23 de abril de 2008, a Companhia concluiu seu processo de migração do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA para o Novo Mercado.

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”): Empresa de economia privada de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o estado do Maranhão, atendendo, em 31 de dezembro de 2009, a mais de 1,7 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantinha participação de 65,12% (65,14% em 31 de dezembro de 2008) na CEMAR.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”): Em 12 de fevereiro de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Equatorial a incorporação da PCP Energia Participações S.A., sociedade que detém a participação indireta de 13,03% na Light S.A., através da RME - Rio Minas Energia Participações S.A., na qual detém 25% de participação e que, através de acordo de acionistas, compartilha o controle da referida sociedade. A incorporação possibilitou a concentração na Equatorial de investimentos no setor de energia tornando-a um veículo único para expansão de sua participação no mercado de energia elétrica, por meio de novos investimentos e aquisições. Desta forma, a Companhia passou a deter 25% da RME - Rio Minas Energia Participações S.A., que possuía, até 29 de dezembro de 2009, 52,13% da Light S.A. A Light atua nas áreas de comercialização, distribuição e geração de energia elétrica em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma área de 10.970 Km², que corresponde a 25% do território estadual, compreendendo 10 milhões de habitantes. Com aproximadamente 4,0 milhões de clientes, as vendas de energia da Light S.A. representam mais de 70% de toda a energia consumida no estado do Rio de Janeiro. Adicionalmente, a incorporação propiciará a criação de valor através do intercâmbio das melhores práticas de gestão dos investimentos, o que resultará em benefícios para a Equatorial e, conseqüentemente, para seus acionistas.

Geradora de Energia do Norte S.A. (“Geranorte”): A Geranorte (pré-operacional) é a sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecerão energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geranorte. O consórcio que detém o controle da Geranorte é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%) O controle da Geranorte é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 23 de abril de 2008, a referida aquisição estava condicionada (i) à autorização prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (ii) à realização de auditoria legal e financeira, pela Equatorial, na Geranorte; e, (iii) à finalização da negociação entre as partes dos termos e condições dos documentos vinculantes regulando a operação.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em relação aos itens mencionados acima, a Companhia informa que: (i) obteve a autorização prévia da ANEEL em relação ao ingresso da Equatorial no grupo de controle da Geranorte, conforme autorização publicada na edição de 18 de setembro de 2008 do Diário Oficial da União; (ii) concluiu o processo de auditoria legal e financeira na Geranorte; e, (iii) assinou os contratos que definem os termos e condições vinculantes da operação entre as partes.

A autorização para construção e operação das usinas de Tocantinópolis e Nova Olinda foi obtida por meio do Leilão A-3, realizado em julho de 2007. Nesse leilão, foram vendidos 240 MW (120 MW de cada usina), garantindo uma receita anual fixa total de aproximadamente R\$136,2 milhões (aproximadamente R\$68,1 milhões para cada usina).

As usinas serão construídas pelo grupo finlandês Wärtsilä, em regime de EPC (Engineering Procurement Construction), e serão compostas, cada uma, por 19 grupos geradores 20V32, que utilizarão como combustível óleo pesado de alta viscosidade. A implantação do projeto iniciou-se no segundo semestre de 2008, e as usinas entraram em operação comercial em janeiro de 2010. O valor total do projeto é de aproximadamente R\$500 milhões e a participação da Equatorial (25%), corresponde a R\$125 milhões. A Companhia aportou R\$45 milhões através da utilização de recursos próprios e pretende financiar o valor remanescente através de linhas de financiamento.

Equatorial Soluções S.A.: A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros. A Equatorial Energia detém 100% de participação dessa sociedade.

As controladas CEMAR e Equatorial Soluções, bem como a controlada em conjunto RME e GERANORTE, serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”, quando mencionadas em conjunto.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo atendido os conceitos contábeis introduzidos pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09.

Por se tratar de uma Companhia preponderantemente de participação em outras sociedades, as notas explicativas refletem, basicamente, as práticas contábeis e detalhamentos de contas das suas controladas.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2010.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício fiscal. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Estimativas contábeis

Em atendimento à Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e de suas Controladas e controladas em conjunto usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização dos estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivo relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas Controladas e controladas em conjunto revisam as suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo os recebíveis relativos aos serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis para os instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Instrumentos mantidos até o vencimento*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento os seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- *Instrumentos disponíveis para venda*

Os investimentos da Companhia em instrumentos financeiros, de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida, são classificados como disponíveis para venda, quando após o reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- *Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado*

Um instrumento é classificado pelo seu valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimentos e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças na Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovados pela Deliberação CVM 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. (vide Nota Explicativa nº 27).

e. Ativos circulante e não circulante

- *Aplicações financeiras*

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras estão classificadas como disponíveis para negociação, valorizados ao valor justo através do resultado (vide Nota Explicativa nº 5).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Consumidores e revendedores*

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustado ao valor presente quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizado com base no regime de competência (vide Nota Explicativa nº 6).

- *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa nº 6a).

- *Estoques (inclusive do ativo imobilizado)*

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário que não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição.

- *Baixa renda*

Inclui os valores decorrentes dos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial de baixa renda, estabelecida pela Lei nº 10.438/02 (vide Nota Explicativa nº7).

- *Investimentos*

Representado pela participação em controladas e em controladas em conjunto e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide Nota Explicativa nº 12).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Imobilizado*

Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UCs, conforme determina a Portaria nº 815 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999 da ANEEL.

Os gastos que representam o aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem são considerados como ativo imobilizado e capitalizados. Os gastos com a manutenção e o reparo são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 da ANEEL, de 26 de outubro de 2001, os juros, as variações monetárias e os encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão é apresentado como redutor do Ativo Imobilizado. Na CEMAR as citadas obrigações referem-se aos valores recebidos dos consumidores para possibilitar a realização dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica, e aos recursos recebidos da União, do Estado do Maranhão e de outras fontes, com fins específicos do financiamento de obras de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, incluindo os recursos do Programa Nacional de Universalização e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural - Programa Luz para Todos (vide Nota Explicativa nº 13c).

Na Light o saldo de obrigações especiais é proveniente da participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, de verbas federais, estaduais e municipais para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Intangível*

Registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção dos sistemas corporativos, este último deduzido da amortização acumulada realizada a uma taxa de 20% a.a. (vide Nota Explicativa nº 14).

Inclui também o ágio ou deságio registrado na aquisição das sociedades controlada e controladas em conjunto - CEMAR, Equatorial Soluções, RME e Geranorte - decorrente da diferença entre o preço de aquisição e o valor do patrimônio contábil das sociedades adquiridas, em conformidade com a Instrução nº. 247 da CVM, de 27 de março de 1996, deduzidas da amortização acumulada.

- *Redução ao valor recuperável de ativos*

Os ativos imobilizado e intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

f. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia e suas controladas realizam estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos, e após a análise de relevância, o ajuste a valor presente é julgado imaterial ou não por parte da Administração, desta forma efetua-se ou não o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e debêntures*

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial incorrida até a data do balanço, além dos juros e demais encargos previstos contratualmente e apropriados como despesas financeiras até a data do balanço.

- *Provisão para contingências*

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Companhia e suas controlada e controladas em conjunto. O saldo da provisão para contingências está apresentado líquido dos seus respectivos depósitos judiciais.

- *Demais passivos circulante e não circulante*

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto optaram por adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

i. Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CEMAR e Light são reconhecidos pelo regime de competência e estão em conformidade com a deliberação nº 371/00 da CVM e NPC nº 26 do IBRACON.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

j. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247, de 27 de março de 1996, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

Os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados, quando aplicável:

- Reconhecimento integral dos ativos, passivos, receitas e despesas do período da CEMAR, na qual detém participação de 65,12%, da Equatorial Soluções em 100%, e reconhecimento proporcional dos ativos, passivos, receitas e despesas do período desde a data da aquisição da RME no montante de 25% e da Geranorte no montante de 25%, correspondente aos percentuais de participação nestas Sociedades, respectivamente;
- Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias; e
- Destaque da participação de minoritários no passivo e na demonstração do resultado.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Segue abaixo a demonstração da variação do resultado da controladora e do consolidado:

	2009	2008
Lucro líquido da Controladora em 31 de dezembro	208.991	308.963
Provisão de multa PIS/COFINS (contabilizado a débito direto no patrimônio líquido da controlada indireta Light SESA).	-	728
Efeitos fiscais de IR e CS – reversão despesas P&D e PEE (contabilizado a crédito direto no patrimônio líquido da controlada indireta Light SESA).	-	(6.591)
Pagamento baseado em ações - Light (contabilizado a crédito direto no patrimônio líquido da controlada indireta Light S.A.)	(1.557)	(2.927)
Pagamento baseado em ações - CEMAR (contabilizado a crédito direto no patrimônio líquido da controlada CEMAR).	(151)	(27)
Outros	-	(32)
Lucro líquido do Consolidado em 31 de dezembro	<u>207.283</u>	<u>300.114</u>

5 Disponibilidades

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras nacionais, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, estando disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e suas controladas.

A Companhia considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Composição das disponibilidades:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e equivalente de caixa:				
Numerário disponível	31	6	30.045	28.908
Aplicações financeiras	<u>78.770</u>	<u>187.252</u>	<u>617.932</u>	<u>585.747</u>
Total	<u>78.801</u>	<u>187.258</u>	<u>647.977</u>	<u>614.655</u>

b. Composição das aplicações financeiras:

Modalidade	Taxa	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2009	2008	2009	2008
Overnight (Controladas LIRe LOI**	-	Diário		-	200.308	248
CDB - Certificado Depósito Bancário	CDI	Diário	14.409	56.212	81.695	313.718
Fundos de investimentos	-	-	-	-	155.762	5.919
LFT* - Letra Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	123	6.415
Debêntures compromissadas	CDI	-	64.361	131.040	179.603	251.090
Outros	CDI	Diário	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>441</u>	<u>8.357</u>
Total			<u>64.361</u>	<u>187.252</u>	<u>617.932</u>	<u>585.747</u>

* LFT (Letras Financeiras do Tesouro) - Aplicação em títulos do Tesouro Nacional através do banco custodiante.

** LIR – LIR Energy Limited, controlada da Light SESA.

** LOI – Light Overseas Investment Limited, controlada da Light SESA.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Consumidores e revendedores

	Consolidado	
	2009	2008
Circulante		
Fornecimento faturado	653.856	666.514
Fornecimento não faturado	112.754	91.987
Parcelamento de débitos	<u>119.681</u>	<u>81.059</u>
Subtotal	<u>886.291</u>	<u>839.560</u>
Comercialização no âmbito do CCEE (nota 26)	843	6.019
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	13.743	13.111
Créditos a recuperar na tarifa	1.628	16.994
PERCEE	119	115
Concessionárias	205	304
Serviços prestados	627	969
Cheques em cobrança	1.355	1.338
Outros	<u>13.812</u>	<u>18.408</u>
Subtotal	<u>32.332</u>	<u>57.258</u>
	918.623	896.818
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(249.575)</u>	<u>(258.192)</u>
	<u>669.048</u>	<u>638.626</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	<u>Consolidado</u>	
	2009	2008
Não circulante		
Comercialização no âmbito do CCEE (nota 26)	8.010	8.010
Parcelamento de débitos (1)	134.675	94.368
Cheques em cobrança	<u>3.638</u>	<u>3.638</u>
Subtotal	146.323	106.016
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.638)</u>	<u>(3.638)</u>
	<u>142.685</u>	<u>102.378</u>

(1) Os parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07.

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos na Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, nas controladas e controladas em conjunto, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

	2009			
Consolidado	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	86.411	95.844	196.483	378.738
Industrial	18.279	10.211	47.483	75.973
Comercial	59.108	26.138	54.321	139.567
Rural	4.520	2.803	2.327	9.650
Poder público	14.458	14.333	28.326	57.117
Iluminação pública	7.314	5.371	8.995	21.680
Serviço público	<u>74.920</u>	<u>5.272</u>	<u>3.746</u>	<u>83.938</u>
Fornecimento faturado e parcelamentos (CP e LP)	<u>265.010</u>	<u>159.972</u>	<u>341.681</u>	<u>766.663</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Consolidado	2008			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	107.886	78.303	196.385	382.575
Industrial	20.203	14.206	54.042	88.451
Comercial	61.236	25.465	46.720	133.420
Rural	4.274	3.388	2.091	9.753
Poder Público	14.001	10.624	24.986	49.611
Iluminação Pública	8.200	2.564	9.221	19.986
Serviço Público	<u>75.860</u>	<u>8.323</u>	<u>6.903</u>	<u>91.086</u>
Fornecimento faturado e parcelamentos (CP e LP)	<u>291.660</u>	<u>142.873</u>	<u>340.348</u>	<u>774.882</u>

(*) Este quadro não contempla os valores do parcelamento da CEMAR que totalizam R\$ 145.196 em 31 de dezembro de 2009 (R\$70.252 em 31 de dezembro de 2008).

b. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (operações de curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados e/ou previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela Controlada CEMAR, utilizando as informações disponíveis.

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma. Em 31 de dezembro de 2009 as operações realizadas no âmbito da CCEE geraram direito a crédito no valor de R\$396 (R\$5.669 em 31 de dezembro de 2008).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Do total, a controlada CEMAR tem um saldo a receber de R\$ 8.010, que está sendo contestado judicialmente (entre os agentes CCEE/ ANEEL), tem sido avaliado por Assessores Jurídicos dessa Controlada, como risco possível de perda, portanto, não constituída provisão para esse valor. Este saldo pode sofrer modificações, dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

7 Baixa renda

Em 1º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda. De acordo com tais procedimentos, em 31 de dezembro de 2009 as sociedades controladas e controladas em conjunto possuíam R\$26.940 (R\$ 30.747 em 31 de dezembro de 2008) a receber da Eletrobrás.

8 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Créditos fiscais - IRPJ e CSL (4)	-	-	25.861	26.955
IRRF	-	1.285	6.043	7.954
ICMS (2)	-	-	66.238	65.674
PIS/COFINS (3)	-	-	1.737	25.987
Antecipação de IRPJ / CSLL (1)	-	-	45.348	51.145
IRPJ/CSLL a restituir	-	8.690	1.275	9.421
Outros	<u>130</u>	<u>130</u>	<u>10.426</u>	<u>5.635</u>
Total	<u>130</u>	<u>10.105</u>	<u>156.9288</u>	<u>192.771</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Não circulante				
ICMS (2)	-	-	51.377	62.198
Pis e Cofins (3)	-	-	62.417	39.767
IRRF	2.393	-	2.393	-
IRPJ/CSLL a Restituir	10.685	-	10.685	-
Outros	-	-	2.557	1.505
	<u>13.078</u>	<u>-</u>	<u>129.429</u>	<u>103.470</u>

(1) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondiam aos montantes recolhidos, quando das apurações mensais por estimativas ou balancetes de suspensão, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos.

(2) As controlada e controlada em conjunto, CEMAR e Light, respectivamente, possuem créditos de ICMS baseados na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, segundo a qual as controlada e controlada em conjunto vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

Na controlada em conjunto indireta Light em 31 de dezembro de 2009, inclui R\$ 8.669 (R\$18.003 em 31 de dezembro de 2008) de créditos provenientes das renegociações da dívida da CEDAE ocorridas em julho e dezembro de 2006.

(3) Na CEMAR, o PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente. Ressalta-se que os valores do PIS e da COFINS a compensar constantes do ativo não circulante referem-se à exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo das referidas contribuições sociais, conforme mandados de segurança nº 2006.37.00.005574-3 e 2008.37.00.004357-1, respectivamente.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Na RME refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de retificação das bases de cálculo do PIS e da COFINS do período compreendido entre fevereiro de 2004 e abril de 2008 em função da utilização de alguns encargos setoriais como dedução da base de cálculo destes tributos. Em relação ao período de novembro de 2005 a abril de 2008, o montante referente aos créditos apurados está sendo repassado aos consumidores e está registrado na rubrica Outros Débitos, no montante de R\$ 2.906 (R\$ 11.723 em 31 de dezembro de 2008).

- (4) Refere-se a créditos fiscais de saldo negativo a compensar provenientes de retenções de aplicações financeiras e órgãos públicos no montante de R\$ 5.738 e de créditos de antecipação de IR/CS dos exercícios de 2007 e 2008 no montante de R\$ 19.781, pertencentes à RME (por meio da Light S.A.) e R\$ 343 pertencente à Equatorial Soluções (por meio Equatorial Energia).

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Com base no disposto da Instrução nº 371/2002 da CVM, a Administração reconheceu o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas considerando as projeções do lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração, que indicam que este ativo será realizado em menos de 10 anos.

Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para a sua recuperação, e estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução nº 371 da CVM, de 27 de junho de 2002.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante da Controlada CEMAR, considerando a expectativa de sua realização, determinado com base nas projeções dos resultados futuros da CEMAR, observando o limite de 30% para a compensação anual com lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes das diferenças temporárias, que serão integralmente recuperados no momento de sua realização.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2009	2008
Ativo - Circulante e não circulante		
IRPJ e CSL base negativa	335.055	413.224
IRPJ e CSL diferenças temporárias	5.444	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	68.716	75.231
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.229	2.822
Provisões para contingências trabalhistas	13.911	14.002
Provisões para contingências fiscais	15.257	34.015
Provisões para contingências cíveis	21.822	23.733
Impactos provenientes da adoção da lei nº 11.638/07	4.832	4.992
Outras provisões	<u>10.441</u>	<u>7.897</u>
TOTAL	477.707	575.916
(-) Provisão para recuperação	<u>-</u>	<u>(29.616)</u>
Total	477.707	546.300
Circulante	<u>63.747</u>	<u>67.623</u>
Não circulante	<u>413.960</u>	<u>478.677</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Expectativa de recuperação

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

A Companhia, por orientação de sua Administração, efetuou análise dos seus prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, acumulados nos anos calendários de 1990 a 2005, tomando por base as Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídica - DIPJ e o Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR, submetendo a análise de especialista tributário. Como resultado, em 30 de junho de 2009, foi reconhecido no balanço patrimonial um crédito adicional de R\$ 27.415 a título de complemento do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação desses créditos fiscais está em observância aos limites de projeções de resultado da Companhia.

Com base nos estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores dos impostos diferidos, a Administração da CEMAR estima que a expectativa de realização dos créditos fiscais possa ser assim representada:

	Valor
2010	57.411
2011	17.245
2012	18.309
2013	16.011
2014 a 2018	<u>109.965</u>
Total	<u>218.941</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera. Novo estudo técnico de viabilidade para o exercício de 2010 foi elaborado pela Companhia, o qual foi submetido à aprovação do Conselho de Administração no dia 26 de março de 2010.

Light

A constituição do crédito fiscal contempla o montante recuperável em até 10 anos, como definido na Instrução CVM nº 371/02, e no pressuposto da não prescrição do crédito.

Para fundamentar esses créditos fiscais diferidos, a Light - atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2009, o estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração e apreciado pelo Conselho Fiscal, o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2008 e aprovados pelo Conselho de Administração à época. O estudo de viabilidade indica a recuperação do saldo em até 4 anos. A seguir, são apresentados os montantes deste ativo fiscal diferido por ano de realização estimado:

	Valor
2010	58.303
2011	67.348
2012	55.657
2013	<u>72.013</u>
Total	<u>253.321</u>

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da controladora e do consolidado, da despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CS) debitada em resultado, para os exercícios de 2009 e 2008, é demonstrada como segue:

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do IR e CS (LAIR)	220.175	297.415	482.159	634.357
(-) Participação nos lucros	(6.743)	(3.272)	(25.832)	(20.172)
(=) Lucro antes do IR e CS (LAIR)	213.432	294.143	456.327	614.185
Alíquota combinada de IR e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas pela legislação vigente	(72.567)	(100.009)	(155.151)	(208.823)
Efeito de IR e CS sem as adições e exclusões permanentes	-	-	25.965	11.183
Efeito de IR e CS sem equivalência patrimonial	72.450	100.009	(24.751)	50.996
Diferença entre as Bases de cálculo - IR e CS	-	-	(41)	15
Lucro das Off shore (Light)	-	-	(13.146)	(20.290)
Reversão Provisão IRPJ e CSLL - Diferida	-	-	29.616	-
Compensação de prejuízo fiscal - 30% não reconhecida no resultado	-	-	(9.940)	(7.441)
Créditos Fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/002 - Light S.A	-	-	(4.716)	-
Incentivos fiscais	-	-	55.239	47.051
Baixa de prejuízo fiscal - auto de infração	-	-	(18.021)	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>-117</u>	<u>-</u>	<u>22(114.924)</u>	<u>(127.308)</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(117)	-	(104.037)	(57.432)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.887)</u>	<u>(69.876)</u>
	<u>(117)</u>	<u>-</u>	<u>(114.924)</u>	<u>(127.308)</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- *Incentivo da depreciação acelerada*

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006, concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043 emitida pela SUDENE em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

- *Incentivo da redução do imposto de renda*

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. Na Controlada CEMAR a receita total até 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 54.155 referente ao incentivo fiscal SUDENE (R\$ 46.578 em 31 de dezembro de 2008) para formação da reserva de incentivos fiscais. A Lei nº 11.638/07 extinguiu as Reservas de Capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Ativos e passivos regulatórios

	Consolidado – Ativo			
	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
Detalhamento – CVA				
Conta de desenvolvimento energético – CDE	507	353	67	-
Conta de consumo de combustível – CCC	8.657	39.866	-	7.968
Custo de aquisição de energia	39.681	-	971	18.855
Encargo do serviço do sistema – ESS	9.200	32.874	-	3.550
Transporte de energia pela rede básica	4.465	2.241	3.038	689
Proinfa	8.784	1.247	158	-
Reposicionamento tarifário diferido – RTD	33.352	17.024	-	60.447
Parcela A – racionamento	-	32.978	-	-
Exposição involuntária ao PLD	-	-	-	8.431
Ajuste financeiro TUSD	-	6.758	-	-
Ajuste financeiro CUSD	-	60	-	-
Parcela de ajuste de fronteira	-	1.192	-	-
Programa Luz para Todos – PLPT	3.576	85	-	4.471
Transporte de energia elétrica Itaipu	246	655	81	206
Previsão baixa renda	22.159	-	-	-
Exposição financeira	5.211	-	-	-
Ajuste financeiro revisão definitiva	922	-	-	-
Exposição involuntária	11.417	-	-	-
Revisão 2008 - Itens financeiros	457	-	-	-
Outros ativos regulatórios	813	2.114	-	-
Total CVA Ativo	<u>149.447</u>	<u>137.447</u>	<u>9.030</u>	<u>104.617</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado - Passivo			
	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
Detalhamento – CVA				
Conta de consumo de combustível – CCC	648	1.492	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	170	7.716	-	416
Custo de aquisição de energia	9.371	34.505	-	-
Encargo do serviço do sistema – ESS	425	-	3.698	-
Proinfa	-	1.400	-	14
Transporte de Rede Básica	405	-	-	-
Repasse da sobrecontratação de energia (art.38 do Dec.5.163/04)	1.546	3.934	-	-
Energia sobrecontratação	-	930	-	-
Ajuste RB fronteira	306	1.523	-	-
Parcela de ajuste de fronteira	567	-	-	-
Exposição financeira	1.711	2.957	-	-
Ajuste aplicação trajetória de perda - 1º Ciclo	4.248	-	-	-
Parcela “A”	4.653	-	-	-
Ajuste financeiro TUSD geradoras	2.530	-	-	-
CVA em processamento	92	-	-	-
Outros	<u>96</u>	<u>629</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total CVA Passivo	<u>14.203</u>	<u>55.086</u>	<u>3.698</u>	<u>430</u>

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

a. Conta de Compensação da Variação de Valores dos Itens da Parcela A - CVA:

A Portaria Interministerial nº 25, dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação da Variação dos Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre os reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Reposicionamento Tarifário Diferido - RTD

O processo de revisão tarifária, previsto nos contratos de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, aconteceu pela primeira vez no caso da CEMAR em agosto de 2005, e a sua realização está prevista a cada quatro anos. Este processo tem como objetivo redefinir o nível das tarifas do fornecimento de energia elétrica, baseando-se em custos operacionais eficientes e na adequada remuneração sobre os investimentos realizados de forma eficiente e prudente pelas empresas.

O processo de revisão tarifária da CEMAR teve início em 2004 e foi concluído no dia 22 de agosto de 2005 com a divulgação pela ANEEL do novo reposicionamento tarifário da Companhia. As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEMAR tiveram reajuste médio de 15,95%, sendo que a ANEEL autorizou por meio da Resolução Homologatória nº 196 de 22 de agosto de 2005, apenas o repasse imediato de 7,16% acrescido dos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica (CVA e ativos regulatórios) de 3,80%, implicando em um aumento tarifário total de 10,96%. O recebimento pela Companhia da diferença do índice foi diferido em três parcelas para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A CEMAR vem apurando mensalmente a parcela do RTD, constituído pela diferença entre o índice médio homologado de 15,95% e o repasse autorizado para as tarifas (7,16%). De acordo com a Resolução Homologatória nº 196, a ANEEL incluiria na parcela B dos reajustes tarifários dos próximos três anos (agosto de 2006, 2007 e 2008) valores para compensar a diferença do reajuste postergado. A primeira parcela no valor de R\$42.451 mil foi considerada no reajuste tarifário de 2006 e 2007.

Em agosto de 2008, a ANEEL decidiu postergar o recebimento, por parte da CEMAR, da terceira parcela do diferimento no valor de R\$60.447. Na Revisão tarifária periódica de 2009 foi concedido como componente financeiro, o montante de R\$59.010, referente a esta última parcela, para amortização nos próximos doze meses. Em 31 de dezembro de 2009, a CEMAR apurou um saldo amortizar desse Ativo Regulatório no valor total de R\$33.352, registrado no ativo circulante (R\$17.024 registrado no ativo circulante e R\$60.447 no não circulante, em 31 de dezembro de 2008).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Exposição Involuntária ao PLD

A partir de janeiro de 2008, a energia comprada via contratos foi insuficiente para atender o seu mercado, de forma que a CEMAR se viu obrigada a adquirir energia no mercado SPOT, mercado de curto prazo, valorada ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD. Essa exposição ocorreu devido às frustrações dos Leilões A-1 de 2006 e 2007, do Leilão de Ajuste de 2007 e à redução das quotas do PROINFA pela ANEEL em dezembro de 2007 (após a realização dos leilões de compra).

Em função dessa exposição ter acontecido de forma involuntária, a ANEEL homologou, através da Resolução Normativa nº 305, de 18 de março de 2008, o reconhecimento da compra de energia no mercado SPOT como um contrato. Nesse contexto, a variação dos preços SPOT é capturada pelo mecanismo de compensação da variação de custos da parcela A (CVA), gerando um ativo regulatório, o que minimiza o impacto da exposição ao PLD no resultado da Companhia. Em agosto de 2009, o montante de R\$9.220 foi concedido pela ANEEL na Revisão tarifária periódica de 2009, considerando o volume de exposição do PLD em que a empresa ficou exposta no ano de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, a CEMAR apresentou um saldo a amortizar de exposição involuntária ao PLD de R\$5.211, classificado no ativo circulante (R\$ 8. 431 em 31 de dezembro de 2008, registrado no ativo não circulante)

d. Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determinou que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A ANEEL no reajuste tarifário da CEMAR em agosto de 2008, recalculou os valores dos exercícios de 2005 e 2006 e apurou o valor do ano de 2007 com base na nova regra e no procedimento de comercialização na CCEE aprovados pela ANEEL.

e. Exposição financeira

Na revisão tarifária da CEMAR a ANEEL homologou a exposição financeira dos CCEAR's líquidas e negativas das contabilizações do exercício de 2008. Este valor tem como base o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais diferenças dos preços no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE serão repassadas pelos agentes de distribuição aos consumidores.

f. Programa Luz para Todos

A expansão do sistema de distribuição e o aumento do grau de dispersão dos consumidores em função da adição de novos ativos e do número de unidades consumidoras atendidas pelo Programa Luz para Todos, impôs um aumento dos custos das atividades comerciais e de operação e manutenção das redes, e do nível de investimentos não subvencionados. O déficit ocasionado pelo avanço do PLPT é apurado segundo a Resolução nº 294/2007 e considerado nos processos de reajuste ou revisão tarifária como componentes financeiros. Em agosto de 2009, o montante de R\$ 6.327 foi concedido pela ANEEL na Revisão tarifária periódica de 2009, considerando o volume do referido déficit.

Em 31 de dezembro de 2009, a CEMAR apresentou um saldo a amortizar desse ativo regulatório de R\$ 3.576, classificado no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2008 R\$ 48 registrado no ativo circulante e R\$ 4.471 registrado no ativo não circulante).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

g. Previsão Baixa Renda

A partir da Revisão tarifária periódica de 2009, a ANEEL passou a considerar para as empresas uma previsão de complemento de receita ao valor da subvenção da CDE destinado a cobertura dos descontos concedidos aos consumidores da subclasse residencial Baixa Renda, conforme Resolução Normativa nº 89, de 25 de outubro de 2004. Para a CEMAR o valor concedido foi de R\$ 39.206.

h. Ajuste Aplicação Trajetória de Perdas do 1º Ciclo

Em 23 de junho de 2009, a ANEEL foi solicitada a se manifestar, por meio do Ofício nº 316/2009-TCU/SEFID, acerca dos procedimentos adotados pelo Regulador para a definição das perdas técnicas e não técnicas da CEMAR entre os anos de 2005 e 2008.

A resposta desta Agência ao TCU, por meio do Ofício nº 128/2009-AIN/ANEEL, de 13 de julho de 2009, reportou as metodologias e procedimentos adotados no âmbito do primeiro ciclo geral de revisões tarifárias de distribuidoras de energia elétrica e indicou que a análise pormenorizada se daria no âmbito da segunda revisão tarifária da CEMAR.

Assim, o assunto foi analisado no âmbito da ANEEL/SRE, a qual verificou que, para que fosse atingida a meta regulatória de 4 p.p, o primeiro degrau de redução das perdas não técnicas deveria ter sido aplicado já na revisão tarifária de 2005, para o ano teste, o que não ocorreu. Assim, para corrigir tal imperfeição, os reajustes tarifários de 2006 a 2008 foram recalculados pela ANEEL/SRE de forma a contemplar uma maior redução de perda nos anos subseqüentes a revisão para que a trajetória regulatória definida fosse atingida. O resultado desta correção gerou um componente financeiro de R\$7.516, o qual foi considerado na Revisão tarifária periódica de 2009 da CEMAR.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Light SESA

i. Racionamento

As receitas das distribuidoras e geradoras de energia elétrica (energia livre) no período de racionamento foram recuperadas por meio da “Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE”, cujo término para o faturamento de perda de receita da Light SESA ocorreu em fevereiro de 2008. Em junho de 2008, a Light SESA procedeu à baixa contábil dos itens de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e suas respectivas provisões, que não foram recuperados no prazo de 74 meses estabelecido pela ANEEL no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (PERCEE), no montante de R\$ 72.862 sem impactar o resultado daquele período.

A Light SESA mantém ações constantes, tanto no âmbito da ANEEL, quanto do judiciário, em busca do devido ressarcimento dessas perdas.

Seguindo a orientação do Despacho da ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, as Concessionárias de Distribuição efetuaram uma apuração dos valores devidos às Concessionárias de Geração, conforme cálculo estabelecido na Resolução nº 387, de 12 de janeiro de 2010. O montante apurado, por estimativa, foi registrado no passivo, na rubrica Fornecedores, contra o resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2009, esse montante totalizava R\$13.546.

Diante do término do prazo para faturamento da RTE (Perda de Receita), a Composição da Variação de Itens da “Parcela A” (período de 01 de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001) passou a ser recuperada a partir de março de 2008, conforme homologado pelo Ofício Circular nº 267/04 da ANEEL.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conforme regras da ANEEL, o adicional tarifário deveria permanecer até o final do mês em que se daria a amortização total do montante homologado, devidamente atualizado pela taxa SELIC. No caso da Light SESA, o fim da amortização se deu no meio do mês de junho de 2009. Os valores faturados após a amortização do montante homologado de Parcela A foram reconhecidos no reajuste tarifário de 2009, totalizando R\$5.751 e estão sendo devolvidos aos consumidores. Este montante está registrado na rubrica Outros Débitos, no passivo circulante.

j. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

Registra as variações ocorridas e juros SELIC no período entre reajustes tarifários anuais dos valores de compra de energia; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE; Encargos de Serviço do Sistema - ESS; Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão Integrantes da Rede Básica e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2009, e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (novembro de 2010).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Outros créditos a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Adiantamento a fornecedores e empregados	-	-	6.395	4.089
Contribuição Iluminação Pública – CIP	-	-	6.280	6.435
Aluguéis de imóveis	-	-	106	28
Bens e direitos destinados a alienação	-	-	-	-
Depósitos swap	-	3.487	-	3.487
Subrogação Batavo	-	-	445	-
Outros	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>11.114</u>	<u>7.881</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.495</u></u>	<u><u>24.339</u></u>	<u><u>21.920</u></u>
Não circulante				
Outros	-	-	374	4.810
Bens e direitos destinados a alienação	-	-	2.329	3.107
Subrogação Batavo	-	-	5.003	-
Caução em garantia	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.434</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>11.140</u></u>	<u><u>7.917</u></u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controladas em conjunto seguem abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Avaliados por equivalência patrimonial:				
CEMAR	475.250	383.800	-	-
RME	359.165	286.816	-	-
GERANORTE	33.505	33.505	-	-
Equatorial Soluções	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>868.106</u>	<u>704.121</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	-	-	2.209	3.625
Deságio na aquisição de investimentos	<u>(3.109)</u>	<u>(3.109)</u>	<u>(76.162)</u>	<u>(83.911)</u>
Subtotal	<u>(3.109)</u>	<u>(3.109)</u>	<u>(73.953)</u>	<u>(80.286)</u>
Total	<u>864.997</u>	<u>701.012</u>	<u>(73.953)</u>	<u>(80.286)</u>

Conforme OCPC 02 item 53, para fins de consolidação os valores de deságios foram reclassificados para o passivo não-circulante, no valor de R\$76.162 (R\$83.911 em 31 de dezembro de 2008).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a. Informações sobre as companhias Controladas e controladas em conjunto

	CEMAR	RME	Geranorte	Equatorial Soluções
Saldos em 31/12/2008				
Participação no capital (%)	65,14%	25,00%	25,00%	-
Capital social	252.513	709.310	88.020	-
Patrimônio líquido	589.210	1.147.263	134.020	-
Resultado do período	227.804	549.217	-	-
Saldos em 31/12/2009				
Participação no capital (%)	65,12%	25,00%	25,00%	100,00%
Capital social	310.278	709.310	88.020	1
Patrimônio líquido	729.744	1.436.684	134.020	186
Resultado do período	198.263	338.780	-	186

b. Movimentação dos Investimentos em Controladas e controladas em conjunto

	CEMAR	RME	Geranorte	Equatorial Soluções	Total
Saldos em 31/12/2007	327.298	-	-	-	327.298
Aquisição de novos investimentos	-	266.284	33.505	-	299.789
Resultado de equivalência patrimonial	147.922	131.355	-	-	279.277
Dividendos	91.193	110.823	-	-	202.016
Perda de capital	(227)	-	-	-	(227)
Saldo em 31/12/2008	383.800	286.816	33.505	-	704.121
Resultado da equivalência patrimonial	129.272	84.695	-	186	214.153
Dividendos	(37.730)	(12.346)	-	-	(50.076)
Perda de capital	(92)	-	-	-	(92)
Saldo em 31/12/2009	475.250	359.165	33.505	186	868.106

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Alienação da participação societária na Light S.A.

Em 30 de dezembro de 2009, o controlador da Equatorial, FIP PCP e a CEMIG firmaram um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo a Equatorial como interveniente anuente. Visando a alienação da participação indireta do FIP PCP na Light S.A., companhia aberta com ações negociadas no Novo Mercado, levando em conta que os acionistas da RME realizaram uma cisão desproporcional da mesma.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Controlada CEMAR

Empresas	Ref	Natureza da operação	2009			2008		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimo	-	411.138	20.391	-	340.236	17.957
		Dividendos	-	33.007	-	-	46.998	-
FASCEMAR	(b)	Empréstimo	-	26.071	2.919	-	27.856	3.952
		Previdência Privada	-	-	1.630	-	-	1.194
EQUATORIAL	(c)	Contrato de compartilhamento	49	-	-	114	-	-
		Dividendos	-	64.052	-	-	91.196	-

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Empresas	Ref	Natureza da operação	2009			2008		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
LIGHT	(d)	Compra de energia elétrica	-	1.107	9.273	-	1.105	8.758
		Uso de rede	-	1	9	-	-	6
CHESF	(e)	Compra de energia elétrica	-	9.140	77.314	-	9.138	72.180
		Uso de rede	-	790	6.779	-	164	4.762
ELETRONORTE	(f)	Compra de energia elétrica	-	4.648	39.068	-	7.497	47.825
		Uso de rede	-	2.885	24.179	-	517	14.625
FURNAS	(g)	Compra de energia elétrica	-	13.554	114.781	-	13.507	106.108
		Uso de rede	-	963	7.822	-	191	6.161
CEMIG	(h)	Compra de energia elétrica	-	2.581	21.629	-	1.725	13.666
		Uso de rede	-	305	2.290	-	51	1.419
CEPISA	(i)	Uso de rede	205	8.852	16.618	-	1.461	12.194

- (a) Os valores com a ELETROBRÁS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRÁS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, conforme mencionado na Nota Explicativa 17.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes de empréstimos e das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar - FASCEMAR. Os contratos de empréstimos estão descritos na Nota Explicativa 17 e as condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão na Nota Explicativa 28.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a pagar.
- (d) Os valores com a Light Serviços de Eletricidade S/A (“Light”) são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado, com vigência: produto CCEAR 2005 nº 320/2005 até 2012 e produto CCEAR 2006 nº 705/2004 e 27167 até 2013.
- (e) Os valores com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso da rede. Os produtos contratados junto à CHESF são: CCEAR 2005 nº 82/2004 vigência até 2012, CCEAR 2006 nº 460/2004 vigência até 2013, CCEAR 2007 nº 770/2004 vigência até 2014, CCEAR 2008 nº 1158/2005 vigência até 2015, contrato A-1 nº 3172/2006 vigência até 2014 e CCEAR 2009 nº 27220 vigência até 2016.
- (f) Os valores com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso da rede. Os contratos são: contrato CCEAR 2005 nº 184/2004 vigência até 2012, contrato CCEAR 2006 nº 565/2004 vigência até 2013, contrato CCEAR 2007 nº 863/2004 vigência até 2014, contrato CCEAR 2008 nº 1226/2005 vigência até 2015, o contrato A-1 nº 3193/2006 vigência até 2014.
- (g) Os valores com FURNAS Centrais Elétricas S/A são provenientes de contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso de rede. Os contratos são: contrato CCEAR 2005 nº 286/2004 vigência até 2012, contrato CCEAR 2006 nº 670/2004 vigência até 2013, contrato CCEAR 2007 nº 925/2004 vigência até 2014, o contrato P8-Nova nº 1833/2005 vigência até 2037 e contrato CCEAR 2009 nº 27219 com vigência até 2016.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(h) Os valores com CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”) são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso da rede. Os contratos são: contrato CCEAR 2006 nº 390/2004 vigência até 2013, o contrato CCEAR 2008 nº 1056/2005 vigência até 2015 e contrato CCEAR 2009 nº 3293 com vigência até 2016.

(i) Os valores com a Companhia Energética do Piauí - CEPISA são provenientes de uso da rede.

Controlada em conjunto RME

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 2009 e 2008:

Empresas	Ref	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CEMIG	(a)	Compra de energia elétrica	-	-	602	649	-	-	25.059	22.104
CEMIG	(a)	Venda de energia elétrica	632	614	-	-	5.638	5.365	-	-
CEMIG	(a)	Cobrança de encargo do uso de sistema da Light SESA com a Cemig	45	37	-	-	515	503	-	-
CEMIG	(a)	Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com CEMIG	-	-	139	95	-	-	4.244	3.246
CEMIG	(a)	Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com CEMIG	3	-	-	-	29	-	-	-
CEMAR	(c)	Compromisso de Venda de Energia Elétrica	277	276	-	-	2.305	2.190	-	-
BNDES	(b)	Empréstimos FINEM	-	-	98.535	108.266	-	-	10.797	8.682
BNDES	(b)	Empréstimos Linha de Crédito	-	-	112	599	-	-	-	225

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Empresas	Ref	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
BNDES	(b)	Debêntures 1ª emissão	-	-	2.014	6.107	-	-	300	692
BNDES	(b)	Pró Esco e Projeto de Eficiência Energética do Condomínio Santos Dumont Debêntures 4ª emissão	-	-	453	149	-	-	28	-
BNDES	(b)	Debêntures 4ª emissão	-	-	27	-	-	-	21	-
BNDES	(b)	Linha de Crédito - Direto	-	-	14.952	-	-	-	10	-
BNDES	(b)	Linha de Crédito - Direto + 1%	-	-	14.953	-	-	-	12	-
BNDES	(b)	Linha de Crédito - Direto PSI	-	-	8.821	-	-	-	3	-
Braslight	(d)	Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT	-	-	239.108	258.040	-	-	4.549	56.343

(a) Grupo Controlador - Rio Minas Energia Participações S.A - RME Sociedade controlada em conjunto pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões, Luce do Brasil Fundo de Investimento em Participações e Equatorial Energia S.A.

(b) BNDESPAR possui participações diretas e indiretas em controlada e controladas em conjunto operacionais da Light S.A.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- (c) Os valores com a Companhia Energética do Maranhão - CEMAR são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado, com vigência: produto CCEAR 2005 nº 320/2005 até 2012 e produto CCEAR 2006 nº 705/2004 e 27167 até 2013.
- (d) BRASLIGHT é a fundação que administra a previdência complementar dos funcionários da Light. As condições do plano de previdência da Light com a BRASLIGHT estão na Nota Explicativa 28.

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas da RME:

Item	Objetos e características do contrato	Contratos com o mesmo grupo	Vinculo com a Light S.A.	Valor Original		Data de Vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou de término	Saldo remanescente 31/12/2009
				RS	Data			
1	Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG		CEMIG (Participa do grupo controlador)	153.512	jan/06	31/12/2038	30% do saldo remanescente	130.099
2	Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG		CEMIG (Participa do grupo controlador)	39.060	jan/05	dez/13	N/A	19.316
3	Contrato de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG		CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	nov/03	Indeterminado	N/A	45
4	Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG		CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	dez/02	Indeterminado	N/A	139
5	Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com a CEMIG		CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Dez/02	Indeterminado	N/A	-
6	Compromisso de venda de energia elétrica pela Light Energia para a CEMAR		Equatorial (participa do grupo controlador)	15.304	jan/05	dez/13	N/A	7.696

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Item	Objetos e características do contrato	Contratos com o mesmo grupo	Vinculo com a Light S.A.	Valor Original		Data de Vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou de término	Saldo remanescente 31/12/2009
				RS	Data			
7	Empréstimos FINEM		BNDES (Participa do grupo controlador)	137.333	nov/07	set/14	N/A	98.535
8	Empréstimos Linha de Crédito		BNDES (Participa do grupo controlador)	3.537	mar/99	abr/99	N/A	112
9	Empréstimos Debêntures 1º emissão - Não conversíveis		BNDES (Participa do grupo controlador)	26.250	jan/98	jan/10	N/A	2.014
10	Pró Esco e Projeto de Eficiência Energética do Condomínio Edif. Santos Dumont		BNDES (Participa do grupo controlador)	149	dez/08	out/14	N/A	453
11	Empréstimos Debêntures 1º emissão - Conversíveis		BNDES (Participa do grupo controlador)	191.813	Jun/05	Jun/15	N/A	27
12	Empréstimos - Linha de Crédito Direto		BNDES (Participa do grupo controlador)	14.408	dez/09	abr/17	N/A	14.952
13	Empréstimos - Linha de Crédito Direto + 1%		BNDES (Participa do grupo controlador)	14.408	dez/09	abr/17	N/A	14.953
14	Empréstimos - Linha de Crédito Direto PSI		BNDES (Participa do grupo controlador)	7.601	dez/09	abr/17	N/A	8.821
15	Plano Previdenciário - Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT		BRASLIGHT (Participa do grupo controlador)	133.763	jun/01	jun/26	Até o término do contrato	239.108

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Informações adicionais - Acordos em andamento

A Light, no intuito de potencializar a sua capacidade de desenvolver e implantar novos projetos de geração e tendo em conta a reconhecida capacidade nesta área de seu acionista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, celebrou Memorando de Entendimentos (Memorando) que, dentre outras disposições, estabelece que as partes buscarão produzir, em conjunto, planos de negócios para o desenvolvimento e implementação de projetos de geração de energia (Projetos de Geração). O Memorando determina, ainda, que as partes celebrarão instrumentos específicos para cada um dos Projetos de Geração que venham a implementar, sendo certo que a participação da Companhia, diretamente ou através de suas controladas, em cada um desses consórcios, será de 51% (cinquenta e um por cento) e que a participação da CEMIG, diretamente ou por suas controladas, será de 49% (quarenta e nove por cento). Possuindo em sua carteira alguns projetos já em fase de desenvolvimento, o grupo Light formalizou, através de suas subsidiárias Lightger S.A., Itaocara Energia Ltda. e Light Energia S.A., três contratos de constituição de consórcio com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT), subsidiária integral da CEMIG, os quais têm por objeto a exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas regiões de Paracambi, Itaocara e Lajes, respectivamente. Todos os instrumentos particulares acima mencionados foram celebrados pelas partes sob condições suspensivas, dependendo, portanto, a sua eficácia, da obtenção de todas as autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, inclusive, mas não se limitando à ANEEL, órgão regulador e fiscalizador dos serviços de energia elétrica.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Imobilizado

	Consolidado			
	2009		2008	
Imobilizado por atividade	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	370.616	(113.336)	257.280	155.107
Transmissão	4.325	(2.066)	2.259	2.341
Distribuição	3.925.439	(1.475.403)	2.450.036	2.112.556
Administração	71.232	(43.370)	27.862	13.395
Comercialização	<u>65.156</u>	<u>(20.422)</u>	<u>44.734</u>	<u>41.059</u>
Em serviço	<u>4.436.768</u>	<u>(1.654.597)</u>	<u>2.782.171</u>	<u>2.324.458</u>
Geração	30.360	-	30.360	16.228
Distribuição	468.258	-	468.258	445.957
Administração	21.402	-	21.402	34.586
Comercialização	<u>6.427</u>	<u>-</u>	<u>6.427</u>	<u>1.614</u>
Em curso	<u>526.447</u>	<u>-</u>	<u>526.447</u>	<u>498.385</u>
Total da imobilização	4.963.215	(1.654.597)	3.308.618	2.822.843
Obrigações Especiais Vinculados à Concessão (c)	-	-	(874.797)	(704.975)
Total do imobilizado líquido	<u>4.963.215</u>	<u>(1.654.598)</u>	<u>2.433.821</u>	<u>2.117.868</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação dos bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Na Controlada CEMAR, em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos bens destinados à alienação é de R\$ 522 (R\$208 em 31 de dezembro de 2008).

No exercício de 2009, foi incorporado ao Ativo Imobilizado, a título de capitalização de parcelas de gastos com a administração central, o montante de R\$7.493 (R\$5.757 no exercício de 2008), registrado por transferência e em contrapartida ao resultado do período no grupo de gastos operacionais - despesas gerais e administrativas. A controlada Light SESA não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União, e a controlada CEMAR não possui ativos dessa natureza.

Imobilizado em curso

Na controlada CEMAR o saldo das imobilizações em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$290.202, R\$54.145, R\$6.625 e R\$1.748 respectivamente (R\$325.261, R\$45.919, R\$6.116 e R\$9.884 em 31 de dezembro de 2008, respectivamente). Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$40.323 (R\$28.289 em 31 de dezembro de 2008), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento. A CEMAR constituiu uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$2.759 (R\$1.959 em 31 de dezembro de 2008). O saldo do imobilizado em curso está apresentado líquido dessa provisão.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Na controlada indireta Light SESA, o imobilizado em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2009 totalizava R\$6.784 (R\$ 13.498 em 31 de dezembro de 2008) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$1.437 (R\$ 372 em 31 de dezembro de 2008).

Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com o MCSPE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, instituído através da Resolução Normativa nº 367, 2 de junho de 2009, da ANEEL, são as seguintes:

Controlada CEMAR

<u>Geração</u>	<u>%</u>	<u>Distribuição</u>			
		Linhas, Redes e Subestações - Tensão < 69KV	%	Linhas, Redes e Subestações - Tensão > 69KV	%
Gerador	3,3				
Edificação	4,0	Banco de capacitores	6,7	Banco de capacitores	5,0
Turbina de gás	5,0	Chave	6,7	Chave	3,3
Motor de combustão interna	6,7	Condutor	5,0	Condutor	2,5
		Edificação	4,0	Edificação	4,0
		Estrutura	5,0	Estrutura	2,5
Comercialização/administração	%	Regulador	4,8	Regulador	3,5
Móveis e utensílios	10,0	Religador	4,3	Religador	4,3
Edificação	4,0	Transformador	5,0	Transformador de Força	2,5
Veículos	20,0	Medidor	4,0	Disjuntor	3,0
Equipamentos de informática	10,0				

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Controlada indireta Light

Geração	(%)	Distribuição	(%)	Comercialização	(%)	Administração	(%)	Transmissão	(%)
Barramento	2,5	Banco de capacitores	6,7	Edificações	4,0	Edificações	4,0	Condutor do sistema	2,5
Disjuntor	3,0	Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0	Equipamento geral	10,0	Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0	Condutor do sistema	5,0	Veículos	20,0	Veículos	20,0	Estrutura do sistema	2,5
Equipamentos da tomada d'água	3,7	Disjuntor	3,0					Religadores	4,3
Estrutura da tomada d'água	4,0	Edificações	4,0						
Gerador	3,3	Estrutura do sistema	5,0						
Grupo motor – gerador	5,9	Medidor	4,0						
Reserv., barragens e adutoras	2,0	Regulador de tensão	4,8						
Sistema de comunicação local	6,7	Religador	4,3						
Turbina hidráulica	2,5	Transformador	5,0						
Taxa média depreciação		Taxa média depreciação		Taxa média depreciação		Taxa média depreciação		Taxa média depreciação	
Geração	3,8	Distribuição	4,9	Comercialização	11,3	Administração	11,3	Transmissão	4,8

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Obrigações vinculadas à concessão

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas aos investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para as concessões de distribuição e comercialização, cuja quitação ocorrerá até o final da concessão.

As contribuições dos consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Na Controlada CEMAR, as doações e subvenções são representadas substancialmente pelos valores não reembolsáveis repassados pela Eletrobrás para custeio do Programa Luz para Todos, no montante de R\$736.193 (R\$581.605 em 31 de dezembro de 2008), líquidos de impostos. A participação da União corresponde às verbas Federais recebidas para a execução de empreendimentos elétricos vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins da determinação dos indicadores financeiros.

As obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do imobilizado, referem-se, principalmente aos recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com o ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizados a partir da 2ª revisão tarifária periódica (de 28 de agosto de 2008) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conforme Resolução Normativa ANEEL nº 234, as obrigações especiais vinculadas à concessão devem ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação do imobilizado, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Light SESA, a partir de novembro de 2008). Desta forma, a taxa média anual de amortização das obrigações especiais é 3,5%, e foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

A mutação do ativo imobilizado consolidado está demonstrada abaixo:

	Saldo em 2008	Adições (*)	Baixas	Transferência		Saldo em 2009
				Capitalização	Estoque	
Em Serviço						
Geração	263.199	108.759	(1.345)	3	-	370.616
Transmissão	4.325	-	-	-	-	4.325
Distribuição	3.463.936	77.470	(37.444)	421.593	(116)	3.925.439
Comercialização	16.766	119	(2.069)	1.162	(370)	15.608
Administração	<u>97.020</u>	<u>1.356</u>	<u>(2.747)</u>	<u>25.450</u>	<u>-</u>	<u>121.079</u>
Subtotal	<u>3.845.246</u>	<u>187.704</u>	<u>(43.605)</u>	<u>448.208</u>	<u>(486)</u>	<u>4.437.067</u>
(-) Depreciação						
Geração	(108.094)	(5.889)	647	-	-	(113.336)
Transmissão	(1.984)	(82)	-	-	-	(2.066)
Distribuição	(1.351.379)	(151.750)	27.571	-	156	(1.475.401)
Comercialização	(8.276)	(1.219)	1.919	-	172	(7.405)
Administração	<u>(50.762)</u>	<u>(7.715)</u>	<u>2.088</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.389)</u>
Subtotal	<u>(1.520.495)</u>	<u>(166.655)</u>	<u>32.225</u>	<u>-</u>	<u>328</u>	<u>(1.654.597)</u>
Total em serviço	2.324.751	21.049	(11.380)	448.208	(158)	2.782.470
Em curso						
Geração	16.228	17.780	36	(3)	(1.917)	32.124
Transmissão	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Saldo em 2008	Adições (*)	Baixas	Transferência		Saldo em 2009
				Capitalização	Estoque	
Distribuição	445.957	752.133	(344.773)	(439.554)	52.375	466.138
Comercialização	1.614	1.242	-	(1.162)	(83)	1.611
Administração	34.293	18.691	89	(7.597)	(19.201)	26.275
Subtotal	<u>498.092</u>	<u>789.846</u>	<u>(344.648)</u>	<u>(448.316)</u>	<u>31.174</u>	<u>526.148</u>
Total	<u>2.822.843</u>	<u>810.895</u>	<u>(356.028)</u>	<u>(108)</u>	<u>31.016</u>	<u>3.308.618</u>

(*) As adições estão contemplando os bens da Controlada em conjunto indireta RME incorporados em 2009.

15 Intangível

a. *Ágio por expectativa de rentabilidade futura*

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				
Ágio na aquisição da CEMAR	240.331	240.331	240.331	240.331
Ágio na aquisição da GERANORTE	11.500	11.500	11.500	11.500
Amortização acumulada	<u>(8.170)</u>	<u>(4.619)</u>	<u>(8.170)</u>	<u>(4.619)</u>
	243.661	247.212	243.661	247.212
Outros intangíveis (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.459</u>	<u>117.693</u>
Total	<u>243.661</u>	<u>247.212</u>	<u>364.120</u>	<u>364.905</u>

O custo histórico do ágio é referente das aquisições da CEMAR em 30 de junho de 2000 e da Geranorte em 1º de outubro de 2008.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Outros intangíveis

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Consolidado			
	2009			2008
Intangível por atividade	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	76.195	(48.293)	27.902	11.388
Geração	1.450	(1.417)	33	41
Administração	49.548	(32.159)	17.389	17.631
Comercialização	<u>49.475</u>	<u>(32.184)</u>	<u>17.291</u>	<u>22.015</u>
Em serviço	<u>176.668</u>	<u>(114.053)</u>	<u>62.615</u>	<u>51.075</u>
Distribuição	8.645	-	8.645	4.939
Geração	28.932	-	28.932	29.415
Administração	19.655	-	19.655	28.594
Comercialização	<u>612</u>	<u>-</u>	<u>612</u>	<u>3.670</u>
Em curso	<u>57.844</u>	<u>-</u>	<u>57.844</u>	<u>66.618</u>
Total intangível líquido	<u>234.512</u>	<u>(114.053)</u>	<u>120.459</u>	<u>117.693</u>

O ativo intangível da controlada CEMAR é composto por softwares, faixas de servidão (não depreciáveis) e outros. Os softwares são amortizados a uma taxa de 20% ao ano.

A Controlada indireta Light registra Softwares em seu intangível, depreciando a uma taxa de 20% a.a. e Servidão de Passagem, que não possui depreciação por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma Linha de Transmissão e Distribuição. O ativo intangível da Light Geração, inclui o montante de R\$ 28.913 referentes à concessão onerosa de Uso do Bem Público da Itaocara Energia Ltda.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Diferido

O ativo diferido, em 31 de dezembro de 2009, está constituído por R\$ 469 (R\$617 em 31 de dezembro de 2008) referentes a gastos de reestruturação da Controladora, R\$1.457 (R\$1.457 em 31 de dezembro de 2008) da Controlada em conjunto GERANORTE provenientes de gastos pré-operacionais e R\$ 1.528 (R\$1.757 em 31 de dezembro de 2008) da Controlada em conjunto RME referente a gastos com reestruturação.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Ativo Diferido				
Encargos financeiros	-	-	1.002	1.002
Organização/administração/outros	-	-	122	122
Encargos tributários	-	-	119	119
Seguros	-	-	531	531
Consultoria técnica	-	-	70	70
Viagens e estadias	-	-	18	18
Receitas pré-operacionais	-	-	(405)	(405)
Gastos de reestruturação	<u>469</u>	<u>617</u>	<u>1.997</u>	<u>2.374</u>
Total	<u>469</u>	<u>617</u>	<u>3.454</u>	<u>3.831</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Moeda estrangeira - Repasse Itaipú	-	-	22.709	27.934
UTE Norte Fluminense	-	-	16.922	20.399
Encargos de uso da rede elétrica (c)	-	-	29.499	28.133
Comercialização no âmbito de CCEE	-	-	5.453	3.279
Encargos do serviço do sistema	-	-	1.821	1.616
Energia livre - ressarcimento às geradoras (a)	-	-	13.807	266
Leilões de energia (b)	-	-	81.393	74.584
Outros	<u>149</u>	<u>190</u>	<u>16.242</u>	<u>1.905</u>
	149	190	187.845	158.116
Materiais e serviços	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>136.269</u>	<u>147.214</u>
Total	<u>149</u>	<u>190</u>	<u>324.115</u>	<u>305.330</u>

(a) Energia Livre - Ressarcimento às Geradoras

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, calculados pelas empresas, que serão validados pela Agência.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em função da Resolução mencionada acima, a Controlada em conjunto indireta Light SESA, baseada na nova metodologia de cálculo, apurou o montante estimado a pagar de R\$ 13.546, cujo efeito líquido no resultado, considerando o valor anteriormente registrado, foi de R\$ 11.894, registrado como despesa financeira

(b) Suprimento de energia e encargos de conexão CEMAR

Em dezembro de 2005, terminaram os contratos iniciais do fornecimento de energia elétrica contratados pela CEMAR junto à ELETRONORTE e à CEPISA, que representavam uma aquisição de 932.112 MWh de energia. Entretanto, conforme o Decreto/Lei nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

(c) Encargo de uso da rede elétrica CEMAR

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado							
	2009					2008		
	Circulante		Não Circulante			Circulante	Não circulante	
	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Total	Principal e encargos	Principal e encargos	Total
Moeda estrangeira								
Tesouro Nacional	4.282	-	29.789	-	34.071	6.084	46.996	53.080
Instituições Financeiras	<u>472</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>472</u>	<u>2.065</u>	<u>632</u>	<u>2.697</u>
	<u>4.754</u>	<u>-</u>	<u>29.789</u>	<u>-</u>	<u>34.543</u>	<u>8.149</u>	<u>47.628</u>	<u>55.776</u>
Moeda nacional								
Eletrobrás	51.102	-	360.870	-	411.972	32.895	310.105	342.999
IFC	26.625	(265)	114.278	(1.347)	139.291	8.338	133.443	141.781
BNB	28.885	(263)	238.284	(1.840)	265.066	19.939	124.652	144.591
BNDES	49.497	(3)	177.593	(7)	227.080	31.372	170.506	201.877
FINEP	571	(5)	1.411	(11)	1.966	479	1.679	2.158
FINAME	98	-	40	-	138	100	136	236
Bradesco	2.095	-	112.500	-	114.595	3.504	112.500	116.004
ABN Amro	20.650	-	-	-	20.650	980	20.000	20.980
Banco Itaú BBA	5.021	-	-	-	5.021	-	-	-
Itaú	37.000	-	-	-	37.000	-	-	-
Votorantim	41.292	-	-	-	41.292	-	-	-
Instituições financeiras	<u>1.092</u>	<u>-</u>	<u>525</u>	<u>-</u>	<u>1.617</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>71</u>
	<u>263.928</u>	<u>(536)</u>	<u>1.005.501</u>	<u>(3.205)</u>	<u>1.265.688</u>	<u>97.678</u>	<u>873.021</u>	<u>970.697</u>
Empréstimos - dívida com a FASCEMAR	<u>4.966</u>	<u>-</u>	<u>21.105</u>	<u>-</u>	<u>26.071</u>	<u>4.451</u>	<u>23.405</u>	<u>27.856</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>273.648</u>	<u>(536)</u>	<u>1.056.395</u>	<u>(3.205)</u>	<u>1.326.302</u>	<u>110.276</u>	<u>944.053</u>	<u>1.054.329</u>
Total líquido	<u>273.112</u>		<u>1.053.190</u>			<u>110.276</u>	<u>944.053</u>	

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

* Em atendimento a Deliberação nº 556 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, as Controladas apropriaram os custos referentes à captação dos empréstimos em 2008 no resultado em função de fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Descrição	Taxas contratuais % a . a	Custos de transação incorridos	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimentos	Valor da dívida	
					2009	2008
BNB Nova sede	10%	207	88	06/12/2012	7.199	9.565
BNB II	10%	2.174	2.015	05/02/2021	135.443	-
FINEP	TJLP + 2%	31	16	30/06/2013	1.966	2.158
BNDES II	TJLP + 3,6%	15	10	15/07/2013	72.359	68.636
IFC	90,9% do CDI + 1,5%	<u>2.100</u>	<u>1.612</u>	15/01/2016	<u>139.291</u>	<u>141.782</u>
Total		<u>4.527</u>	<u>3.741</u>		<u>356.258</u>	<u>222.141</u>
Circulante			536			
Não circulante			<u>3.205</u>			

a. Covenants

As Controladas e controladas em conjunto possuem empréstimos e financiamentos (CEMAR-BNDES, IFC e 3ª emissão de Debêntures, controlada indireta Light SESA - 5ª emissão de debêntures, CCB Bradesco, ABN Amro e BNDES-Finen) que prevêem a manutenção de indicadores de endividamentos e cobertura dos juros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as Controladas e controladas em conjunto atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

b. Escalonamento das parcelas de empréstimo, financiamentos e debêntures vencíveis no circulante e não circulante (não inclui encargos financeiros)

As parcelas relativas ao principal (sem encargos) dos empréstimos, financiamentos (vide Nota Explicativa 18) tinham os seguintes vencimentos:

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado					
	2009			2008		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2009	-	-	-	16.629	6.803	23.432
2010	<u>172.896</u>	<u>4.278</u>	<u>177.174</u>	<u>66.891</u>	<u>265</u>	<u>67.157</u>
Total circulante	172.896	4.278	177.174	83.520	7.068	90.588
2010	-	-	-	107.662	5.812	113.474
2011	141.581	3.807	145.388	124.632	5.180	129.812
2012	158.931	2.815	161.746	140.035	3.823	143.858
2013	163.821	1.824	165.645	206.537	2.465	209.002
2014	142.439	885	143.324	33.535	967	34.502
2015	122.663	-	122.663	253.760	29.116	282.876
após 2015	<u>296.750</u>	<u>20.459</u>	<u>317.209</u>	-	-	-
Total não circulante	<u>1.026.185</u>	<u>29.790</u>	<u>1.055.975</u>	<u>866.161</u>	<u>47.364</u>	<u>913.524</u>
Total	<u>1.199.081</u>	<u>34.068</u>	<u>1.233.149</u>	<u>949.681</u>	<u>54.431</u>	<u>1.004.112</u>
Encargos a incorrer						
Total circulante e não circulante						

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Demonstrativo das dívidas (não contempla os custos de captação a amortizar)

Consolidado					
Financiador	Data de assinatura	Moeda/ índice	Taxa de juros	2009	2008
TN - Par Bond	29/04/1996	US\$	6,0000%	17.161	23.033
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	(8.765)	(10.877)
TN - Discount Bond	29/04/1996	US\$	Libor + 13/16	11.861	15.994
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	US\$	US Treasury	(6.149)	(7.630)
TN - Flirb	29/04/1996	US\$	Libor + 13/16	-	292
TN - C. Bond	29/04/1996	US\$	8,0000%	6.591	10.812
TN - Debit. Conv.	29/04/1996	US\$	Libor + 7/8	4.047	7.640
TN - New Money	29/04/1996	US\$	Libor + 7/8	-	288
TN - Bib	26/04/1996	US\$	6,0000%	213	358
BNDES - Importação	27/03/1998	Umbndes	Cesta BNDES + 4%	112	599
Societe Generale II	20/07/2000	US\$	Libor + 0,65%	-	1.102
KFW III, IV, e V - Tranche A/B/C	3/11/2000	US\$	Libor + 0,65%	360	995
TN - Par Bond	15/04/1994	US\$	US\$ + 6% a .a	3.943	3.641
TN - Discount Bond	15/04/1994	US\$	US\$ + (Libor/Sem + 13/16% a. a.)	2.727	5.219
TN - Flirb	15/04/1994	US\$	US\$ + (Libor/Sem + 13/16% a. a.)	-	66
TN - C. Bond	15/04/1994	US\$	US\$ + 8%a .a	1.514	2.440
TN - Debit. Conv.	15/04/1994	US\$	US\$ + (Libor/Sem + 7/8% a. a.)	930	1.740
TN - New Money	15/04/1994	US\$	US\$ + (Libor/Sem+ 7/8% a. a.)	-	66
Moeda estrangeira				<u>34.545</u>	<u>55.778</u>
ELETRORÁS	Diversas	UFIR	5% a.a.	952	2.763
BNDES - FINEM	05/11/2007	TJLP	TJLP + 4,3% a.a.	98.535	108.266
CCB Bradesco	18/10/2007	CDI	CDI + 0,85%	114.595	116.004
Capital de Giro - ABN Amro	27/08/2008	CDI	CDI + 0,95%	20.650	20.980
Fianças bancárias diversas				47	71
BNDES Proesco	12/12/2008	TJLP	TJLP + 2,5% a.a.	453	148
BNDES II	11/03/2008	TJLP	TJLP + 3,6% a. a.	72.369	68.649
ELETRORÁS	27/04/2004	RGR, FINEL e IGP-M	Várias	411.082	340.236

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Consolidado					
Financiador	Data de assinatura	Moeda/ índice	Taxa de juros	2009	2008
BNDES - FINEN	10/04/2007	TJLP	TJLP + 4,8%a. a.	55.732	24.826
BNB	23/11/2005	FNE	9,78% a. a.	116.515	135.027
FASCEMAR	20/04/2001	CDI	102%CDI	26.071	27.856
FINEP	13/06/2006	TJLP	TJLP + 2% a. a.	1.982	2.179
FINAME	20/04/2006	TJLP	TJLP + 9,5% a. a.	138	235
BNB - NOVA SEDE	06/12/2007	FNE	9,78% a. a.	7.287	9.716
BNB - GIRO				5.909	-
BNB II				137.458	-
IFC	01/02/2008	CDI	90,9% do CDI + 1,5% a.a.	140.903	143.659
Itau BBA	01/09/2009	CDI		5.021	-
Itau	Diversas	CDI		37.000	-
Votorantim	Diversas	CDI		41.292	-
Instituições financeiras				<u>117</u>	<u>-</u>
Moeda nacional				<u>1.294.108</u>	<u>1.000.615</u>
SWAP				<u>1.390</u>	<u>2.064</u>
Total geral (sem os custos de captação a amortizar)				<u>1.330.043</u>	<u>1.054.329</u>
Circulante				<u>273.648</u>	<u>110.276</u>
Não circulante				<u>1.056.395</u>	<u>944.053</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

j. Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural:

A ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005 estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade do atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KW), com carga instalada de até 50 KW.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR investiu R\$ 978.378 (R\$ 766.543 até 31 de dezembro de 2008) referentes ao Programa de Universalização.

Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos - PLPT, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tinham acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos, na área de concessão da Companhia, propiciando o atendimento de aproximadamente 249.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2010. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Portaria nº 416 da ANEEL, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades do Programa.

A controlada CEMAR é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 027/2004 - 1ª Tranche, assinado em 2 de junho de 2004, com a ELETROBRÁS, e seus aditivos ECFS nº 027-A/2004, ECFS nº 027-B/2004 e ECFS nº 27-C/2004. Este contrato foi finalizado em outubro de 2007, atendendo a 48.610 consumidores. O total do contrato foi de R\$100.778, já considerando a devolução de R\$21.568, através do contrato de confissão de dívida nº ECFS- 2669/07, finalizado em 30 de março de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Em março de 2006, a CEMAR assinou, também com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº 140/2006 - 2ª Tranche, e posteriormente os seus aditivos ECFS nº 140-A/2006, ECFS nº 140-B/2007 e ECFS nº 140-C/2007, referente à 2ª fase do Programa. Este contrato foi encerrado em dezembro de 2008, atendendo a 60.035 consumidores. O total do contrato foi de R\$176.341, já considerando a devolução de R\$37.892, realizada após o aditivo ECFS nº 140-D/2008, que reduziu as metas físicas do referido contrato e a devolução de R\$30.731, através do contrato de confissão de dívida nº ECFS- 2728/08 (vide Nota Explicativa nº 17, item 2). Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Em abril de 2007, a CEMAR assinou, também com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº 176/2007 - 3ª Tranche, posteriormente os seus aditivos ECFS nº 176-A/2008 e ECFS nº 176-B/2009, referente à 3ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 73.059 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$287.750, já considerando a devolução de R\$ 2.936, realizada após o aditivo ECFS 176-B/2009, que reduziu as metas físicas do referido contrato. O valor liberado até 31 de dezembro de 2009 foi de R\$279.031 (até 30 de setembro o valor liberado de R\$ 279.031). Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em agosto de 2008, a CEMAR assinou com a ELETROBRÁS, o contrato ECF nº 236/2008 - 4ª Tranche, referente à 4ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 67.136 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$338.597, com R\$101.579 já liberados na parcela de assinatura do contrato. Em abril de 2009 a CEMAR obteve a segunda liberação, no montante de R\$67.719, em setembro de 2009 a terceira liberação no montante de R\$67.719 e em dezembro de 2009 a quarta liberação no montante de R\$67.719, totalizando em liberações até 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$304.738. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Os recursos da ELETROBRÁS são originários conforme demonstrado a seguir:

- O montante equivalente a até 13,33% do custo total das respectivas obras dos contratos mencionados acima no montante de até R\$903.467, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, o qual corresponde à concessão de abertura de crédito, no valor de até R\$120.432; e
- O montante total equivalente a até 86,67% do custo total das respectivas obras, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de até R\$783.035, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR já recebeu um total de R\$100.778 referentes ao contrato ECFS-027/2004, sendo R\$13.437 provenientes dos recursos da RGR e R\$87.341 da CDE; R\$176.341, referentes ao contrato ECFS-140/2006, sendo R\$23.505 provenientes dos recursos da RGR e R\$152.836 da CDE; R\$279.031, referentes ao contrato ECFS-176/2007, sendo R\$37.193 provenientes dos recursos da RGR e R\$241.838 da CDE; e R\$304.738, referentes ao contrato ECFS-236/2008, sendo R\$40.632 provenientes dos recursos da RGR e R\$264.106 da CDE.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Debêntures

	Consolidado							
	2009				2008			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Total	Principal e Encargos	Principal e Encargos	Total
Debêntures	31.917	-	558.740	-	590.657	27.836	503.687	531.523

CEMAR

Terceira emissão de debêntures - CEMAR

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Controlada e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa dessa operação é de 105,8% do CDI (13,1% ao ano em 31 de dezembro de 2008). Em 31 de dezembro de 2009, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$267.300, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimentos	Valor
2010	-
2011	53.460
2012	53.460
2013	<u>160.380</u>
Total	<u>267.300</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

LIGHT

O montante total do principal está representado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 556/08. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

	2009		
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo total
Debênture 1ª emissão	266	2	268
Debênture 4ª emissão	1.861	6	1.867
Debênture 5ª emissão	1.329	1.783	3.112
Debênture 6ª emissão	<u>329</u>	<u>994</u>	<u>1.323</u>
Total	<u>3.785</u>	<u>2.785</u>	<u>6.570</u>

	2008		
	Valor incorrido	Valor a apropriar	Custo total
Debênture Emissão 1ª emissão	243	25	267
Debênture Emissão 4ª emissão	1.860	7	1.867
Debênture Emissão 6ª emissão	<u>863</u>	<u>2.252</u>	<u>3.114</u>
Total	<u>2.966</u>	<u>2.284</u>	<u>5.248</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Sexta emissão de debêntures

No final de julho de 2009, a Light SESA concluiu sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis. A emissão totalizou R\$75.000, que deduzidos dos custos de captação gera o montante líquido de R\$73.677, com remuneração de 115% do CDI, definida em processo de bookbuilding.

As debêntures, emitidas em 1º de junho de 2009, foram aprovadas pela CVM em 21 de julho de 2009, com entrada de caixa ocorrida em 24 de julho de 2009. A amortização se dará em parcela única, em 1º de junho de 2011.

As debêntures foram destinadas ao resgate antecipado da 1ª emissão de notas promissórias da Light SESA, no valor de R\$25.000, e também para aumentar o capital de giro da Companhia.

As parcelas relativas ao principal das debêntures têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros):

Vencimento	Valor
2010	18.979
2011	91.066
2012	49.560
2013	67.060
2014	83.751
2015	<u>3</u>
Total	<u>310.419</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Taxas regulamentares

	Consolidado	
	2009	2008
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	1.724	9.543
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	4.865	4.655
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.826	3.009
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica-PROINFA	2.698	1.342
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	18.292	18.351
Taxa de Fiscalização - ANEEL	<u>243</u>	<u>209</u>
	<u>30.648</u>	<u>37.109</u>

Reserva Global de Reversão (RGR) - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Conta Consumo de Combustível (CCC) - É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) - Criado pela Lei nº 10.438/2002, o PROINFA tem como finalidade estimular o aumento da participação de fontes alternativas renováveis como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e empreendimentos termelétricos. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobrás, é pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os de baixa renda com consumo mensal igual ou inferior a 80 quilowatts-hora (kWh).

Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial (ECE e EAE) - São os custos de natureza operacional, tributária e administrativa, incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE na contratação de capacidade de geração ou de potência, que foram rateados aos consumidores finais de energia elétrica atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, de forma proporcional ao consumo individual verificado.

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
IRRF	2	-	4	1
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	3.990
ICMS	-	-	19.763	22.608
Parcelamento - Lei 11.941/09	-	-	5.421	-
PIS/COFINS	-	-	21.233	19.735
PIS/COFINS - PAES (Refis II)	(b)	-	-	675
INSS - parcelamento PAES (Refis II)	(b)	-	-	2.068
REFIS/PAES	(a)	-	1.129	1.604
IRPJ e CSL - Lucros no ext. não realizados	-	-	47.209	35.849
Provisão de IRPJ / CSL	77	-	567	838
IRRF sobre JCP	960	1.577	960	1.577
Encargos sociais e outros	42	42	4.507	4.706
Outros	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>4.297</u>	<u>3.750</u>
Total	<u>1.088</u>	<u>1.620</u>	<u>105.090</u>	<u>97.401</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
NÃO CIRCULANTE				
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	80.775	68.851
IRPJ e CSL - Lucros no ext.r não realizados (b)	-	-	-	71.584
PIS/COFINS - parcelamento PAES (Refis II) (b)	-	-	-	2.364
Parcelamento - Lei 11.941/09	-	-	75.896	-
REFIS/PAES (a)	-	-	83.536	12.077
PIS e COFINS	-	-	64.337	41.574
Outros	-	-	694	613
INSS - parcelamento PAES (Refis II) (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.238</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>305.238</u></u>	<u><u>204.301</u></u>

Parcelamento de impostos – REFIS Lei 11.941/09

Programa de Parcelamento Especial – PAES (REFIS II) - Os saldos remanescentes do PAES Receita Federal e do PAES previdenciário foram reparcelados por conta da adesão ao novo REFIS – Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$ 24.756, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$ 72.521. Visto que 34.028 serão compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$ 38.493.

A referida dívida, no montante de R\$ 38.793 será quitada em 180 parcelas. A adesão proporcionou um ganho no resultado num montante de R\$ 29.394.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Dessa forma em 31 de dezembro de 2009 foi registrado contabilmente um aumento do passivo relativo a impostos (REFIS – Lei 11.941/2009) conforme abaixo:

	Valor
Imposto de Renda e Contribuição Social PIS e COFINS	38.260 234
Outros	<u>34.028</u>
Total	<u>72.522</u>

A adesão supra teve um efeito de R\$72.522 no resultado da CEMAR, reconhecido respectivamente nas seguintes contas

	Valor
Despesas financeiras	(58.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(38.260)
Outras receitas operacionais	24.756
Outras despesas operacionais	(234)
Total	<u>(72.522)</u>

Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo dos débitos será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

LIGHT

Programa de Parcelamento Especial - PAES (REFIS II) - O saldo remanescente do PAES-Receita Federal foi plenamente quitado em 28 de dezembro de 2009, correspondente ao valor em aberto disponibilizado pela RFB - Receita Federal do Brasil no montante de R\$1.392.

O PAES-Previdenciário, o saldo remanescente foi reparcelado por conta da adesão ao Novo REFIS - Lei nº11.941/09. Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada LIGHT SESA aprovou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao Novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$32.230 a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$146.410. Visto que R\$65.607 foram compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$80.803

A referida dívida, no montante de R\$80.803, está sendo quitada em 29 parcelas para o PAES-Previdenciário e em 180 parcelas para os demais casos. A adesão proporcionou um ganho no resultado no montante de R\$38.021, sendo R\$6.931 de resultado financeiro e R\$31.091 de imposto de renda e contribuição social.

Em 20 de fevereiro de 2003, foi impetrado Mandado de Segurança nº 2003.51.01.005514-8 com pedido de liminar, a fim de que a Light SESA não fosse compelida ao recolhimento do IRPJ e da CSLL incidentes sobre:

(i) os lucros auferidos pelas empresas LIR Energy Limited (LIR) e Light Overseas Investment Limited (LOI) antes de sua efetiva disponibilização, afastando a aplicação da regra prevista no parágrafo único do artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (MP 2.158-35), relativamente aos períodos de 1996 a 2001;

(ii) equivalência patrimonial referente às empresas LIR e LOI, não se aplicando a regra prevista no artigo 7º, da IN SRF nº 213 de 07 de outubro de 2002.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Devido à adesão ao Novo REFIS, conforme citado no item anterior, a LIGHT irá desistir parcialmente do mandado de segurança em comento, precisamente sobre a tese do momento da tributação (Regime de Caixa x Regime de Competência), prosseguindo, entretanto, com a discussão acerca da tributação sobre a equivalência patrimonial, nos exatos termos e prazos previstos no artigo 13, parágrafos 4 e 5, combinado com artigo 2º da portaria conjunta PGFN/RFB nº 13, de 19 de novembro de 2009.

22 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelo departamento jurídico das Controlada e controladas em conjunto e por assessores externos, com valor estimado para as causas trabalhistas, tributárias e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. As Administrações consideram que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis no curso das ações em andamento, conforme descrição abaixo:

Natureza da ação	Consolidado					
	2009			2008		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis e Tributárias	133.927	25.918	108.009	220.327	13.570	206.757
Trabalhistas	49.554	24.547	25.007	52.995	28.236	24.759
Regulatória	2.938	-	2.938	1.067	-	1.067
Outros	<u>21.781</u>	<u>414</u>	<u>21.367</u>	<u>21.161</u>	<u>-</u>	<u>21.161</u>
	<u>208.200</u>	<u>50.879</u>	<u>157.321</u>	<u>295.550</u>	<u>41.806</u>	<u>253.744</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado					
	2009			2008		
Circulante	<u>15.203</u>	<u>11.887</u>	<u>3.316</u>	<u>16.083</u>	<u>6.117</u>	<u>9.966</u>
Não Circulante	<u>192.997</u>	<u>38.992</u>	<u>154.005</u>	<u>279.467</u>	<u>35.689</u>	<u>243.778</u>

Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a CEMAR, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Na controlada indireta Light SESA existem 3.680 (4.088 em 31.12.2008) ações trabalhistas em andamento onde a empresa figura como reclamada. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas terceirizadas, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários.

Destaca-se que, em dezembro de 2007, a Light SESA foi notificada para responder a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, questionando a contratação de empresas para a prestação de serviços relacionados às atividades-meio e atividades-fim da Companhia. A referida ação foi julgada procedente em 4 de abril de 2008. Houve decisão dando o efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto pela Light. As chances de êxito da Companhia, nos recursos cabíveis, são consideradas pelos assessores como possíveis.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Cíveis e tributárias

CEMAR

O valor provisionado como contingência individual mais representativa, corresponde a duas demandas, sendo uma ação de Prestação de Contas e outra indenizatória, ambas decorrentes de convênio para cobrança da Taxa de Iluminação Pública - TIP, as quais foram ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, visando, na primeira ação, ao recebimento de importância decorrente da falta de repasse de valores arrecadados para investimento no parque de iluminação pública da cidade e, na segunda ação, busca-se uma indenização por não haver a CEMAR providenciado, ao longo dos anos, os cálculos para a atualização do valor da TIP de modo a atender ao custo mensal do serviço de iluminação pública. Estas ações foram julgadas procedentes contra a CEMAR, e estão em fase de liquidação das respectivas sentenças condenatórias. A CEMAR ajuizou duas ações rescisórias perante o Tribunal de Justiça do Maranhão. Em setembro de 2009, o Tribunal, confirmando a liminar concedida anteriormente, julgou procedente a ação rescisória ajuizada contra a decisão proferida na ação indenizatória movida pelo Município de São Luís. A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas, não sofreu alteração significativa nos últimos três meses. Desta forma, as demonstrações financeiras da CEMAR contemplam provisão de R\$30.629 (R\$38.285 em 31 de dezembro de 2008).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$47.338 e R\$15.241, respectivamente (R\$45.210 e R\$13.089 respectivamente, em 31 de dezembro de 2008) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A CEMAR considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

LIGHT

A controlada indireta Light SESA figura como parte ré em aproximadamente 39.506 processos de natureza cível (38.593 em 31 de dezembro de 2008), sendo 14.947 na justiça comum estadual e federal referentes a Ações Cíveis (11.763 em 31 de dezembro de 2008), dentre os quais os que possuem pedidos quantificáveis somam R\$186.968 (R\$157.434 em 31 de dezembro de 2008) e 24.559 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis (26.830 em 31 de dezembro de 2008), envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$94.281 (R\$92.641 em 31 de dezembro de 2008).

A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Light SESA é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

A LIGHT possui, também, Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor, atualmente quantificável, referente às ações possíveis é de R\$120.015 (R\$89.596 em 31 de dezembro de 2008).

A Light SESA possui, ainda, Ações Cíveis Públicas e Populares, em que se discutem tarifa, taxas e encargos, contratos, equipamentos, Plano Cruzado, juros, dentre outros objetos. Em 31 de dezembro de 2009, não era possível para a Administração estimar o valor envolvido em cada uma dessas ações em virtude da natureza, abrangência e necessidade de eventual liquidação dos respectivos pedidos, exceto quanto à ação civil pública mencionada abaixo.

Em 18 de novembro de 2008, a LIGHT e alguns de seus administradores e acionistas tiveram ciência de Ação Popular movida no foro da capital do estado de Minas Gerais por uma pessoa física, em que se alegam, entre outros, irregularidades na compra do controle acionário da Light S.A. Os advogados que patrocinam a ação consideram remota a probabilidade de perda dessa ação.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel do valor de condenação nos últimos 12 meses.

Existem processos de natureza cível em que alguns consumidores industriais estão questionando, na esfera judicial, o reajuste de tarifas de energia elétrica aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado). A provisão inclui uma ação civil pública, em fase de liquidação de sentença.

A Light SESA, após a edição da Lei nº 11.941/2009 que concedeu a possibilidade de parcelamento de débitos fiscais federais, optou por incluir os débitos objeto de alguns processos judiciais e administrativas no referido parcelamento. Assim, além dos processos mencionados a seguir, foram incluídos no parcelamento os seguintes casos: (i) Denúncia espontânea de IRPJ de fevereiro e março de 2000, (ii) CPMF nas operações de câmbio simbólico, (iii) IRPJ e CSLL sobre os lucros auferidos no exterior, que estão registrados contabilmente como tributos a pagar.

PIS/COFINS: A Light SESA possuía dois processos judiciais discutindo a incidência de tais contribuições, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

- No primeiro, a Light SESA questionava as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Light SESA perante o STF foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão no 2º trimestre de 2008 no montante de R\$108.090 em contrapartida à rubrica “despesa financeira”.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- No segundo, a Light SESA alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança expedida pela Receita Federal em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo legal. Foi obtida liminar suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de 1ª instância, com prognóstico de perda possível segundo os assessores legais da Companhia. A Light SESA optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

COFINS e PAES: O saldo provisionado como contingência corresponde à parcela não incluída no parcelamento PAES em decorrência da discussão da aplicação da multa de ofício, a qual a Light SESA, na esfera administrativa não logrou êxito, mas, judicialmente, tem sentença favorável da qual aguarda julgamento do Recurso de Apelação da União. Incluiu-se também neste montante a parcela correspondente à majoração da alíquota da COFINS referente ao período de abril de 1999 a dezembro de 2000, que se encontra em discussão administrativa. A Light SESA optou por desistir desse último processo e efetuou a adesão ao parcelamento (Lei nº 11.941/09).

INSS - Autos de Infração: Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração cujas teses são as de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros. A Light SESA optou por incluir um dos processos no novo parcelamento, sendo este o mesmo que já estava no PAES. A variação do saldo refere-se à atualização monetária dos demais processos.

INSS - Trimestralidade: A Light SESA questiona a legalidade da Lei nº 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutelas antecipadas deferidas, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da Companhia. A Administração constituiu provisão, com base na opinião dos advogados, da totalidade do valor constante dos autos de infração lavrados pela fiscalização do INSS. Essa contingência foi incluída no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Lei nº 8.200/91: A provisão constituída refere-se ao aproveitamento integral das despesas de depreciação relativas aos exercícios de 1991 e 1992, deixando-se de aplicar o inciso I do artigo 3º da Lei nº 8.200/91. O processo judicial foi julgado procedente em primeira e segunda instâncias, aguardando-se o julgamento de recurso da União pelo STF. Processo incluído no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

ICMS: A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96. Existem outros autos de infração que são objeto de contestação nos âmbitos administrativo e judicial. A atualização dessa provisão é feita anualmente, em janeiro, pela UFIR.

Contribuição Social: A provisão constituída refere-se a (i) dedução da base de cálculo da CSLL do valor pago a título de juros sobre o capital próprio aos acionistas no ano-calendário de 1996, em que a liminar foi deferida e a segurança concedida parcialmente, aguardando-se julgamento do recurso de apelação da União; e (ii) falta de adição, na base de cálculo da CSLL, dos valores relativos à provisão de PIS/COFINS que estavam com exigibilidade suspensa. Encerrada a esfera administrativa, foi ajuizada a Execução Fiscal, na qual a Companhia efetuou o depósito integral da quantia discutida, bem como opôs Embargos à referida Execução. Estes processos foram incluídos no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE: Trata-se de provisão relativa à CIDE incidente sobre os pagamentos efetuados ao exterior pela prestação de serviços. Houve decisão de 1ª e 2ª instâncias judiciais desfavorável; aguarda-se julgamento dos recursos interpostos aos Tribunais Superiores. Desde dezembro de 2003, a controlada passou a efetuar os pagamentos sobre os valores devidos.

A Controlada LIGHT possui, também, processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos é de R\$289.150 (R\$188.175 em 31 de dezembro de 2008).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Estão destacados a seguir, alguns processos tributários, com perda estimada como possível, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no ano de 2009:

- (i) IN 86 - A Light SESA foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em função do atendimento intempestivo da intimação referente à entrega dos arquivos eletrônicos dos exercícios de 2003 a 2005. A impugnação foi julgada improcedente e atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Light. O valor da autuação atualizado até 31 de dezembro de 2009 é de R\$60.050 (R\$ 55.550 em 31 de dezembro de 2008).
- (ii) ICMS (Aluvale) - Trata-se de execuções fiscais em que se discute o diferimento do ICMS no fornecimento de energia elétrica para a consumidora ALUVALE, em razão de ser consumidor industrial eletrointensivo. Foram opostos embargos às referidas execuções. Em três das execuções fiscais os embargos foram julgados improcedentes, tendo sido interpostos pela Light os respectivos Recursos de Apelação. O valor envolvido nessas execuções fiscais em 31 de dezembro de 2009 é de R\$42.200 (R\$38.925 em 31 de dezembro de 2008).
- (iii) IRRF - Glosa de Compensações. A Light recebeu despacho decisório informando acerca da não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF de pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de IRPJ no ano-base 2002. Em razão disso, a Light apresentou Manifestação de Inconformidade, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2009 é de R\$44.950 (R\$42.875 em 31 de dezembro de 2008).
- (iv) Outros - Além dos casos acima mencionados, existem outras discussões judiciais e administrativas diversas, avaliadas como possíveis pelos assessores legais, destacando-se (a) ICMS sobre subvenção baixa renda; (b) transferência de crédito de ICMS (empresa RHEEM); (c) Denúncia Espontânea de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (d) ISS sobre serviços regulados; (e) não homologação de compensação de COFINS com saldo negativo de IRPJ; (f) não homologação de compensação de COFINS com saldo negativo de CSLL - ano calendário de 1999 e (g) não homologação de COFINS com saldo negativo de CSLL - anos calendários 2002 e 2003 e (h) não homologação de COFINS com saldo negativo de CSLL - anos calendários 1998 e 1999. O valor envolvido nessas discussões em 31 de dezembro de 2009 é de R\$60.450 (R\$35.225 em 31 de dezembro de 2008).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- (v) Repasse PIS/COFINS - Até 31 de dezembro de 2009, a Light SESA recebeu 52 ações judiciais (1 em 31 de dezembro de 2008) movidas por clientes comerciais em que se questiona o repasse do PIS e da COFINS no preço da energia elétrica, pleiteando-se a devolução de todos os valores pagos indevidamente.
- (vi) ITR/IPTU - A Light SESA possui, ainda, diversas discussões de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITR (Imposto Territorial Rural), cuja probabilidade de perda, na opinião de seus advogados, é considerada possível, razão pela qual não foi constituída provisão. O valor envolvido nestes processos, de acordo com o último extrato obtido, é de R\$72.575.

Regulatórias

CEMAR

No período de 27 de novembro de 2006 a 1º de dezembro de 2006 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento ciclo 2002/2003 (três projetos) e ciclo 2003/2004 (dois projetos) aprovados pelos Despachos ANEEL nº 476 de 26 de julho de 2003 e nº 828 de 14 de outubro de 2004 e de Eficiência Energética ciclo 2002/2003 (um projeto) e ciclo 2003/2004 (três projetos) aprovados pelos Despachos ANEEL nº 256 de 8 de maio de 2003, nº 854 de 26 de outubro de 2004 e nº 1222 de 15 de setembro de 2005 com base nos cronogramas físicos e financeiros e nos requisitos do Manual de Fiscalização de Eficiência Energética da ANEEL, bem como no período de 6 a 16 de dezembro de 2005, avaliou os procedimentos técnicos e comerciais na CEMAR.

A fiscalização da ANEEL emitiu três autos de infração, relatando o descumprimento de procedimentos previstos no Manual de P&D e de Eficientização, bem como o descumprimento dos procedimentos técnicos e comerciais. Visando esclarecer os fatos e comprovar a correta aplicação dos recursos nos referidos programas e a observância dos procedimentos técnicos e comerciais, a CEMAR protocolou recursos junto à ANEEL, apresentando informações complementares sobre os pontos relatados pela fiscalização e solicitou o arquivamento dos referidos autos.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em resposta aos recursos, a ANEEL emitiu despachos parcialmente favoráveis à CEMAR reduzindo o valor dos autos de infração técnica-comercial 027/2006 de R\$9.424 para R\$6.336, ocasionando uma reversão no 1º trimestre de 2008 no montante de R\$3.088 e do auto de infração 035/2007 - P&D, de R\$ 1.005 para R\$286, revertendo no 3º trimestre de 2008 o valor de R\$719, contabilizados na linha “Outras despesas financeiras”. Tais autos de infrações foram pagos em maio e agosto de 2008, respectivamente. No 1º trimestre de 2009, a ANEEL emitiu despacho favorável a CEMAR reduzindo o valor do auto de infração 036/2007 de R\$920 para R\$795, ocasionando uma reversão de R\$125 contabilizados na rubrica “outras despesas financeiras”. O referido auto de infração foi pago em março de 2009.

No período de 22 de setembro de 2009 a 03 de outubro de 2009 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização de Qualidade (Técnica/Comercial). A Fiscalização resultou no TN nº 015/2009-SFE/ANEEL e no AI nº 108/2009-SFE/ANEEL, o qual estabeleceu uma multa no valor de R\$1.797. O valor da multa foi provisionado em dezembro de 2009.

Adicionalmente, como fruto de processo de fiscalização realizado no período de 23 de junho de 2008 a 27 de junho de 2008, o qual avaliou qualidade do serviço no atendimento ao consumidor, especialmente no tocante à instalação de medidores eletrônicos, a ANEEL/SFE emitiu o Termo de Notificação no 093/2008 e o Auto de Infração no 078/2009, sendo que este último estipulou uma multa no valor de R\$1.120. O valor da multa foi provisionado no resultado de dezembro de 2009.

LIGHT

A Controlada LIGHT ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

Baixa Renda - O Relatório de Fiscalização RF-LIGHT-04/2007-SFE, de agosto de 2007 da ANEEL, realizada no período de 2 de julho de 2007 a 13 de julho de 2007, questionou a concessão da tarifa social a alguns consumidores no período e considerou indevidos parte dos subsídios homologados e recebidos pela Light SESA da Eletrobrás no valor de R\$66.595. A Light recebeu da ANEEL, em 29 de setembro de 2009, o Ofício nº 552/2009-SFE informando que o Relatório de Fiscalização citado anteriormente se encontra suspenso enquanto esta revisa a metodologia de fiscalização. A Companhia manteve a provisão constituída no valor de R\$13.345, para cobrir risco de ter que restituir parte do subsídio já recebido, tendo em vista que até o momento, não houve nenhuma manifestação pelo Órgão regulador (ANEEL).

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Auto de Infração ANEEL nº 009/2005 - O auto foi lavrado em 15 de março de 2005 sob o argumento de ter a Light SESA: (i) constituído sem a anuência prévia da ANEEL as empresas controladas LIR Energy Limited e Light Overseas Investments (R\$286); (ii) realizado com essas empresas operações sem a anuência da ANEEL (R\$572); e (iii) descumprido a determinação da ANEEL de cancelamento das operações e encerramento das atividades das empresas (R\$858). Após apresentação de recurso, a multa associada ao item (iii) foi excluída, e foram mantidas as multas associadas aos itens (i) e (ii). Foi efetuado o pagamento da penalidade associada ao item (ii), enquanto que com relação à multa do item (i), foi impetrado Mandado de Segurança, com depósito judicial no valor de R\$414 (valor original corrigido pela taxa SELIC até a data do depósito). Após sentença que denegou a segurança do MS, proferida em 23 de novembro de 2007, foram opostos Embargos de Declaração, posteriormente rejeitados por decisão proferida em 17 de dezembro de 2007. Contra a sentença, a Light SESA interpôs recurso de apelação, em 25 de janeiro de 2008, requerendo efeito suspensivo a tal recurso. Em 10 de setembro de 2008, foi publicada decisão que recebeu a apelação apenas no efeito devolutivo. Por fim, em 17 de setembro de 2008 foi protocolado o Agravo de Instrumento (AI) nº 2008.0.00.046455-8, para obter efeito suspensivo ao recurso de apelação, evitando-se o levantamento dos valores depositados na ação. O AI foi distribuído ao Desembargador Federal, que ainda não se manifestou sobre o pedido de tutela antecipada recursal. O valor em 31 de dezembro de 2009 é de R\$534 (R\$486 em 31 de dezembro de 2008).

Auto de Infração nº 095/2009-SFE - O auto foi lavrado em 30 de novembro de 2009, sob o argumento de ter a Light SESA violado os indicadores de continuidade DEC e FEC de 15 conjuntos no ano de 2008, com aplicação de penalidade de multa no valor de R\$3.982, para o qual foi constituída provisão. A Light SESA apresentou defesa ao AI em 14 de dezembro de 2009 e no momento aguarda manifestação da ANEEL a respeito.

Ambientais

LIGHT

A Controlada LIGHT ressalta as contingências ambientais:

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Ação civil pública proposta pelo Município de Barra do Pirai contra a controlada Light SESA, em que o autor pleiteia a reparação e a recomposição de diversos danos ambientais ocasionados pela construção das barragens de Santa Cecília e Santana, como parte integrante do sistema de transposição de águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandú, alimentando as usinas de Fontes, Nilo Peçanha e Pereira Passos. Atualmente, o feito encontra-se sobrestado para tentativa de acordo entre as partes.

Relacionada a esta ação civil pública, existe uma ação de cobrança que tem por objeto o alegado descumprimento de obrigações quando da construção das usinas de Santa Cecília e Santana, especialmente quanto ao assoreamento e reflorestamento da região. O valor da causa indicado é de R\$225. O julgamento da causa depende igualmente da perícia e não há como estimar o valor de uma possível condenação.

A soma dos valores históricos das causas é de aproximadamente R\$4.000, e o risco de perda de ambas as ações é possível. Em 31 de dezembro de 2009, encontra-se provisionado o montante de R\$1.500. Em função da desverticalização, o registro dessa provisão foi efetuado na empresa Light Energia.

23 Dividendos e juros sobre capital próprio (Controladora)

O Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 23 de dezembro de 2009, "ad referendum" da Assembléia de Acionistas da Companhia, a distribuição aos seus acionistas sob a forma de juros sobre capital próprio no valor de R\$7.412.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação "pro rata die", da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Entretanto, a Administração da Companhia está propondo somente os dividendos mínimos juntamente com o juros sobre o capital próprio, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado, totalizando o montante bruto de R\$50.804.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	208.991	308.963
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	(9.680)
(-) Reserva legal	<u>(10.449)</u>	<u>(14.964)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>198.541</u>	<u>284.319</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25,00%	49.635	71.080
Dividendos complementares – 0,59% (46% em 2008)	1.169	130.936
Juros sobre capital próprio	7.412	11.865
Dividendos propostos	43.392	190.151
Reserva para investimento e expansão	147.737	82.303

A formação dos saldos é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2008	148.719
Dividendos e juros sobre capital próprio:	
Declarados	202.016
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.577)
Pagos	(148.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	200.441
Dividendos e juros sobre capital próprio:	
Declarados	50.804
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(960)
Pagos	(200.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	49.849

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O conselho de Administração da Companhia aprovou os juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação - ON
RCA 23.12.2009	Juros sobre capital próprio (bruto)	<u>7.412</u>	0,07
RCA 26.03.2010	Dividendos	<u>43.392</u>	0,40
Total		<u>50.804</u>	

Os dividendos serão pagos de acordo com a legislação vigente e não serão corrigidos monetariamente.

24 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	61.740	46.540
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	28.039	24.179
Empresa de pesquisa energética - EPE	-	-	485	3.128
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>992</u>	<u>6.257</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91.256</u>	<u>80.104</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.632</u>	<u>68.244</u>
Não circulante	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>16.624</u>	<u>11.860</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	1.073	819
Outros débitos - devolução a consumidores	-	-	5.143	13.296
Cauções	-	-	8.100	4.938
Entidade de previdência privada	-	-	31.463	21.936
Outros	<u>12</u>	<u>29</u>	<u>10.114</u>	<u>18.652</u>
Total	<u>12</u>	<u>29</u>	<u>55.893</u>	<u>59.641</u>
Não circulante				
Uso de bem público - UBP	-	-	28.913	29.396
Reserva para reversão	-	-	17.483	17.483
Entidade de previdência privada	-	-	215.347	236.104
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.777</u>	<u>5.093</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>278.520</u>	<u>288.076</u>

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2009 e 2008 representa R\$ 907.485 (R\$ 987.649 em 31 de dezembro de 2008) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Acionistas	Total	%	Ordinárias	%
PCP Latin America Power S.A.	58.671.559	55,41%	58.671.559	55,41%
Outros	<u>47.211.471</u>	<u>44,59%</u>	<u>47.211.471</u>	<u>44,59%</u>
Total	<u>105.883.030</u>	<u>100,00%</u>	<u>105.883.030</u>	<u>100,00%</u>

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% da “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Alteração na participação societária da Equatorial

Em 9 de fevereiro de 2009, foram subscritas 162.596 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.800.626 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de março de 2009, foi aprovada, em Assembléia Geral Extraordinária, a proposta de redução do capital social da Companhia no valor de R\$82.302, sem que haja o cancelamento de ações emitidas pela Companhia, mantendo-se inalterada a proporção de participação de cada acionista no capital social. O valor correspondente à redução do capital social será restituído aos acionistas, sendo R\$0,7779002 por ação, que será pago quatorze dias após o termino do prazo de oposição de credores a que se refere o art. 174 da Lei das S.A.

Em 8 de abril de 2009, foram subscritas 17.250 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.817.876 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foram subscritas 41.229 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.859.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas 21.400 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.880.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 1º de dezembro de 2009, foram subscritas 2.525 ações ordinárias por conta dos beneficiários do Terceiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.883.030 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Alteração na participação societária da controlada CEMAR

Em 2 de fevereiro de 2009, foram emitidas 37.150 ações ordinárias do capital social da CEMAR, que representam 3.715.086.108 ações ordinárias antes do grupamento de ações aprovado pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, (Nota Explicativa 24 b), por conta dos beneficiários do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 164.146.749 ações, sendo 161.281.789 ações ordinárias, 1.239.231 ações preferenciais da Classe A, sem direito a voto, e 1.625.729 ações preferenciais da Classe B, sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de março de 2009, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$57.764 mediante a capitalização dos seguintes valores: (a) saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE, em 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$46.577 e (b) saldo da reserva legal no valor de R\$11.187.

b. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$5.003, sendo o montante de R\$2.392, reconhecido em 2009, referente a opções outorgadas reconhecidas.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e defendido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

Do resultado do exercício de 2009, R\$10.079 foi destinado a constituição da reserva legal, e com base em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de março de 2010 tal montante teve destinação proposta para aumento de capital a ser aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária.

d. Reservas de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2005, conforme previsto na Lei 6.404/76, baseada no resultado de equivalência patrimonial do exercício, a Administração propôs a destinação do resultado daquele exercício, após a constituição da reserva legal e a destinação dos dividendos, para Reservas de Lucros a Realizar, no montante de R\$163.053. Em Assembléia Geral e Extraordinária realizada em 10 de março de 2006, os acionistas aprovaram a capitalização dessa reserva.

Ao encerramento do exercício de 2006, parte do resultado do exercício, após a constituição da reserva legal e destinação dos dividendos, foi destinado para Reservas de Lucros a Realizar, no montante de R\$5.363. Esse montante foi totalmente destinado para declaração de dividendos do exercício de 2007.

e. Reserva para investimento e expansão

Foi constituída com parte do resultado não distribuído de 2008, conforme previsto em estatuto da Companhia, no valor de R\$82.302, com o objetivo de financiar parcialmente os investimentos considerados no plano de desenvolvimento da Companhia. Em 2009 foi adicionado a esta reserva montante de R\$147.737.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

f. Planos de opção de compra de ações:

As informações apresentadas nesta seção estão ajustadas em função da conversão e grupamento das ações da Companhia implementados em 7 de abril de 2008, para facilitar a compreensão das mesmas. Nesta data, o capital social da Companhia passou a ser representado por 105.573 mil ações ordinárias, após a conversão de uma ação preferencial em uma ação ordinária e, subsequentemente, grupamento de três ações ordinárias em uma ação da mesma classe.

Primeiro plano de opção de compra de ações

Em 2 de fevereiro de 2006, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, e re-ratificado em 13 de fevereiro de 2006, o Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Plano), para administradores e empregados da Companhia e das empresas sob o seu controle, contendo dois programas - os Programas 1 e 2 de Opção de Compra de Ações da Companhia. Este plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia.

Os beneficiários habilitados a participar do Plano são administradores e empregados da Companhia e sociedades sob seu controle e deverão ser escolhidos pelo Comitê de Administração do Plano.

- Programa 1 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 1”)

O Programa 1, que contemplava opções para subscrição de 2.934 mil ações ordinárias (equivalentes a 2.934 mil ações ordinárias e 5.868 ações preferenciais antes da conversão e grupamento mencionados no 1º parágrafo da nota). Desde maio de 2008, todas as ações sob este Programa foram subscritas por seus beneficiários, não havendo mais saldo para novas subscrições.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- Programa 2 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 2”)

O Programa 2 contempla opções para a subscrição de 2.060 mil ações ordinárias (2.060 mil ações ordinárias e 4.120 mil ações preferenciais, originalmente antes da conversão e grupamento) de emissão da Equatorial. Na integralização das ações adquiridas ou subscritas no âmbito do Programa 2, os beneficiários deverão usar única e exclusivamente as ações subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano CEMAR. O preço de subscrição das ações previsto neste Programa será igual ao preço médio das ações ordinárias da Companhia negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) nos 30 (trinta) dias anteriores a data de exercício das respectivas opções.

Até 30 de junho de 2008, o saldo de ações a serem subscritas sob o Programa 2, era de 626 mil ações ordinárias, dado que houve a subscrição de 1.434 mil ações ordinárias da Companhia (1.434 mil ordinárias e 2.868 mil preferenciais) desde a outorga das opções até a data mencionada acima.

Não tendo havido mais subscrições no âmbito do Programa, em 31 de dezembro de 2009, o saldo de opções de ações a serem subscritas sob o Programa 2, era de 626 mil ações ordinárias, já considerando o grupamento mencionado, com data inicial de exercício em 31 de janeiro de 2009 e data final em 31 de janeiro de 2011.

De acordo com o Plano, o beneficiário de ações que tenham sido subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano, somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia, uma vez oferecido à Companhia o direito de preferência para aquisição das mesmas. O direito de preferência da Companhia deverá ser exercido, se assim o desejar, para aquisição de 100% (cem por cento) das Ações ofertadas pelo Beneficiário, obrigando-se irrevogavelmente o referido titular a vendê-las à Companhia pelo preço de subscrição definido na forma acima, corrigido pelo IGP-M/FGV, desde a data da subscrição até a data do pagamento do preço das ações, ainda que haja outro comprador oferecendo um preço mais vantajoso.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Segundo plano de opção de compra de ações

Em 5 de abril de 2007, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial, para administradores e empregados da Companhia e das sociedades sob o seu controle, que deverão ser escolhidos pelo Comitê de Administração do Plano.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual (“PL”) a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

O titular das ações somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano após o decurso do prazo de 02 anos a contar da data de aprovação do Plano pela Assembléia Geral de Acionistas.

Este Plano contempla opções de subscrição de 1.044 mil ações ordinárias (1.044 mil ações ordinárias e 2.088 mil ações preferenciais, originalmente, antes da conversão e grupamento) de emissão da Equatorial. Em 5 de abril de 2007, o preço destas ações a serem adquiridas ou subscritas pelos beneficiários em decorrência do exercício da opção foi determinado pelo Comitê em R\$15,00, (originalmente determinado em R\$5,00, preço equivalente 1/3 da 90% da média ponderada do preço das units da Companhia na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, nos 30 dias anteriores). Este preço será acrescido de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pelo Comitê, na hipótese de o referido índice não estar mais disponível ou aplicável, na menor periodicidade admitida em lei, entre a data de assinatura e a data do efetivo exercício das opções.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo a ser subscrito no âmbito do Segundo Plano era de 1.044 mil ordinárias (1.044 mil ações ordinárias e 2.088 mil ações preferenciais, originalmente, antes da conversão e grupamento) dado que não houve qualquer subscrição de ações no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2007.

Em abril de 2008, foram subscritas, no âmbito do Segundo Plano, 38 mil ações ordinárias da Companhia ao preço de R\$16,14 por ação, equivalente ao preço global de R\$620 mil (seiscentos e vinte mil reais). No fechamento da data da subscrição, o valor de mercado da ação era de R\$17,70.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a ser subscrito no âmbito do Segundo Plano era de 1.006 mil ações ordinárias, já considerando a conversão e grupamento mencionado, o prazo para exercício deste saldo está compreendido entre 05 de abril de 2008 e 05 de abril de 2013.

Em 5 de março de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a extinção do Segundo Plano, tendo em vista que: i) em função do não cumprimento das condições de concessão especificadas no Segundo Plano, 692 mil opções outorgadas não poderão ser exercidas, e; ii) que as demais opções outorgadas no âmbito do Segundo Plano foram substituídas por opções outorgadas no âmbito do Terceiro Plano.

Terceiro Plano de Opções de Ações

Foi aprovada, na Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de outubro de 2008, a criação do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Terceiro Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano representarão o máximo de 4.000 mil ações da Equatorial. Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado previsto no Estatuto Social. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual (“PL”) a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 9 de fevereiro de 2009, o Comitê de Administração do Terceiro Plano outorgou 3.819 mil opções de compra de ações, das quais 163 mil foram subscritas na mesma data. Posteriormente, em 7 de maio de 2009, mais 181 mil opções foram outorgadas, complementando o valor máximo oferecido nos termos do Plano de 4.000 mil opções.

Em 8 de abril de 2009, mais 17 mil ações ordinárias foram subscritas, utilizando os recursos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia relativos às ações de propriedade dos beneficiários adquiridas no âmbito do Plano, e de acordo com as suas cláusulas.

Novamente, em 4 e 08 de junho de 2009, utilizando os recursos provenientes de dividendos distribuídos pela Companhia, os beneficiários do Plano, subscreveram mais 41 mil ações ordinárias.

Em 28 de agosto de 2009, foram subscritas mais 21 mil opções pelos beneficiários do Plano remanescendo um saldo a ser subscrito no âmbito do Plano de 3.758 mil opções em 30 de setembro de 2009.

Em 30 de novembro mais 3 mil opções foram subscritas, devido ao pagamento da última parcela de dividendos relativos ao exercício de 2008.

Assim, o saldo remanescente a ser subscrito, em 31 de dezembro de 2009 é de 3.754 mil ações.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Resumidamente, as informações relativas ao primeiro, ao segundo e ao terceiro planos de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

<i>Em milhares de ações</i>	<u>Primeiro Plano</u>		Segundo plano	Terceiro plano	Total
	Programa 1	Programa 2			
Total de ações outorgadas no plano	2.934	2.060	1.044	4.000	10.038
Opções exercidas até 31/12/2008	<u>(2.934)</u>	<u>(1.434)</u>	<u>(38)</u>	—	<u>(4.406)</u>
Saldo remanescente em 31/12/2008	<u>—</u>	<u>627</u>	<u>1.006</u>	<u>4.000</u>	<u>5.632</u>
Cancelamentos e Transferências do 2º Plano para o 3º Plano	-	-	(1.006)	-	(1.006)
Opções exercidas entre 01/01/2009 e 30/09/2009	-	-	-	(243)	(243)
Opções exercidas entre 01/10/2009 e 31/12/2009	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Saldo remanescente em 31/12/2009	<u>—</u>	<u>627</u>	<u>—</u>	<u>3.754</u>	<u>4.380</u>

Potencial de diluição

De acordo com as regras de cada plano de opções de ações, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a no máximo 4,1%, não considerando os potenciais de diluição dos planos de opções de ações de CEMAR e Light S.A.

Administração dos planos

Nos planos de opções de compra estão incluídas ações ordinárias representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração da Companhia. O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão das opções, a cada ano, por meio de Programas de Opções de Ações.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27 Fornecimento e suprimento de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a composição do fornecimento de energia elétrica, pelas suas classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008
Residencial	3.611.064	3.312.930	1.213.300	1.085.077
Industrial	846.118	898.864	213.724	228.581
Comércio, serviços e outras	2.222.255	2.133.301	736.239	698.769
Rural	143.510	134.882	34.364	31.063
Poder público	578.520	548.867	200.314	175.829
Iluminação pública	425.726	393.881	78.720	69.241
Serviço público	493.583	480.069	121.391	111.502
Consumo próprio	22.186	22.068	-	-
Baixa renda	-	-	114.463	91.525
Outras	-	-	219.701	181.745
RTD	-	-	(49.216)	(20.776)
CVA-PLPT	-	-	(943)	1.043
Constituição e amortização de CVA passiva	-	-	5.224	(1.718)
Fornecimento faturado	<u>8.342.962</u>	<u>7.924.862</u>	<u>2.887.281</u>	<u>2.651.881</u>
ICMS	-	-	763.443	697.879
Fornecimento não faturado	1.169.000	-	20.767	(1.108)
Suprimento de energia	<u>213.250</u>	<u>-</u>	<u>90.401</u>	<u>113.142</u>
Total	<u>9.725.212</u>	<u>7.924.862</u>	<u>3.761.892</u>	<u>3.461.794</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28 Resultado operacional

As despesas operacionais têm a seguinte a composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Controladora	
	2009	2008
Pessoal e administradores	4.899	2.734
Despesas de vendas - Material	52	46
Despesas de vendas - Serviço de terceiros	2.821	2.788
Outras	1.788	1.493
Resultado financeiro	(7.153)	(5.616)
Resultado de equivalência	(210.603)	(299.551)
Receitas e despesas não recorrentes	<u>-</u>	<u>(2.386)</u>
	(208.196)	(300.492)
Depreciação e amortização	<u>148</u>	<u>123</u>
Total	<u>(208.048)</u>	<u>(300.370)</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Natureza do gasto	Consolidado					
	Custo do serviço		Despesas operacionais		2009	2008
	Com energia	De operação	Com vendas (1)	Gerais e administrativas (2)	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	1.204.448	-	-	-	1.204.448	1.110.794
Pessoal e administradores	-	39.456	16.126	51.135	106.717	99.600
Despesas de vendas - Material	-	11.188	2.095	1.855	15.138	12.931
Despesas de vendas - Serviço de terceiros	-	63.084	63.885	51.616	178.592	156.116
Provisão p/credito de liquidação duvidosa	-	-	86.630	-	86.630	82.971
Provisão para contingências	-	-	-	18.244	18.244	(938)
Encargos de uso do sistema transmissão	-	87.226	-	-	87.226	64.226
Outras	-	6.645	7.421	37.235	51.301	30.558
Resultado financeiro	-	-	-	91.260	91.260	6.439
Resultado de equivalência – amortização ágio	-	-	-	(1.089)	(1.089)	(18.441)
Receitas e despesas não recorrentes	-	-	-	11.631	11.631	5.292
	1.204.448	207.599	176.157	261.887	1.850.091	1.549.548
Depreciação e amortização	-	145.224	231	28.736	174.191	162.121
Total	<u>1.204.448</u>	<u>352.823</u>	<u>176.388</u>	<u>290.623</u>	<u>2.024.282</u>	<u>1.711.669</u>

(1) Referem-se às despesas com vendas (comerciais) e despesas com provisões para devedores duvidosos.

(2) Referem-se ao resultado líquido de despesas administrativas, com pessoal e administradores, de provisão (reversão) para contingências, depreciação e amortização, outras despesas (receitas) operacionais.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada

a. Plano de Aposentadoria da controlada CEMAR:

Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, esse valor importou em R\$1.630 (R\$1.449 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008).

Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão:

De acordo com a Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a partir do exercício de 2001 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A CEMAR não mantém saldo para fazer face às obrigações com a patrocinada, uma vez que os cálculos atuariais efetuados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, de acordo com a Deliberação nº 371 da CVM, não indicaram a existência de passivo atuarial.

A posição do ativo (passivo) atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente encontra-se demonstrada a seguir:

	2009	2008
Ativo (passivo) atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial	(96.815)	(99.775)
Valor justo dos ativos do plano	<u>85.885</u>	<u>83.532</u>
	(10.930)	(16.243)
(Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Aumento do passivo na adoção da NPC nº 26 não reconhecido	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo atuarial líquido	(10.930)	(16.243)
Ativo (passivo) atuarial já provisionado	<u>(26.040)</u>	<u>(27.857)</u>
Ativo (passivo) adicional	15.110	11.614
Despesa (Receita) reconhecida para o ano de 2009		
Custo do serviço corrente (com juros)	10	12
Contribuições esperadas de participantes para o ano de 2009	33	21
Juros sobre as obrigações atuariais	10.399	10.762
Rendimento esperado dos ativos	<u>11.757</u>	<u>11.449</u>
Total da despesa (receita) reconhecida	<u>(1.381)</u>	<u>(696)</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As principais premissas atuariais na data do balanço estão demonstradas abaixo:

Taxa para desconto da obrigação atuarial:	11,30% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano:	14,45% a.a.
Índice de aumento salarial estimado:	6,05% a.a.
Índice de aumento dos benefícios estimado:	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 M
Tábua biométrica de mortalidade inválidos	AT - 83 M
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light (média)
Taxa de rotatividade esperada:	Nula
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

b. Plano de Aposentadoria da controlada indireta em conjunto LIGHT:

As empresas do Grupo LIGHT são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo LIGHT vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974 e possui três planos - A, B e C - implantados em 1975, 1984 e 1998, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido e C do tipo Benefício Misto.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 2 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar, que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001. Até maio de 2009, as parcelas eram atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano. A partir de junho 2009 o índice de correção passou a ser o IPCA (com um mês de defasagem) em substituição ao IGP-DI.

As movimentações ocorridas no passivo atuarial líquido, nos exercícios, foram as seguintes:

	Total consolidado	Circulante	Não circulante
Plano Previdenciário em 31/12/2007:	222.979	18.396	204.583
(-) Amortizações no exercício	(21.282)	(21.282)	-
(+) Atualizações no exercício	38.387	3.442	34.945
(+) Ajustes de equalização do déficit	17.956	-	17.956
(-/+)Transferência do não circulante para o circulante	-	21.380	(21.380)
Plano Previdenciário em 31/12/2008:	258.040	21.936	236.104
(-) Amortizações no exercício	(23.482)	(23.482)	-
(+) Atualizações no exercício	16.703	16.086	617
(-) Ajustes de equalização do déficit	(12.154)	-	(12.154)
(-/+)Transferência do não circulante para o circulante	<u>-</u>	<u>9.221</u>	<u>(9.221)</u>
Plano Previdenciário em 31/12/2009:	<u>239.107</u>	<u>23.761</u>	<u>215.346</u>

O resultado atuarial da Braslight gerou um superávit no montante de R\$12.154 que resultou em um ajuste positivo do contrato de equacionamento do déficit nesse mesmo montante, reconhecido no resultado do exercício.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A seguir é demonstrada a composição da provisão em 31 de dezembro de 2009 para os planos de aposentadoria de benefícios definidos, e ainda compromissos adicionais de aposentadoria e/ou pensão por morte provenientes de acordos ou decisões judiciais com empregados acidentados, considerados ao valor presente da obrigação atuarial, e demais informações requeridas na Deliberação CVM nº 371/00:

	Consolidado	
	2009	2008
Conciliação dos ativos e passivos atuariais		
Valor justo dos ativos do plano	319.429	292.384
Valor presente a obrigação atuarial com direitos já vencidos	(456.235)	(395.184)
Valor presente a obrigação atuarial com direitos a vencer	(100.619)	(90.140)
Ativo líquido (passivo descoberto)	(237.425)	(192.940)
Passivo líquido, CVM nº 371/2000	(237.425)	(192.938)
Saldo do contrato ajustado e contabilizado, conforme contrato e equalização do déficit	(239.108)	(258.040)
Provisão CVM nº 371 - ganhos e perdas atuariais	-	-
Movimento do passivo atuarial		
Passivo líquido, CVM nº 371/2000 inicial	(192.939)	(250.262)
Contribuições da patrocinadora	23.825	21.446
Ganhos e perdas relativos ao déficit atuarial	(45.683)	57.188
Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado	(22.628)	(22.627)
Passivo líquido, CVM nº 371/2000 final	(237.425)	(192.938)

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
	2010	2009
Custo do serviço corrente	414	413
Custo dos juros	53.054	52.670
Retorno dos investimentos	(28.722)	(30.433)
Contribuição esperada dos empregados	(15)	(21)
Custo esperado estimado	<u>24.731</u>	<u>22.629</u>
	2009	2008
Premissas atuariais		
Taxa de juros nominal a valor presente do passivo atuarial	10,77%	12,36%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	10,77%	12,44%
Taxa anual de inflação	4,50%	4,33%
Taxa de crescimento salarial	6,59%	4,96%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,33%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade (a)	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (planos C saldado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	3.638	3.690
Participantes aposentados e pensionistas	5.727	5.686

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Equatorial e pela Controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

EQUATORIAL:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio
Responsabilidade Civil - D&O	07/06/2010	10.000	36,2
Sede da Equatorial - RJ	01/04/2010	2.789	1,3

CEMAR:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos nomeados - Subestações e estoques	1/1/2010	132.470	419
Responsabilidade civil geral - Operações	1/1/2010	7.000	90
Automóvel	1/2/2010	(a)	65

A CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. A Companhia possui uma apólice de seguro de veículos. Especificamos acima o período que abrange o vencimento dessa apólice. Correspondem a 68 veículos, apresentados ao valor de mercado.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Companhia e a sua controlada CEMAR adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e de sua controlada são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Em fevereiro de 2009, os seguros da controlada CEMAR foram renovados por mais um ano com as mesmas condições anteriores.

LIGHT:

A controlada indireta Light SESA (através da LIGHT S.A.), em 31 de Dezembro de 2009, possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos.

Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/8/2009	10/8/2010	US\$20.000	US\$ 81
Responsabilidade Civil e Geral	25/9/2009	25/9/2010	R\$20.000	R\$452
Riscos Operacionais*	31/10/2009	31/10/2010	R\$ 3.572.187	R\$1.632

* Limite Máximo de Indenização (LMI) = R\$300.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Revisão e reajuste tarifário

a. Revisão tarifária na CEMAR:

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Homologatória no nº 870, de 25 de Agosto de 2009 homologou os resultados do processo de Revisão Tarifária Periódica que tramitava naquela Agência. Como resultado do processo as tarifas da CEMAR foram reposicionadas em -11,03%, com um efeito médio percebido pelo consumidor de -1,64%, resultante da consideração de componentes financeiros no valor de 9,55%. Também foram fixados o valor da componente Xe do Fator X em 1,06%, o valor perdas técnicas sobre a energia injetada em 12,42% e o valor para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão em 24,16%. No mesmo processo, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.061, de 25 de Agosto de 2009, a ANEEL estabeleceu os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos de unidades consumidoras da área de concessão da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, para o período 2010-2013.

b. Revisão tarifária definitiva LIGHT

No ano de 2009 foi finalizada a Revisão Tarifária do 2º Ciclo, homologada através da Resolução 891/09, definindo o percentual de Reposicionamento em 2,06%. Dos temas que ainda estavam provisórios, foram estabelecidos os valores definitivos da Empresa de Referência em R\$ 145.845, o valor da componente Xe em 0,00%, considerando o montante global de investimentos de R\$ 454.951 para o ciclo tarifário. Adicionalmente, foi definida a nova trajetória de perdas não técnicas, que passou a incidir sobre o mercado de Baixa Tensão. Sua referência para o Ano 1 (de novembro de 2008 a outubro de 2009) é de 38,98% e para o Ano 5 (de novembro de 2012 a outubro de 2013) é de 31,82%.

Com a aprovação das alterações acima descritas, houve um aumento da Receita Requerida da Light, de R\$1.300.752 para R\$1.301.932, o que implicou no reconhecimento de um componente financeiro positivo de R\$1.145, incorporado às tarifas da Light no Reajuste Tarifário de novembro de 2009.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Reajuste tarifário LIGHT

A ANEEL, em reunião pública ocorrida em 4 de novembro de 2009, aprovou o reajuste médio das tarifas da LIGHT de 5,65% para o período a partir de 7 de novembro de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O índice de reajuste, válido para as tarifas compreendidas entre o período de 7 de novembro de 2009 até 6 de novembro de 2010, é constituído por dois componentes: o estrutural, de 0,88%; e o financeiro, que é válido pelo período de vigência desta tarifa, de 4,77%.

Reajuste Tarifário Light 2009	
IRT Estrutural	0,88%
Adicionais Financeiros	4,77%
Total	5,65%

Os consumidores finais da LIGHT observaram um aumento médio de suas contas de luz de 3,31%. Isto ocorreu devido à retirada das tarifas dos ajustes financeiros relativos ao período compreendido entre 7 de novembro de 2008 e 6 de novembro de 2009, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito positivo de 2,3% na tarifa daquele período.

Com a aplicação da metodologia de Reajuste Tarifário, seus efeitos foram distintos para os consumidores de alta e baixa tensão. A tabela a seguir apresenta o reajuste médio para cada nível de tensão calculado pela ANEEL.

Nível de Tensão	Reajuste efetivo sobre as tarifas de 2008
Baixa Tensão (Residencial)	2,80%
A4	3,23%
A3a	3,79%
A2	6,29%
Valor Médio	3,31%

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

32 Instrumentos financeiros - Instrução CVM nº 475 e Deliberação CVM nº 566

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: Aplicações financeiras, Swaps, Empréstimos e financiamentos, e Obrigações com debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial apenas utiliza operações com derivativos em duas situações: 1- conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e cotações de moedas estrangeiras; 2- em Swaps de fluxos financeiros atrelados ao desempenho das ações da própria Companhia.

A Equatorial possui operações com derivativos através de sua Controlada Indireta em conjunto Light em hedge cambial (vide notas “c” e “d” abaixo).

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão identificados a seguir:

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Descrição	Consolidado			
	31/12/2009		31/12/2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos				
Aplicações financeiras	535.957	535.957	390.186	390.186
Swaps	1	1	6.418	6.258
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	1.237.903	1.241.042	1.048.561	1.051.682
Debêntures	585.533	585.533	524.536	524.536
Swaps	1.390	1.390	-	-

- **Aplicações financeiras** - são classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação e não são mensuradas a valor justo. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. A sensibilidade deste instrumento financeiro está demonstrada na nota “d” abaixo.
- **Empréstimos e financiamentos em moeda nacional** - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de suas respectivas fontes de financiamento.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **Swaps** - são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de moeda estrangeira e a troca de fluxos financeiros atrelados ao desempenho das ações da própria Companhia. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nocional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F. Para a operação de troca de fluxos financeiros, o seu valor de mercado foi mensurado através do modelo *Black and Scholes*. A sensibilidade destas operações a fatores de risco foram detalhadas na nota “d” abaixo.

d. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controlada e controladas em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM, os fatores de risco da Companhia foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital das controladas e controladas em conjunto. A Administração acompanha as situações em aberto e registra provisões para os casos necessários de acordo com a orientação da ANEEL;
- **Risco de mercado** - Conforme regulamentação do Decreto Lei nº 5.163 de 30 de junho de 2004, a CEMAR deverá adquirir a energia elétrica necessária para atender o seu mercado em 100% de cobertura contratual, através de contratos existentes (inicial e leilão de 2002) e leilão do ambiente regulado. Desta maneira, a configuração do mercado de energia, principalmente relativo a um eventual acréscimo na demanda em 2009, representa um risco para a CEMAR. Adicionalmente, deve ser observado o contexto atual dos valores a receber em decorrência das transações na CCEE;
- **Risco de taxa de juros** - Este risco é oriundo da possibilidade das controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes.

- **Risco de moeda estrangeira** - Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da controlada indireta em conjunto LIGHT são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para redução dos riscos da variação cambial, os quais apresentaram uma perda de R\$418 no quarto trimestre de 2009 (ganho de R\$3.057 no quarto trimestre de 2008) e uma perda de R\$4.466 no ano de 2009 (ganho de R\$2.786 no ano de 2008). O valor líquido das operações de swap vigentes em 31 de dezembro de 2009, considerando o valor justo, é negativo em R\$1.389 (positivo em R\$2.771 em 31 de dezembro de 2008), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Instituição	Light recebe	Light paga	Data de início	Data de vencimento	Valor nacional contratado (US\$Mil)	Valor justo dez/09 (R\$ mil) ativa	Valor justo dez/09 (R\$ mil) passiva	Valor justo dez/09 (R\$ mil) Saldo
Unibanco	US\$+4,42%	100% CDI	25/08/08	15/01/10	8	-	-	-
Unibanco	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	17/02/10	8	-	-	-
Unibanco	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	10/03/10	18	-	-	-
Citibank	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	15/03/10	8	-	-	-
Citibank	US\$+4,53%	100% CDI	25/08/08	12/04/10	1.472	-	-	-
Citibank	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	15/04/10	8	-	-	-
Itaú	US\$+4,45%	100% CDI	25/08/08	15/06/10	107	1	-	1
Citibank	US\$+2,80%	100% CDI	10/02/09	10/09/10	19	-	(12)	(12)
Itaú	US\$+2,80%	100% CDI	10/02/09	11/10/10	1.377	-	(896)	(896)
Citibank	US\$+2,80%	100% CDI	10/02/09	27/12/10	94	-	(61)	(61)
Itaú	US\$+2,20%	100% CDI	18/06/09	10/03/11	17	-	(5)	(5)
Citibank	US\$+2,33%	100% CDI	18/06/09	12/04/11	1.359	-	(389)	(389)
Itaú	US\$+2,30%	100% CDI	10/09/09	12/09/11	17	-	(2)	(2)
Itaú	US\$+2,79%	100% CDI	09/10/09	11/10/11	<u>1.318</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>
				Totais	<u>5.830</u>	<u>-1</u>	<u>(1.390)</u>	<u>(1.389)</u>

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O valor contabilizado já se encontra mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2009.

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses *covenants* pode implicar em vencimento antecipado de dívidas; e
- **Risco quanto à escassez de energia** - A energia elétrica adquirida e vendida pelas controladas e controladas em conjunto basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuvas, provocada por uma mudança no regime hidrológico, pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução das receitas com a adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

As variações das taxas de câmbio e juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade de aplicações financeiras, nos empréstimos e financiamentos e nas operações de derivativos.

e. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

A sensibilidade dos ativos financeiros da Equatorial foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2009 (cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Ativos financeiros	CDI	13.839	17.279	20.808	10.406	6.969
Referência para Ativos e Passivos financeiros		Taxa em 31/12/2009	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% 12 meses)		9,88	12,35	14,82	7,41	4,94

Swap em moeda estrangeira

A Equatorial possui Swap em Moeda Estrangeira através de sua participação na Light. A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” foi considerar o mesmo comportamento das taxas de câmbio verificado em 31 de dezembro de 2009.

Risco de desvalorização da taxa de câmbio

Operação	Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Passivos financeiros		(2.229)	(9.101)	(15.974)
Par Bond	USD	(1.017)	(3.198)	(5.380)
Discount Bond	USD	(421)	(1.896)	(3.371)
C.Bond	USD	(624)	(2.660)	(4.695)
Debit. Conv.	USD	(146)	(1.174)	(2.202)
Bib	USD	(13)	(67)	(121)
BNDES - Financ.Importação	Cesta	(2)	(9)	(16)
KfW	USD	(7)	(97)	(188)
Derivativos Swaps		(690)	2.001	4.691

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Operação	Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Referência para ativos e passivos				
Financeiros			(25%)	(50%)
Cotação R\$/US\$ (Fim do trimestre)		1,741	2,177	2,612

Risco de apreciação da taxa de câmbio

Operação	Risco	Cenário (I): Pprovável	Cenário (IV)	Cenário (V)
Passivos financeiros		(2.229)	4.644	11.515
Par Bond	USD	(1.017)	1.165	3.347
Discount Bond	USD	(421)	1.054	2.529
C.Bond	USD	(624)	1.412	3.447
Debit. Conv.	USD	(146)	882	1.910
Bib	USD	(13)	42	96
BNDES - Financ.Importação	Cesta	(2)	5	12
KfW	USD	(7)	85	175
Derivativos Swaps	USD	(690)	(3.380)	(6.071)
Referência para ativos e passivos			(25%)	(50%)
Financeiros				
Cotação R\$/US\$ (Fim do trimestre)		1,741	1,306	0,871

Diante do quadro acima, é possível identificar que apesar do hedge parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo. E vice-versa. Com isso, evidencia-se a proteção do caixa proporcionada pela política de derivativos da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O quadro acima demonstra o impacto líquido de variações nos cenários de taxa de câmbio projetados no resultado dos derivativos e desembolsos de dívida em moeda estrangeira da LIGHT -, sendo possível observar que, independente do cenário da taxa de câmbio, o desembolso efetivo (dívida + resultado líquido do swap) será o mesmo.

Swap de fluxos financeiros

No dia 13 de agosto de 2008, conforme informado em Fato Relevante publicado na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial autorizou a Companhia a celebrar contratos de swap com o Banco UBS-Pactual, no valor máximo global de até R\$50 milhões.

Esses swaps consistem na troca de resultados de fluxos financeiros futuros entre a Equatorial e o Banco UBS-Pactual, de acordo com os seguintes parâmetros, a serem aplicados sobre o valor nominal de cada contrato:

- **Para Equatorial:** Parâmetro = $0,995 + (\text{Cotação final EQTL3} / \text{Cotação inicial EQTL3})$
- **Para UBS:**
 - **Hipótese 1:** Cotação final EQTL3 > Cotação inicial EQTL3 corrigida pelo CDI (da data inicial até a data de vencimento do swap).
 - **Parâmetro** = $1 + \% \text{ referente à taxa de performance do Banco} * (\text{Cotação final EQTL3} / \text{Cotação inicial EQTL3 corrigida pelo CDI, desde a data inicial até a data de vencimento do swap})$.
 - **Hipótese 2:** Cotação final EQTL3 <= Cotação inicial EQTL3 corrigida pelo CDI (da data inicial até a data do vencimento do swap).
 - **Parâmetro** = 1
- **Onde:**
 - EQTL3: ação ordinária da Equatorial Energia S.A.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- Cotação final EQTL3 = média aritmética do preço da EQTL3, divulgado pelo BM&FBOVESPA, durante os 5 dias úteis imediatamente anteriores à data de vencimento do swap.
- Cotação inicial EQTL3 = cotação média na data inicial do contrato de swap.
- CDI = taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP

De forma a facilitar o entendimento da operação, pode-se interpretar que a Equatorial, ao celebrar tais contratos de swap, passa a ter um ativo vinculado à variação do preço de suas ações e um passivo atrelado à variação do CDI mais a taxa de performance da contraparte, quando a variação da ação exceder a variação do CDI, durante o período de vigência do swap.

Essa operação não envolve a compra ou venda de ações da Equatorial por parte da Companhia. O contrato prevê apenas a troca de fluxos financeiros entre a Companhia e o Banco UBS-Pactual. Não há chamadas de margem associadas a esta operação.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía 7 contratos de swap em vigor, perfazendo um valor nocional total de R\$5,0 milhões. Todos os contratos firmados possuíam duração de 1 ano.

Nos dias 5 e 8 de junho de 2009, a Companhia, em comum acordo com o Banco UBS Pactual, decidiu por antecipar a liquidação da totalidade da operação de swap. A Equatorial registrou em seu resultado financeiro um ganho de R\$608 referente a essa operação. Esse montante corresponde à diferença entre o resultado bruto e o valor nocional nos dias da liquidação, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Data inicial	Data de vencimento	Data liquidação	Valor nocional	Resultado bruto	Ganho/perda da operação
29/08/2008	31/08/2009	08/06/2009	991	1.068	78
01/09/2008	01/09/2009	05/06/2009	1.409	1.509	99
03/09/2008	03/09/2009	05/06/2009	422	453	31
04/09/2008	04/09/2009	05/06/2009	577	619	42
15/09/2008	15/09/2009	05/06/2009	800	966	166
17/09/2008	17/09/2009	05/06/2009	551	680	128
18/09/2008	18/09/2009	05/06/2009	<u>274</u>	<u>338</u>	<u>65</u>
Total			<u>5.024</u>	<u>5.633</u>	<u>609</u>

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

- **CEMAR**

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da CEMAR foi demonstrada em cinco cenários. Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um Cenário “Provável” mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	19.859	24.816	29.856	14.939	9.985
Passivos financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(4.229)	(4.198)	(4.166)	(4.261)	(4.292)
ECF - 1510/97	FINEL	(76)	(76)	(75)	(77)	(77)
ECF - 1639/97	FINEL	(723)	(718)	(714)	(727)	(731)
ECF - 1645/97	FINEL	(149)	(148)	(147)	(150)	(150)
ECF - 1960 /99	IGP-M	(4.003)	(3.377)	(2.751)	(4.629)	(5.255)
ECF - 1907/99	FINEL	(99)	(98)	(98)	(99)	(100)
ECF - 1908/99	FINEL	(654)	(649)	(645)	(659)	(664)
ECF - 2728/08	SELIC	(2.137)	(2.232)	(2.328)	(2.042)	(1.947)
FASCEMAR	CDI	(2.340)	(2.936)	(3.533)	(1.743)	(1.147)
FINEP	TJLP	(205)	(234)	(262)	(176)	(148)
FINAME 01	TJLP	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
FINAME 02	TJLP	(32)	(34)	(36)	(30)	(29)
BNDES I	TJLP	(2.672)	(2.917)	(3.163)	(2.427)	(2.181)
IFC	CDI	(16.560)	(19.462)	(20.275)	(13.658)	(12.844)
BNDES II	TJLP	(8.353)	(9.397)	(10.441)	(7.309)	(6.264)
DEBENTURES 3ª EMISSAO	CDI	(33.413)	(39.920)	(46.427)	(26.906)	(20.399)
Referência para Ativos e Passivos financeiros		Taxa em 31/12/2009	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% 12 meses)		9,88	12,35	14,82	7,41	4,94
SELIC (% 12 meses)		9,93	12,41	14,89	7,45	4,96
TJLP (% 12 meses)		6,12	7,66	9,19	4,59	3,06
IGP-M (% 12 meses)		(1,72)	(2,15)	(2,58)	(1,29)	(0,86)

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- **LIGHT**

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

Risco de elevação das taxas de juros

Operação	Risco	Cenário (I): Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros	CDI	17.689	22.112	26.534
Aplicações Financeiras				
Passivos financeiros		(54.899)	(67.096)	(79.537)
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(22.886)	(28.255)	(33.734)
CCB Bradesco	CDI	(10.345)	(12.890)	(15.487)
CCB Bco ABN Amto Baking S/A	CDI	(1.203)	(1.491)	(1.784)
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	(2)	(3)	(3)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(3)	(4)	(5)
FINEM BNDES 2006-2008	TJLP	(10.249)	(11.798)	(13.369)
FINEM BNDES 2009-2010	TJLP	(1.300)	(1.536)	(1.775)
FINEM BNDES 2009-2010 TJLP+1	TJLP	(1.452)	(1.688)	(1.927)
PROESCO	TJLP	(39)	(46)	(53)
Debêntures 6ª Emissão	CDI	(7.420)	(9.387)	(11.400)
Derivativos Swaps	CDI	(690)	(944)	(1.198)
Referência para ativos financeiros			+ 25%	+ 50%
CDI (% Média últimos 12 meses)		9,88%	12,35%	14,82%
Referência para passivos financeiros			25,0%	50,0%
CDI (% Média últimos 12 meses)		9,88%	12,35%	14,82%
TJLP (% Fim do trimestre)		6,12%	7,66%	9,19%

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Risco de queda das taxas de juros

Operação	Risco	Cenário (I): Provável	Cenário (IV)	Cenário (V)
Ativos financeiros	CDI	17.689	13.267	8.845
Aplicações Financeiras				
Passivos financeiros		(54.899)	(42.942)	(31.218)
Debêntures 5º Emissão	CDI	(22.886)	(17.626)	(12.472)
CCB Bradesco	CDI	(10.345)	(7.851)	(5.408)
CCB Banco ABN Amro Baking S/A	CDI	(1.203)	(918)	(638)
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	(2)	(2)	(2)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(3)	(3)	(2)
FINEM BNDES 2006-2008	TJLP	(10.249)	(8.723)	(7.220)
FINEM BNDES 2009-2010	TJLP	(1.300)	(1.068)	(839)
FINEM BNDES 2009-2010 TJLP+1	TJLP	(1.452)	(1.220)	(991)
PROESCO	TJLP	(39)	(32)	(25)
Debêntures 6ª Emissão	CDI	(7.420)	(5.500)	(3.623)
Derivativos	CDI	(690)	(436)	(182)
Swaps				
Referência para ativos financeiros			(25,0%)	(50,0%)
CDI (% Média últimos 12 meses)		9,88%	7,41%	4,94%
Referência para passivos financeiros			(25,0%)	(50,0%)
CDI (% Média últimos 12 meses)		9,88%	7,41%	4,94%
TJLP (% Fim do trimestre)		6,12%	4,59%	3,06%

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33 Adesão ao Novo Mercado

A Equatorial Energia migrou do Nível 2 de governança corporativa da BM&FBOVESPA para o Novo Mercado no dia 23 de abril de 2008, visando à aderência às melhores práticas de governança corporativa e demonstrando seu compromisso com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

34 Eventos subsequentes

GERANORTE

As duas usinas que compõem o Projeto Geranorte - Tocantinópolis e Nova Olinda - tiveram o seu início de suas Operações Comerciais autorizados pela ANEEL em 9 de janeiro e 6 de fevereiro de 2010, respectivamente.

Assim a Geranorte passa a ter direito à receita fixa anual referente a uma das usinas (R\$134,2 milhões, a valores de 2007 que deverão ser corrigidos por IPCA), conforme leilão de energia A-3 realizado em 2007.

CEMAR

Em 26 de janeiro de 2010, a CEMAR firmou com a Eletrobrás o contrato EFCS-281/09. O valor total desse financiamento é de R\$ R\$309.791, com custo de financiamento de 6% ao ano. O prazo total é de 12 anos, considerando carência de 24 meses e amortização em 120 meses. Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e se destinam a financiar os custos diretos das obras da 5ª Tranche do Programa Luz Para Todos, sendo R\$38.724 provenientes dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR e R\$271.067 a título de subvenção, provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. A primeira liberação está prevista para fevereiro de 2010, no valor de R\$92.937.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Aditivo do Contrato de Concessão

Foi firmado entre a Companhia e a ANEEL o segundo aditivo ao contrato de concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia conforme despacho nº 245 do órgão regulador, e tem como escopo a alteração dos procedimentos de cálculo a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010, de modo a eliminar o efeito tarifário causado pela atual metodologia de reajuste prevista no Contrato de Concessão a assegurar a neutralidade em relação aos encargos setoriais especificados em Subcláusula própria do termo aditivo, nos moldes do modelo proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica através do Ofício nº160/2010-SCT/ANEEL, de 12 de fevereiro de 2010.

LIGHT

Integralização da Lightcom Comercializadora de Energia S.A.

Em Janeiro de 2010, a LIGHT S.A. integralizou R\$1.000 de capital, para constituição da controlada integral, Lightcom Comercializadora de Energia S.A. empresa esta que terá como objetivo a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia. Extinção da Lir Energy Limited. Em 29 de Janeiro de 2010, a Lir Energy Limited foi extinta, através da liquidação de todos os seus ativos e passivos.

Assinatura do Aditivo aos Contratos de Concessão das Distribuidoras

Em 2 de fevereiro de 2010, a ANEEL, em Reunião Pública Ordinária, aprovou o termo aditivo aos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica. Este aditivo tem por objetivo alterar a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, a fim de assegurar a neutralidade dos encargos setoriais, evitando que as variações de mercado que vierem a ocorrer a partir de fevereiro de 2010 gerem ganhos, ora a concessionárias, ora a consumidores. Cabe ressaltar que a proposta apresentada pela ANEEL foi assinada pela Light. Adicionalmente, salienta-se que a aplicação do aditivo, ocorrerá a partir do reajuste tarifário de novembro de 2010.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

EQUATORIAL e Controladas

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos possíveis efeitos da aplicação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu preliminarmente que, os principais efeitos decorrerão da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, a qual estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos seus reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da EQUATORIAL ENERGIA S.A, em reunião desta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, as Notas Explicativas e os Comentários de Desempenho, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entendendo que as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, opina favoravelmente à aprovação de referidos documentos pela Assembléia Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2010.

Marcelo Souza Monteiro
Beatriz Oliveira Fortunato
Luiz Otavio Bianchini Laydner

* * *

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Gilberto Sayão da Silva
Alessandro Monteiro Morgado Horta
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
Celso Fernandez Quintella
Alexandre Gonçalves Silva

Equatorial Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conselho Fiscal

Efetivos

João Marcelo Dantas Leite

Marcelo Sousa Monteiro

Beatriz Oliveira Fortunato

Suplentes

Luiz Otavio Bianchini Laydner

Felipe Sousa Bittencourt

Frederico Djun Takahashi Saraiva

Diretoria Executiva

Carlos Augusto Leone Piani
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Tinn Freire Amado
Diretor

Patrícia Pugas de Azevedo Lima
Diretora

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Gerência de Controladoria

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Gerente da Controladoria
CPF 023.737.554-08

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE-012996-O-S - MA